

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

JEAN-CLAUDE RODRIGUES DA FONSECA

GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER NO PENTECOSTALISMO:
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A IGREJA DE CRISTO NO BRASIL
E A COMUNIDADE EVANGÉLICA SARA NOSSA TERRA

NATAL/RN

2009

JEAN-CLAUDE RODRIGUES DA FONSECA

GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER NO PENTECOSTALISMO:
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A IGREJA DE CRISTO NO BRASIL
E A COMUNIDADE EVANGÉLICA SARA NOSSA TERRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, na linha de pesquisa em Processos Sociais, Cultura e Identidades, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da professora Dra. Eliane Tânia Freitas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

NATAL/RN

2009

JEAN-CLAUDE RODRIGUES DA FONSECA

**GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER NO PENTECOSTALISMO:
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A IGREJA DE CRISTO NO BRASIL
E A COMUNIDADE EVANGÉLICA SARA NOSSA TERRA**

Data da apresentação: 08/09/2009

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Eliane Tânia Freitas (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Professor Dr. Alexandre Carneiro de Souza (Examinador externo)
Faculdade Integrada da Grande Fortaleza

Professor Dr. Luiz Carvalho de Assunção (Examinador interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Professor Dra. Andrea Barbosa Osório (Membro suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

NATAL/RN

2009

Para minha esposa Gicelma
e nossa filhinha Giovanna, com ternura.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa é filha de uma gestação coletiva, idealizada e fertilizada dialogicamente. E pasmem ou não, vivenciei a dor e o deleite de ser o próprio ventre.

Como a experiência tem sido fascinante, sobretudo, porque amparo em meu colo o resultado desta apaixonante trama, passo a nomear alguns dos seus muitos responsáveis:

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por ter-me concedido a oportunidade de procriar uma obra singular, que certamente encontrar-se-á com a posteridade e, juntas, originarão outros tantos saberes.

Aos estimados professores doutores Angela Maria de Souza Torresan, Carlos Guilherme Octaviano do Valle, Edmundo Marcelo Mendes Pereira, Elisete Schwade, Luciana de Oliveira Chianca e Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, que desde a fecundação das primeiras iniciativas, recomendações e conceitos até a plena formação fetal me incentivaram a lidar com uma fase tão nobre da vida.

A professora doutora Eliane Tania Martins de Freitas por depositar seu talento, amizade, confiança, por acompanhar meus dramas cotidianos e pacientemente cobrir-me de preciosas orientações, da concepção ao nascimento dessa obra que ora torno conhecida.

Aos ilustres professores doutores Andrea Barbosa Osório, Alexandre Carneiro de Souza e Luiz Carvalho de Assunção pelo exemplo de gente dotada de sensibilidade, dedicação e seriedade na arte de descortinar o universo religioso. Tê-los na banca compara-se a alegria maternal de ouvir o choro da criança que chegou pra ficar.

Fernanda Honorato Miranda, Ivan Bezerra da Fonseca, Leonard da Silva Goes, Maria Raimunda da Silva Trindade e Ynêssa Beatriz Dantas de Farias, a imprescindível cooperação e informações que recebi de vocês soaram como boas-novas que sobremodo enriqueceram as páginas da realização desse sonho.

Cyro Holanda de Almeida Lins, Flávio Rodrigo Freire Ferreira, Heloisa Helena, Henrique José Cocentino Fernandes, Jaína Linhares Alcântara, Luiz Augusto Souza do Nascimento e Rodolpho Rodrigues de Sá, verdadeiros amigos

que torceram por mim e sofreram as mesmas contrações uterinas, em favor da sabedoria que teima em fazer a história acontecer.

Aos meus diletos interlocutores e suas respectivas instituições eclesiásticas, verdadeiros nutrientes que colaboraram decisivamente para o delinear das feições desse trabalho.

Ao meu pai Deusdedit e minha mãe Marly Fonseca que por meio de uma afetividade exemplar fizeram-me o que sou.

À Igreja de Cristo em Rosa dos Ventos, minha comunidade da fé, que preme de benignidade liberou-me de minhas atividades eclesiásticas para dedicar-me aos estudos que redundou nessa dissertação.

A minha esposa Gicelma e nossa filhinha Giovanna Fonseca, perene inspiração que me tem transportado para além das minhas limitações. Amo vocês!

A Deus, que do nada traz a existência todas as coisas e as sustém desinteressadamente por sua infinita graça, minha incondicional devoção.

RESUMO

Partindo do estudo empírico comparativo entre duas igrejas de orientação pentecostal – ambas situadas no município de Parnamirim/RN – e amparado numa perspectiva de interação dialógica entre meus interlocutores e referenciais, propus-me refletir como este segmento protestante representa ou articula questões de gênero e relações de poder, e a repercussão disto no cotidiano de seus fiéis. Noutros termos, esta dissertação objetiva entender o porquê da assimetria atribuída aos sexos masculino e feminino, sobretudo, no que tange à distribuição dos ofícios eclesiásticos e a autoridade hegemonicamente conferida aos homens, assim como a implicação desta realidade na reconfiguração da moralidade e da práxis religiosa no cotidiano dos sujeitos e grupos envolvidos. Sob esta perspectiva, o presente trabalho foi subdividido em três capítulos, nos quais investigo a tensão/relação entre fé e secularização, pois a partir desta problemática decorrem concessões e/ou interditos relativos aos limites e envolvimento dos fiéis com o mundo que os cerca e com o próprio *ethos* pentecostal; também analiso aspectos concernentes à hierarquia e poder eclesiásticos, tencionando elucidar como se processa, quais os critérios e implicações e a natureza da divisão do trabalho religioso entre homens e mulheres; e, por fim, procuro entender como a conversão/adesão se reflete nas redefinições de gênero e sua relação entre os espaços eclesiástico e domiciliar. A diligência e energia despendidas nesta obra ancoram-se na esperança de que seus frutos corroborem na ampliação do saber antropológico, que, no caso específico, envolve o fenômeno pentecostal brasileiro.

Palavras-chave: Gênero, Pentecostalismo, Relações de Poder.

ABSTRACT

Based on the empirical comparative study between two churches from Pentecostal guidance - both located in Parnamirim/RN - and supported on a dialogic interaction between my interlocutors and theoretical references, I proposed me to reflect about how this protestant segment represents and articulates questions such as gender and power relationships, and the daily impact of that in their followers' life. In other words, this dissertation aims to understand the reason of the asymmetry attributed to male and female, especially in what concerns the distribution of ecclesiastic works and the authority given to male, as well as the implication of this reality in the reconfiguration of morality and religious praxis in daily life of individuals and involved groups. From this perspective, this work was divided in three chapters, in which I investigate the tension/relationship between faith and secularism, for from this question on concessions and/or prohibitions related to the limits and involvement of the followers with the world and with the very Pentecostal *ethos* arise. I also analyze here aspects concerning to both ecclesiastic hierarchy and power, with the objective of elucidating how it occurs, what kind of criteria and implications they consider as well as about the nature of the religious labor division between men and women and, finally, I try to understand how the conversion/adhesion of members is reflected in the redefinitions of gender and its relationship between the ecclesiastical and domestic spaces. The diligence and energy spent in this work is in the hope that its fruits can corroborate in the expansion of anthropological knowledge which, in this particular case, involves the Brazilian Pentecostal phenomenon.

Key words: Gender, Pentecostalism, Power Relationships.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

BS – Bíblia Sagrada

CODIMM – Coordenadoria de Defesa da Mulher e das Minorias

DEMIC – Departamento de Mulheres da Igreja de Cristo

G12 – Grupo dos Doze

Heb – Hebraico

IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular

ICB – Igreja de Cristo no Brasil

ICBE – Igreja de Cristo em Boa Esperança

ICRV – Igreja de Cristo em Rosa dos Ventos

IPDA – Igreja Pentecostal Deus é Amor

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

NTLH – Bíblia Sagrada, Nova Tradução na Linguagem de Hoje

Sara – Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 10 |
| 1 Igrejas frente às demandas sociais | 32 |
| 1.1 Discurso religioso e secularização | 33 |
| 1.2 É possível harmonizar religiosidade e secularização? | 41 |
| 1.3 O que determinará o oficialato das mulheres ao pastorado? | 46 |
| 2 Feições da hierarquia e poder eclesiásticos | 52 |
| 2.1 Entre a sala e a cozinha: iniciando investigação sobre ofícios e autoridade religiosos | 53 |
| 2.2 Critérios para o ingresso e exercício dos ofícios eclesiásticos | 70 |
| 2.3 Missão ou vocação divina: algumas implicações do despertar de um(a) líder | 87 |
| 2.4 Funções iguais, mas autoridade jamais? | 95 |
| 2.5 Mecanismos de controle e coerção eclesiásticos | 102 |
| 2.6 Profetisas sob vigilância | 108 |
| 2.7 Afinal, quem disputa o poder eclesiástico? | 119 |
| 3 Feminino e masculino: entre a vida privada e a religião | 129 |
| 3.1 Qualidades “essencialistas” do feminino e masculino | 130 |
| 3.2 Conversão/filiação e docilização feminina | 139 |
| 3.3 Religião e domicílio: extensões familiares? | 147 |
| 3.4 Autonomização interina das mulheres e/ou feminização de certos espaços? | 153 |
| CONCLUSÃO | 161 |
| REFERÊNCIAS | 169 |
| REFERÊNCIAS DE CAMPO (NATIVAS) | 175 |
| ANEXOS | 177 |

Introdução

Em 2007, havia proposto realizar um estudo empírico comparativo entre três igrejas evangélicas de orientação pentecostal¹, ambas situadas no município de Parnamirim/RN, são elas: a Igreja de Cristo no Brasil – no bairro da Boa Esperança (ICBE), a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Sara) – bairro vizinho, no centro da cidade e a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) – também na Boa Esperança. No entanto, em abril de 2008, tive que me restringir às duas primeiras instituições eclesiais. A mudança ocorreu porque, a partir de contatos prévios com alguns interlocutores, constatei que a última igreja citada havia encerrado suas atividades no final de 2006, retomando-as somente no ano seguinte; portanto, como estava em fase de reestruturação, sua inclusão no presente trabalho tornou-se inviável. Ainda que a alteração do plano de investigação pareça elementar, na prática não o foi porque realmente esperava cobrir o que havia inicialmente idealizado. Fiquei com a primeira lição de que jamais terei o pleno controle sobre as diversas e inusitadas situações que o campo geralmente proporciona ao pesquisador. Essa mudança circunstancial terminou por levar meu estudo a um novo planejamento – desde a alteração da agenda e rotina das entrevistas até a ideia da estrutura do texto final – tudo foi repensado, demandando mais do meu tempo, energia e estado emocional.

Concordo com Souza (1996, p.2) de que fenômeno religioso algum “poderá ser apreendido sem um rastreamento histórico que reconstitua sua formação e desempenho, a maneira pela qual se constituiu progressivamente”. Contudo, como há vasta literatura acerca da historiografia do protestantismo brasileiro, apenas referencio a última expressão deste fenômeno religioso a instalar-se no país, isto é, o pentecostalismo; então, a partir deste campo mais amplo,

¹ O termo “pentecostalismo” tem sua origem numa festa religiosa anual dos judeus chamada de Pentecoste ou Festa das Semanas, que ocorria cinquenta dias após a Páscoa, para comemorar a colheita dos cereais. Na Diáspora (dispersão dos judeus da Palestina para outras partes do mundo) essa festividade passou a comemorar até os dias atuais o recebimento do Decálogo ou a Torah (CHAMPLIN; BENTES, 1991, p.202). Por outro lado, para os cristãos pentecostais, a citada festa tornou-se o marco histórico da celebração da descida do Espírito Santo sobre a igreja, em cumprimento à palavra de Jesus Cristo, e da manifestação dos dons de glossolalia (o “falar em línguas” estranhas). Souza (1996, p.47) ainda esclarece que o “movimento pentecostal constitui-se num ramo tardio da Reforma, sendo notadamente questionado. Desenvolveu um padrão de religiosidade evangélica transgressora, rompendo com o sistema eclesialístico evangélico/litúrgico/teológico do protestantismo histórico”.

procuro situar a ICBE e a Sara, por entender que tal referência atende aos limites da minha pesquisa².

Ao dissertar sobre o posicionamento de certos grupos protestantes com relação à política partidária e a repercussão deste fato no cenário brasileiro, Freston (1993) apresentou uma tipologia subdividida em denominações históricas e pentecostais; sugeriu ainda ter havido basicamente três ondas históricas ou fases distintas na implantação do pentecostalismo. A primeira (também conhecida como pentecostalismo clássico), compreendida entre 1910-1950, coincidiu com a expansão mundial do pentecostalismo e caracterizou-se pela ênfase na glossolalia. Neste período o operário italiano Louis Francescon, originado da Igreja Presbiteriana em Chicago, EUA, da qual foi membro fundador, lançou em São Paulo os alicerces da Congregação Cristã do Brasil (1910), considerada a mais fechada igreja evangélica brasileira. Em 1911, menos de um ano após seu surgimento, dois missionários suecos de origem batista, Gunnar Vingren e Daniel Berg, fundaram em Belém do Pará a maior denominação evangélica do país, inicialmente chamada de Missão da Fé Apostólica, que seis anos e meio depois (janeiro de 1918) teve o nome alterado para Assembléia de Deus³. A segunda fase, compreendida entre 1950 e 1970, distinguiu-se “da anterior por se centrar na cura”. Passados mais de quarenta anos, surgiram três outros grandes grupos pentecostais: a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), organizada pelo ex-ator hollywoodiano Harold Willians; a Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo (1955), pelo ex-empregado de obras pernambucano Manoel de Mello, que teve passagem pela Assembléia de Deus e pela Igreja do Evangelho Quadrangular; e, finalmente, a Igreja Pentecostal Deus é Amor (1961), a mais rígida de todas, fundada pelo paranaense David Miranda. Todas iniciadas também na cidade de São Paulo. A última fase de expansão pentecostal (também designada de neopentecostal ou de pentecostalismo autônomo⁴) iniciou-se no final dos anos 70, crescendo e se fortalecendo no decorrer das décadas de 80 e 90 – cuja ênfase recaiu no exorcismo (ou libertação das forças malignas); reclamando igualmente um lugar para o fiel no mundo do consumo de

² Sobre a história do protestantismo no Brasil ver, por exemplo, Mendonça (1984); Mendonça; Velasques Filho (1990); Freston (1993); Mariano (1999) e Souza (1996).

³ Sousa (1996, p.11) acrescenta que a tanto a Congregação Cristã quanto a Igreja Assembléia de Deus “constituíam movimentos dissidentes de duas denominações históricas: a Igreja Presbiteriana do Brás (São Paulo) e Igreja Batista de Belém-PA, respectivamente”.

⁴ Neopentecostalismo foi uma noção empregada por Mendonça e Mariano, e pentecostalismo autônomo pelo Centro Ecumênico de Documentação Informação – CEDI (apud CAMPOS, 1999, p.51).

“bens místicos” e materiais – como evidencia a teologia da prosperidade⁵, que surgiu no fundamento ético desta nova fase. A partir deste período destacam-se: a Igreja Universal do Reino de Deus (1977), a mais controversa de todas, cujo fundador é o conhecido carioca Edir Macedo; e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), fundada por Romildo Ribeiro Soares (mais conhecido como missionário R. R. Soares), cunhado de Edir Macedo.

Posto que, em função de seu objeto de estudo, Freston (1993) não discorra sobre a ICB e a Sara, é possível situar a primeira instituição na fase inicial da implantação do pentecostalismo brasileiro e a segunda na última fase. Não obstante, utilizei a tipologia proposta por Souza (1996, p.28) que “tem por base os sistemas doutrinários” das denominações, pois este enfoque atende igualmente à natureza da minha pesquisa, isto é, tanto a questão do poder religioso quanto as relações de gênero passam “necessariamente pela estruturação doutrinária”. E conquanto a ICB e a Sara tenham suas origens em períodos completamente distintos (o que inclui meu recorte empírico), a partir de suas referências doutrinárias ou dogmáticas, pude constatar que ambas se inserem numa categorização semelhante no pentecostalismo – o que não seria percebido se apenas as classificasse a partir de suas matrizes e desdobramentos históricos.

Partindo do estabelecimento das ênfases doutrinárias centrais do protestantismo e seguindo na classificação das distintas denominações, Souza nomeou a ICB como protestante neopentecostal, e é também nesta concepção que incluo a Sara. Seguem algumas das principais declarações doutrinárias destas igrejas – razão pela qual são justificadas como um ramo tardio do protestantismo e serem situadas no mesmo bloco: ambas ensinam a justificação dos pecados pela fé em Jesus; crêem que os dons espirituais são vigentes e fundamentais para o serviço e crescimento da igreja⁶; enfatizam a doutrina da salvação eterna⁷, mediada pelo

⁵ A teologia da prosperidade também pode ser denominada de “ideologia do sucesso”, na qual o fiel busca a superação dos males e uma vida melhor não no além (no céu), mas no aquém (na terra, no aqui e agora). “O que interessa é a vida antes da morte, neste mundo. O que se busca é a ‘bênção’. Deus é o poder mágico que, se corretamente manipulado, conserta os estragos que o Diabo faz na vida de cada um” (ALVES, 2005, p.12).

⁶ Uma das referências bíblicas utilizada para fundamentar esta crença é 1 Coríntios 12. 1-14. Segundo este preceito doutrinário, após a conversão ao evangelho, o fiel recebe a capacitação sobrenatural da parte do Espírito (batismo do Espírito Santo) para curar, profetizar, exorcizar demônios, manifestar a glossolalia, realizar feitos extraordinários, entre outras manifestações.

⁷ Uma vez salvo por Jesus, o crente estará salvo para sempre.

sacrifício de Cristo na cruz e, finalmente, como é típico das demais denominações evangélicas, adotam igualmente a teologia conversionista⁸ (SOUZA, 1996).

Ao caracterizar o protestantismo neopentecostal, o mesmo autor assevera que este segmento diferencia-se dos demais grupos pentecostais em pelo menos três áreas inovadoras: a) Na doutrina, o destaque recai na soteriologia que advoga que o cristão é salvo eternamente; b) na percepção do contexto, a “intra-mundandade assume a prática de que a igreja deve dialogar com o meio em que vive. A cultura deve ser vivenciada nos seus aspectos naturais, não opostos a fé”; c) e quanto à sua clientela, o neopentecostalismo inovou alcançando tanto as classes populares quanto desenvolvendo uma “proposta compatível com as expectativas das camadas sociais médias e altas” (SOUZA, 1996, p.55, 56)⁹.

O estudo acadêmico acerca da ICB foi um trabalho pioneiro empreendido pelo pesquisador supracitado, que advoga que sua fundação em 13 de dezembro de 1932, no município de Mossoró/RN, é caracterizada como a primeira dissidência do pentecostalismo brasileiro, sendo sua matriz histórica a Assembléia de Deus¹⁰. No mesmo período, esta denominação tanto vivenciava um rápido crescimento como experimentava “conflitos dentro da sua cúpula diretiva, acrescentando-se a isto a falta de uma declaração doutrinária oficialmente definida e unificada” (SOUZA, 1996, p.62). No entanto, ainda que os fundadores da ICB tenham afirmado que a causa do desligamento da Assembléia de Deus tenha sido primordialmente por discordâncias doutrinárias, os novos ministros que se destacaram na metade da década de 1970 passaram a questionar o evento de “maneira mais crítica, sob a ótica do conflito pelo poder” (SOUZA, 1996, p.63)¹¹.

São estes os fundadores da ICB: o pastor Manoel Higino de Sousa; os evangelistas Gumerindo Medeiros, Eustáquio Lopes da Silva e João Vicente de Queiroz; e os auxiliares de trabalho: Tomás Benvindo, Francisco Targino do Nascimento, Cândido Barreto, Domingos Barreto, José Sotero de Moraes e Jonas

⁸ “Ação evangelística que tem como objetivo a transferência de pessoas de outras religiões para o protestantismo” (SOUZA, 1996, p. 32).

⁹ Base doutrinária da Sara disponível em: <<http://www.saranossaterra.com.br/visualizar.asp?cat=4&cod=534>>.

¹⁰ Souza (1996, p.63, 64) levanta duas razões pelas quais o surgimento da ICB permanecia no anonimato, sobretudo como a primeira cisão do pentecostalismo brasileiro: Em primeiro lugar, a “história e a memória desta igreja são, essencialmente, de natureza oral”, pois desde sua origem “até a década de 70, a maior parte da membresia e seus principais líderes eram egressos das categorias humildes da sociedade, cuja educação era mínima”. “O segundo motivo é de caráter regionalista. A história do protestantismo no Brasil ainda é, na sua maior parte, a história da Igreja protestante do Sul e do Sudeste”.

¹¹ Sobre os principais fatores da dissidência de 1932, ver a obra do autor referenciado.

Galvão de Figueiredo. Na ocasião, o grupo enviou uma carta ao missionário e pastor Nils Kastberg oficializando a desfiliação da Assembléia de Deus. João Queiroz, já havia comunicado seu desligamento em 11 de junho de 1932, na cidade de Morada Nova-CE, entregando sua credencial ao pastor Juvenal Roque de Andrade. Até a década de 1970 a maior parte dos membros/filiados e liderança da ICB era composta por gente simples, com pouca escolaridade: “agricultores, vaqueiros, pequenos comerciantes, tropeiros, trocadores de animais, funcionários municipais, pedreiros, etc” (SOUZA, 1996, p.82).

Como a história e a memória da ICB são, essencialmente, de natureza oral, estava ciente de que teria dificuldade na coleta de dados acerca da fundação da ICBE; de modo que o que pude resgatar é um pequeno fragmento acerca desta igreja local; especialmente levando-se em consideração de que, por questão de saúde, dos cinco membros fundadores vivos, apenas um teve condições de ceder seu depoimento – refiro-me ao meu pai, o pastor Deusdedit Romão da Fonseca (que esteve à frente desta igreja de 1987 a 1995).

A fundação da ICBE tem estreita relação com a história e o desenvolvimento do município onde está localizada. Diferente da maioria das cidades nordestinas, que surgiram em função dos ciclos econômicos do açúcar, do algodão e do gado, em 1927, a empresa francesa *Compagnie Générale Aeropostale*, construiu o “campo de pouso de Parnamirim [...] para atender à expansão da aviação comercial [transoceânica]”. Este investimento proporcionou “condições para que na vizinhança surgisse a cidade [...] e, quando deflagrou a Segunda Guerra Mundial, o Governo Brasileiro” cedeu as instalações do campo para que os Estados Unidos construíssem uma base militar. E embora, ao longo da década de 1930, o crescimento populacional tenha sido lento, o quadro se reverteu drasticamente a partir da guerra, levando o governo do estado do Rio Grande do Norte a oficializar a criação do município de Parnamirim, em 17 de dezembro de 1958 (TRINDADE, 1988, p.13-15).

Um ano antes da emancipação deste município (1957), Waldemar Pamplona, que era funcionário do antigo IPASE¹² e membro da Igreja de Cristo no Alecrim (Natal/RN)¹³, fixando residência em Parnamirim, conheceu Francisco Pereira de Lucena (Bizá), bombeiro da Base Aérea, oriundo da Igreja de Cristo em

¹² Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

¹³ Ao falar “Igreja de Cristo”, também me refiro a ICB.

Mossoró/RN. No mesmo ano, os dois amigos iniciaram a Igreja de Cristo na cidade de domicílio, recebendo a adesão de Manuel Leôncio, Edgar Lustosa, José Rodrigues, Manoel Maximiano, Luiz Rodrigues Machado, Walfredo Rodrigues Machado e Omar – que também atuavam como bombeiros na mesma corporação¹⁴. Ainda uniram-se a igreja, Manoel Quintino, militar da Aeronáutica; João Gomes da Silva e João Batista, militares da reserva e da ativa da Marinha do Brasil, respectivamente. Com exceção de Quintino, que era solteiro, todos se filiaram acompanhados de suas esposas (que permaneceram completamente anônimas no único depoimento obtido com o pastor Deusdedit acerca deste período inicial). Posteriormente, chegaram à igreja os adolescentes: João Gomes da Silva Filho, Levy Gomes da Silva e Deusdedit Romão da Fonseca.

João Gomes da Silva foi ordenado ao presbiterato¹⁵, tornando-se o primeiro dirigente oficial da Igreja de Cristo local, onde funciona até hoje no bairro da Boa Esperança (ICBE). Por motivo de saúde, João Gomes foi sucedido pelo evangelista Francisco Batista de Almeida, militar da Aeronáutica, que permaneceu até julho de 1987, quando foi substituído por Deusdedit Romão, que, após dezesseis anos, transferiu-se de Belo Horizonte para Parnamirim como militar da Aeronáutica¹⁶. Oito anos depois, o pastor Geraldo Rodrigues de Lima assumiu a ICBE e, no decorrer de sua gestão, a igreja tornou-se personalidade jurídica (15 de julho de 1999). Finalmente, de 2001 até a presente data, Joel Bezerra de Medeiros tem sido o pastor titular da igreja. É significativo observar que atualmente a ICBE é a segunda maior instituição eclesial da cidade (em número de membros filiados e prédios construídos)¹⁷, ficando apenas atrás da Assembléia de Deus (Ministério Belém).

Segundo Mariano (1999, p.104), a origem da Sara está “diretamente vinculada à biografia de seu líder Robson Lemos Rodovalho, professor de física

¹⁴ Para ser efetivado no Corpo de Bombeiros, não se exigia escolaridade muito menos formação específica na área; significa que as pessoas acima listadas eram de origem modesta, vindas da área rural do estado, que, em busca de emprego, tiveram a oportunidade de serem absorvidas no crescente contingente civil da Força Aérea.

¹⁵ O presbítero é auxiliar direto do pastor na pregação, ensino doutrinário, aconselhamento e administração eclesial. No segundo capítulo, defino os demais ofícios eclesiais adotados na ICBE e Sara.

¹⁶ Em 14 de julho de 1989, Deusdedit foi ordenado ao pastado e eu a evangelista.

¹⁷ A ICBE possui seis congregações ou filiais nos seguintes bairros da cidade: Bela Vista, Cajupiranga, Jardim Planalto, Passagem de Areia, Pium e Vale do Sol. No interior do estado, ela possui congregações em mais seis localidades: Assú, Brejinho, Lago Azul, Redenção, São José de Mipibu e Tangará. Ainda há outras igrejas da mesma denominação (ICB) em Parnamirim, atuando ou como autônomas administrativamente ou como filiais de certas igrejas situadas em Natal. Os demais bairros são: Cidade Verde, Emaús, Jardim América, Jardim Primavera, Parque Industrial e Rosa dos Ventos.

licenciado da Universidade Federal de Goiás, proprietário da Editora Koinonia e autor de cerca de quinze livros, cuja temática principal é a “guerra espiritual”¹⁸. Natural de Anápolis/GO, filho de pai católico e mãe, cujas práticas sincréticas uniam kardecismo e umbanda, foi convidado por amigos de sua irmã para participar de um acampamento da Igreja Presbiteriana do Brasil, a partir do qual passou a confessar a fé protestante, posteriormente, conduzindo quase toda a família à mesma devoção. Ao envolver-se tanto com igrejas históricas carismáticas ou renovadas (batistas e presbiterianas)¹⁹ quanto com a Assembléia de Deus, foi batizado no Espírito Santo.

Em 1976, “Robson casou-se com Maria Lúcia – hoje bispa [...], foi consagrado pastor e fundou, com Cirino Ferro, a Comunidade Evangélica, cuja terminação Sara Nossa Terra só foi incluída em 1992” (MARIANO, 1999, p.105).

Diferente da ICB, desde 1997, a Sara tem adotado em seu estatuto e na prática o sistema de governo episcopal, “ocasião em que Rodovalho foi alçado ao posto de bispo primaz” (MARIANO, 1999, p.105)²⁰.

Entre outras características que serão discutidas ao longo deste trabalho, a Sara é conhecida no meio protestante como uma igreja predominantemente jovem; aberta aos mais diversos estilos musicais; liberal no que respeita aos usos e costumes e que ordena ao mesmo ofício os homens juntamente com suas esposas – quando ao fiel é atribuído (consagrado/legitimado) o título a pastor, em regra, a companheira atua como co-pastora.

Em meados da década de oitenta, havia poucas denominações evangélicas em Parnamirim, no entanto o quadro alterou-se radicalmente nos últimos vinte anos. Por exemplo, em 1986 havia apenas cinco instituições conhecidas na cidade, hoje são mais de setenta e cada qual com suas inúmeras filiais; a propósito, constatei que das vinte e cinco igrejas que já possuem seu estatuto registrado no 1º. Ofício de Notas do município, 72% são pentecostais. A Sara foi implantada neste contexto, isto é, em meio a uma intensa expansão de novas denominações protestantes na cidade.

¹⁸ Crença segundo a qual seres espirituais do bem e do mal lutam numa dimensão invisível, e que o resultado deste confronto interfere diretamente em todos os aspectos da vida humana sobre a face da terra.

¹⁹ Para distinguirem-se dos pentecostais clássicos, diversas igrejas protestantes e históricas utilizam principalmente a designação “renovada”, pois crêem que Deus concede a todos os fiéis mesmos dons espirituais mencionados nas sagradas escrituras, a despeito da bandeira denominacional.

²⁰ Maiores detalhes serão apresentados na primeira sessão do capítulo 2.

Bonifácio Lopes dos Santos, atual pastor titular da Sara em Parnamirim/RN, informou que como o pastor Mário é militar da Aeronáutica e por ocasião de sua transferência do Rio de Janeiro para servir na Base Aérea do Natal, na década de 1990, optou por fixar residência em Parnamirim²¹. Após desligar-se da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, o pastor Mário filiou-se a Sara, que no mesmo período apenas desenvolvia atividades na capital norterio-grandense. Então, orientado pela nova instituição eclesiástica, iniciou um grupo familiar²² no próprio domicílio; de sorte que, a partir destas reuniões e por questões hierárquicas, o bispo Lindomar Alves²³ foi convidado a oficializar a Sara em Parnamirim, em janeiro de 1998 – um mês após o aniversário de trinta e nove anos deste município²⁴. No ano seguinte, os pastores Bonifácio e sua esposa Helenice Santos assumiram e permanecem até hoje na liderança desta igreja.

Ao verificar que a ICBE e a Sara aceitam, respectivamente, os relatos dos pastores Deusdedit e Bonifácio como fontes confiáveis de sua memória histórica, cresceu meu interesse em conjugar a análise entre questões de gênero e relações de poder, aqui assinalada como o foco central da minha pesquisa. Estes depoimentos denunciam embrionariamente que tanto a participação da mulher tem sido negligenciada no processo específico de implantação das duas denominações como que o exercício do poder eclesiástico é, sobretudo, prerrogativa dos homens; por exemplo, o primeiro pastor explicita que cada membro fundador filiou-se a igreja (hoje ICBE) acompanhado de sua esposa, entretanto em nenhum momento o nome delas é referenciado – o que, na melhor das hipóteses, sinaliza o papel secundário ou subalterno a elas atribuído. A propósito, já que outras pistas serão dispostas no

²¹ Nem o pastor Bonifácio soube informar o nome completo de seu predecessor nem a própria Sara possui tal registro. À semelhança dos fundadores da ICBE, a presença e permanência do pastor Mário no município ocorreu em função de sua ligação com a Base Aérea de Natal (que na verdade localiza-se no município de Parnamirim/RN).

²² Reunião que ocorre sistematicamente nos lares dos fiéis, atualmente denominada de célula ou, neste caso específico, de célula estratégica – quando, a partir deste grupo, se tem a intenção de iniciar uma filial eclesiástica em outras localidades como a que surgiu em Parnamirim.

²³ Na época, o então bispo Lindomar ainda exercia o oficialato pastoral e durante todo este tempo tem coordenado as igrejas de Alagoas e do Rio Grande do Norte.

²⁴ Neste período, a Igreja de Cristo em Boa Esperança já possuía três congregações ou filiais nos seguintes bairros: Jardim América, Pium e Rosa dos Ventos. Na década de 90, vários fiéis destas duas denominações perderam seus empregos, em decorrência do “encerramento do ciclo de grandes investimentos do capital financeiro na indústria local, em função do colapso na ordem econômica mundial” (PEIXOTO, 2003, p.178) – o contingente de mão-de-obra da indústria agregava mais de um quarto da população parnamirina. Eu mesmo fui vítima deste quadro caótico. Motivado por uma nova proposta de trabalho, transferi-me para Recife/PE, em 1999, entretanto retornei em 2000, após o convite para pastorear a Igreja de Cristo em Rosa dos Ventos, onde permaneço até a corrente data.

transcurso dos capítulos deste trabalho, penso que somente facultarão maior vigor à minha suspeita acerca da relação assimétrica entre gêneros no pentecostalismo.

Após esta concisa explanação histórica e delimitação do meu campo empírico, faz-se igualmente necessário elucidar a trajetória teórico-metodológica relacionada às noções de gênero e poder utilizadas em minha investigação.

Em geral, as ciências sociais formulam um conceito de gênero que aponta para a elaboração cultural do sexo. Concorro com Heilborn (1994) de que esta concepção possui estreita relação com os aspectos da vida social (o que inclui a diferenciação entre os sexos) que a organizam, prescrevem e sancionam, mediada por um sistema de representações. A mesma autora acrescenta que:

[O] domínio das ideias e dos valores detém uma realidade coletiva, autônoma e parcialmente inconsciente para os membros do grupo estudado. A cultura composta de conjuntos ideacionais específicos apresenta-se como um todo integrado; cada domínio pode ser objeto de concepções peculiares, contudo eles mantêm entre si uma tessitura que não é de simples justaposição, ao contrário, integram um sistema interdependente que provê a coerência de uma determinada visão de mundo (HEILBORN, 1994, p.1)

Portanto, como um dos elementos basilares à minha investigação, a dimensão de gênero é aqui apresentada como uma forma de classificação que, entre outros atributos, ordena as “relações sociais de modo assimétrico” e caracteriza-se “como dado constitutivo da identidade do sujeito de pesquisa” (HEILBORN, 1994, p.1, 3).

Acerca da orientação teórica sobre o poder no pentecostalismo, adoto as proposições de Souza (1996), convencido de que atendem ampla e satisfatoriamente aos reclames e contornos do presente trabalho. O autor apresenta duas ideias básicas: A primeira é de que as “relações de poder no espaço religioso obedecem, sobretudo, a uma lógica interna, diferenciada dos demais grupos sociais”. Por conseguinte, torna-se imprescindível a definição deste poder, que, no nosso caso, baseia-se na “posse de bens sobrenaturais, saberes especiais, considerados de origem divina, privilégios dos vocacionados, reconhecidos e legitimados por uma comunidade” religiosa (SOUZA, 1996, p.15 – Introdução). A outra consideração teórica assevera que

as disputas pelo poder no campo do protestantismo não obedecem a um mesmo padrão: mudam-se os atores, as estruturas administrativas, o processo histórico, os condicionamentos sociais e o jogo das relações humanas, de maneira que o conjunto vigente das categorias de análise do fenômeno religioso não possui em si mesmo a capacidade de desenvolver explicações totalizantes, diante da diversidade das manifestações das condutas religiosamente determinadas (SOUZA, 1996, p.15 – Introdução).

Além de Duarte, Lopes Júnior, Machado, Mariano e Souza, entre outros pensadores relevantes na contemporaneidade – alguns profundamente dedicados ao estudo do fenômeno religioso, outros à conjugação deste com questões de gênero – também dialogo com autores clássicos, como Bourdieu e Weber, cuja intenção primeira é o tratamento adequado da temática referenciada nesta dissertação.

A discussão sobre gênero e relações de poder, a partir do estudo comparativo entre a ICBE e Sara, objetiva entender essencialmente o porquê da posição que as mulheres atualmente ocupam nestas instituições, frente aos ofícios religiosos e/ou a autoridade hegemonicamente restrita aos homens, bem como a implicação desta realidade nas representações e no cotidiano das(os) fiéis. Por isso, como pergunta de partida, questiono: Como e em que medida a interseção entre gênero e relações de poder reconfigura a visão de moralidade e a práxis religiosa, especialmente entre as mulheres, e sua repercussão entre elas e os homens? Ademais, levanto outras indagações suplementares como as que seguem: Há funções eclesiais feminizadas e/ou masculinizadas? Quem pode e quais os requisitos para exercê-las? Qual o peso dos cargos ocupados pelas mulheres, frente aos homens e vice-versa? O pentecostalismo oferece espaço ou articula eventos exclusivamente feminizados²⁵? Por que a clientela da ICBE é composta em sua maioria por mulheres, no entanto são minoritárias em termos de liderança eclesial? Por que a mesma igreja oferece mais programações para as fiéis, mas não as consagra ao oficialato? Por outro lado, por que a Sara consagra mulheres, porém organiza menos atividades para este segmento? Como é caracterizada a auto-estima das fiéis de ambas as instituições, a partir do discurso religioso? Questiono ainda se determinadas qualidades atribuídas ao cristianismo, como docilidade e sensibilidade, seriam ensinadas pelas igrejas como traços

²⁵ Denomino de feminização qualquer processo histórico de reificação que cristalize ou atribua status feminino inerente a certos papéis, funções e espaços sociais.

essencialistas do gênero feminino e como argumento para justificar a maior identificação das mulheres com a religião e com o ambiente domiciliar.

Destaco que em função da minha intensa participação e envolvimento no pentecostalismo, sobretudo, exercendo há vinte anos o oficialato na ICB em Parnamirim (dos quais nove como pastor) – tive de redobrar minha vigilância no decurso dessa pesquisa, pois “a familiaridade com o universo social constitui [...] o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002, p.23). Por conseguinte, ainda que estivesse intimamente ligado ao fenômeno, foi a partir deste cuidado que pude constatar que meu objeto era, na verdade, multiforme, dinâmico e extraordinariamente complexo.

Assinalo que dois aspectos, igualmente relacionados à pesquisa, fizeram-me ainda mais prudente: o primeiro diz respeito ao “poder da linguagem” e o outro trata da “tentação do profetismo” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002). Embora conheça diversos códigos e expressões particulares dos grupos religiosos em apreço, tive que repensá-los não como acepções em si mesmas, mas como junção de diversas significações sociais, construídas historicamente, que saltam para além de uma simples e imediata conceituação. Consequentemente, curvei-me ante o fato de que não teria as “respostas totais” sobre o fenômeno e seu destino, porque pretensões desta natureza apenas convergem para tal profetismo, que constrói suas explicações na falsa sistematização das respostas de uma sociologia espontânea qualquer. A pesquisa de campo que procura levar em sua bagagem o devido aporte teórico possui um diferencial sobre determinadas formas de investigação porque busca criar outro tipo de “familiaridade [...] numa relação direta e de comunicação” com os grupos ou indivíduos em determinados contextos sociais (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 1997, p.423).

Por outro lado, sou levado a confessar que a vivência eclesiástica também me proporcionou inquestionáveis vantagens no que respeita à efetivação da presente investigação, por exemplo: localizei facilmente meus interlocutores e sabia que não seria um estranho, um desconhecido para a maioria dos membros de ambos os grupos; a composição da agenda para a realização das entrevistas praticamente ocorreu como programei (a metodologia utilizada na criação da rede de interlocutores será descrita mais adiante); não enfrentei problemas no tocante à

concessão da minha presença em certas reuniões de culto (públicas ou restritas aos fiéis); além disso, a aproximação com o pentecostalismo ajudou-me (no período exploratório) a romper com certas prenoções, sobretudo, infundidas em “aparências imediatas” ou ilusórias – por antes acreditar que conhecia tão bem o campo pesquisado (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992, p.25).

A propósito, como alguém que continua envolvido com a religião – embora atualmente dotado de outras lentes e leituras da realidade – é possível que perguntem se realizei a tão propalada observação participante. Conforme elucidei, em certo sentido, tirei proveito da minha condição, contudo o campo dificilmente deixará de impor suas provocações. Fico então com a segunda observação de Laburthe-Tolra e Warnier (1997, p.426) que sublinham que a “situação de campo é uma configuração singular que depende dos parâmetros próprios do campo, bem como da equação pessoal do pesquisador”. Significa que tanto carecia repensar periodicamente minha investigação como devia estar ciente de que o tipo de observação não dependia exclusivamente das minhas pretensões, mas, estava concomitantemente sujeito ao controle que cada grupo religioso possui sobre seu próprio território, bem como sobre as pessoas, que ora eram acessíveis ora nem tanto; por conseguinte, tive que me submeter muito pacientemente a tais situações visando não suscitar tensões ou desconforto de natureza alguma a ambas as partes. Entretanto, revelo que a participação observante reclamou-me um investimento de tempo acima do planejado, pois, em meio à euforia cültica, geralmente desprezava-se o horário do encerramento das reuniões – mas nada como estar assentado num sólido banco de madeira para “compartilhar com ele” minhas dores e inquietações. Recordo, por exemplo, que o pastor da Sara demonstrando certa preocupação quanto à conclusão de uma reunião que bastante se alongara (quase o dobro do estabelecido pela instituição), em nome do rebanho de fiéis, dirigiu-se a mim com um pedido formal de desculpas.

Com respeito à equação pessoal, ainda entendi de que necessitava atentar para alguns parâmetros específicos, como os que passo a elucidar: Na condição de pesquisador homem, perguntei a mim mesmo se isto seria um entrave na coleta de depoimentos junto às fiéis, especialmente quando questionasse sobre relações de poder entre ambos os sexos; por isso, indaguei se minhas interlocutoras ficariam constrangidas comigo ou se falariam abertamente sobre tal questão. A outra

possível problemática estava relacionada ao meu status de líder religioso e pessoa pública, pois cada grupo faria inevitavelmente sua leitura a meu respeito e isto poderia ser um elemento contra ou favor da pesquisa. A propósito, para a ICBE sou membro dos conselhos de líderes da mesma instituição a nível nacional, regional e municipal; no entanto, na localidade, sou pastor de outra igreja co-irmã (a ICRV). Por conseguinte, não posso intervir nem opinar diretamente naquele contexto (claro que é bom e recomendável que as coisas sejam assim, especialmente para o pesquisador). Na Sara, sou reconhecido como um líder religioso do município, entretanto não tenho vínculo institucional algum com ela; na prática, sou mais um ilustre visitante – que possui concepções bíblico-teológicas distintas – a alguém completamente familiar. De fato, a relação campo/pesquisador não só provoca uma efervescência em termos de questionamentos como igualmente desafia a própria investigação. Minha constante preocupação era de que, por mais importante que fosse o trabalho de campo, não queria que me vissem como um intruso indiscreto, arbitrário ou importuno; muito menos gostaria de faltar com a ética, sobretudo, no contato com os interlocutores e na coleta dos dados de que necessitava.

Esclareço que emprego o termo “interlocutor” tendo em mente as possibilidades da interação dialógica. Lopes Júnior (2002, p.276) explica que como “reflexo do paradigma da disjunção, a ciência que surgiu com o racionalismo moderno teve uma atitude ingênua ao imaginar que poderia observar os fenômenos em si mesmos como se eles se desenrolassem independentemente do observador”. O mesmo autor ainda fornece outro pertinente esclarecimento, ao lembrar que:

As Ciências Humanas foram as que mais diretamente se ressentiram dessa disjunção, pois era demasiadamente presunçoso tentar falar do ser humano como se estivesse falando de um estranho. A objetividade nas Ciências Humanas justificava-se ideologicamente com uma série de estranhamentos dirigidos contra o próprio homem. O outro era o estrangeiro, o selvagem, o primitivo, o atrasado, o tradicional, o ágrafo, o incivilizado, o pagão, a outra etnia, o outro grupo social (LOPES JÚNIOR, 2002, p.277).

Ao invés de uma postura autonômica, propus-me realizar uma pesquisa ancorada na interação dialógica, isto é, orientada pelo intercâmbio de “estruturas de pensamento e de ideias sem perda da identidade de cada estrutura”, na esperança de que houvesse “distinção sem disjunção e troca de habilidades sem complementaridade” – neste intercâmbio, pesquisador e interlocutor entram em

reciprocidade e ambas as partes são enriquecidas (LOPES JÚNIOR, 2002, p.82). Complementaria esta assertiva citando Lévi-Strauss (1975, p.215) que disse que numa “ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”.

Oliveira (1998, p.24), salienta que esta dialogia possui uma grande vantagem sobre os “procedimentos tradicionais de entrevista”, porque faz “com que os horizontes semânticos em confronto – o do pesquisador e o do nativo – abram-se um ao outro, de maneira a transformar tal confronto em um verdadeiro ‘encontro etnográfico’”. Porém, isto só é possível no momento em que o pesquisador se propõe a ouvir o interlocutor e por ele ser igualmente ouvido, criando uma atmosfera entre “iguais” – sem o temor da mútua contaminação. O autor supracitado ainda assevera que não é possível acreditar naquela “neutralidade idealizada pelos defensores da objetividade absoluta”, pois isto seria a perpetuação de uma ilusão. No entanto, na interação dialógica, o ouvir recíproco dá um salto de qualidade, transformando a relação numa “via de mão dupla”. Clifford (2002, p.43) traduz a mesma questão afirmando que – como nem a experiência nem a ação interpretativa do pesquisador podem ser avaliadas como inocentes – é imprescindível que se pense a etnografia não como a vivência e a hermenêutica de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim como uma construtiva negociação que envolve pelo menos dois ou mais sujeitos cômicos e politicamente expressivos. Modelos de experiência e interpretação estão cedendo lugar a “paradigmas discursivos de diálogo e polifonia”.

Penso que entre aqueles que se propõem a um fecundo trabalho de campo, o paradigma da interação dialógica apresenta-se como uma relevante perspectiva de investigação, pois, ao invés de reduzir os sujeitos (interlocutores) a meros apêndices – como o fazem os constructos monológicos – propõem ser invadida pela “heteroglossia”, isto é, alude uma tática “textual alternativa, uma utopia da autoria plural que atribui aos colaboradores não apenas o *status* de independentes”, mas de co-escritores (Clifford, 2002, p.55). Nas palavras de Lopes Júnior (2002, p.112):

O valor da interação dialógica está em afirmar a identidade (embora compreendida complexamente), superar o isolamento incomunicável, impedindo, com isso, uma deriva irracionalista para um lado e racionalizadora para outro. Sem cair no especialismo disciplinarista, pode

fazer florescer a ética não-compartmentalizada, e a crítica em ambas as instâncias.

Diante destes aspectos, Oliveira (2004, p.35) alerta que o antropólogo também terá de encarar certos problemas de ordem

ético-morais de base, na medida em que tem que estabelecer uma relação dialógica com os sujeitos da pesquisa, e, portanto procurar ouvi-los de fato, não só para que a interação transcorra de maneira adequada, mas também para que compreenda bem o que está estudando.

Como o contato com meus interlocutores delineou a escrita final dessa pesquisa? Acredito que muitos de nós já superamos aquele equívoco de achar que a realidade do campo é como um retrato cristalizado, estático, pronto para ser passivo e unicamente descrito pelo pesquisador – afinal, conforme explicitarei, isto não possibilita dialogia. Laburthe-Tolra e Warnier (1997, p.432) ratificam as declarações precedentes, pois defendem igualmente que na “redação dos resultados da pesquisa, quer se trate de entrevistas, genealogias ou relatos de vida, será necessário poder dar a palavra aos sujeitos da pesquisa, e citá-los textualmente nas passagens mais características de seu discurso”. Aliás, a antropologia moderna tem tido exatamente este cuidado de procurar saber quem é o “autor”, a quem a obra é atribuída ou quem realmente está falando e “assinando” a escrita etnográfica²⁶. Hoje não se sustenta mais o enorme abismo que muitos antropólogos procuraram instituir entre “O eu e o Outro”²⁷, como se o Outro fosse primordialmente exótico, esquisito ou excêntrico (GEERTZ, 2002, p.27). Particularmente, penso e repito que não se constrói formalmente textos de maneira solitária, porque a condição de campo é uma “situação de diálogo” (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 1997, p.430); por isso, conforme tenho elucidando, minha proposta de pesquisa, análise e escrita se fundam no paradigma dialógico. Esta proposição é sobremodo ampliada, acrescentando-se a ela declarações como as de Evans-Pritchard (2005, p.300):

[Nosso] objeto de estudo são os seres humanos, [por isso] este trabalho envolve toda a nossa personalidade – cabeça e coração; e que, assim, tudo

²⁶ Ver, por exemplo, GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002 [1988].

²⁷ O “Outro” é aqui entendido como o sujeito coletivo.

aquilo que moldou essa personalidade está envolvido, não só a formação acadêmica: sexo, idade, classe social, nacionalidade, família, escola, igreja, amizades. Tudo que desejo sublinhar é que o que se traz de um estudo de campo depende muito do que se leva para ele.

Oliveira (1998, p.19) também afirma que quando o “objeto” é atingido pelo olhar do pesquisador, sofre previamente uma alteração pela própria maneira de visualizá-lo. E conclui que seja “qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade”.

É propícia a advertência de Geertz (2002, p.188) de que não se pode cair num “ventriloquismo etnográfico”, porque já que a intenção é falar acerca de uma “outra forma de vida”, é necessário se prevenir contra a presunção de que se tem a prerrogativa de “falar de dentro dela”. Esta vigilância é lembrada por Oliveira (1998, p.30) como uma “antropologia polifônica, na qual teoricamente se oferece espaço para as vozes de todos os atores [...], sobretudo, para a responsabilidade específica da voz do antropólogo [...] que não pode ficar obscurecido ou substituído pelas transcrições das falas dos entrevistados”. No entanto, isto não é tarefa tecnicamente fácil, dado que lidamos com “vidas alheias em ‘nossos’ textos, mas, [especialmente] por esse trabalho ser ‘moral, política e epistemologicamente delicado’”²⁸. Semelhantemente, Clifford (2002, p.21) chama a atenção para dois aspectos importantes: em primeiro lugar, que é necessário ter em mente que a etnografia está do início ao fim “imersa na escrita”; e como a escrita requer uma “tradução da experiência para a forma textual”, deve-se observar que este processo é tornado complexo por abranger a “ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor”. Diante do exposto, o que o presente trabalho elege e pretende com a escrita etnográfica harmoniza-se com a percepção de Maurice Leenhardt, referenciada em Amaral (2003, p.163) que declara que:

Mais do que descrições objetivas, [os textos de Leenhardt] são respostas a esse encontro – um “encontro interpessoal [...] que produz textos descritivos-interpretativos”²⁹ – e como tal, não se apresentam como interpretações fechadas neles mesmos. Apresentam-se, sim, como um processo contínuo de tradução, porque se trata aqui de tradução recíproca,

²⁸ Geertz (*apud* OLIVEIRA 1998, p.26).

²⁹ Clifford (1982 *apud* AMARAL, 2003, p.163).

indeterminada e, portanto, com um fim sempre em aberto: um exemplo de troca constante entre o etnógrafo e seus informantes.

Acredito que, a partir destas considerações, tenha explicitado a importância e o papel dos interlocutores tanto na etnografia como na escrita deste trabalho. Gostaria apenas de acrescentar que, referindo-se à pesquisa com pessoas, Bourdieu nos lembra de que as ciências humanas abordam um “objeto que fala”; isto é significativo porque tanto existe o risco do pesquisador ser levado pelas prenoções pessoais ou aquelas dos interlocutores e cair na sociologia espontânea quanto, por outro lado, existe a possibilidade dele perceber nos discursos “não a explicação do comportamento, mas um aspecto do comportamento a ser explicado” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002, p.50,52).

A escolha e o contato com os fiéis da ICBE e da Sara poderiam ser uma consequência inevitável da minha simples ida ao campo, o que não é verdade. Assim como a teoria, a problemática, os objetivos e tudo o mais são uma construção assim também o são a delimitação da amostragem, a seleção e a identificação dos interlocutores. Nada deve ocorrer de modo aleatório muito menos imposto de fora para dentro do trabalho empírico; na verdade, essa construção possui a incumbência de atentar para seu caráter coletivo e relacional porque envolve o pesquisador, os teóricos com os quais dialoga, os grupos religiosos e todo o universo sócio-histórico-cultural desta tríade.

Munido desta concepção, fui ao encontro de algumas pessoas imprescindíveis ao êxito da minha investigação. Inicialmente, falei com os pastores responsáveis por suas respectivas igrejas para autorizarem a realização da pesquisa e mediarem o contato com os fiéis (de ambos os sexos), que atualmente exercem ofício ordenado ou alguma outra liderança eclesiástica. Ratifico que o recorte ou a seleção de um grupo constituído apenas de líderes foi decorrente de uma difícil decisão metodológica, porque estava interessado em analisar o discurso deste segmento específico³⁰ – talvez, numa próxima pesquisa, eu trabalhe com as demais categorias que esses contextos religiosos oferecem. Procurei também levar em

³⁰ Algumas características complementares do perfil dos meus interlocutores foram inseridas no corpo do trabalho (como instrução, profissão, ocupação eclesiástica, estado civil e idade), na intenção de que isto tanto sinalize a origem social deste grupo quanto favoreça a compreensão de seus próprios depoimentos. Além disso, todos entrevistados receberam um nome fictício para (até certo ponto) preservá-los no anonimato, já que, segundo eles mesmos, algumas declarações poderiam comprometê-los diante da cúpula das respectivas igrejas – da qual alguns, inclusive, fazem parte.

consideração o tempo de filiação³¹ e o envolvimento desses líderes, dado ao próprio caráter das entrevistas que, entre outros aspectos, demandou deles razoável conhecimento sobre ensinamentos doutrinários (dogmáticos), normas estatutárias e regimentais, liturgia, caminhada histórica da instituição, administração e hierarquia eclesial; além da relação do grupo escolhido com os demais fiéis.

De posse dos primeiros contatos, a rede de interlocutores começou a ser criada e expandida, pois a cada encontro outros nomes foram cedidos. Inclusive, com exceção do caso do pastor e da pastora da Sara³², não tive resistência de espécie alguma neste particular, pelo contrário, em pouco espaço de tempo selecionei meu público-alvo que, como disse, foi formado por homens e mulheres. A partir dos critérios acima listados, elegi doze pessoas da ICBE e doze da Sara – cujos encontros ocorreram, sistematicamente, durante cinco meses – entre abril e agosto de 2008. Posteriormente, retornei ao campo apenas para confirmar ou esclarecer pequenos detalhes ainda obscuros acerca do “material” coletado.

Observo novamente que por ter uma vida pública de vinte anos em Parnamirim, hoje como líder religioso da segunda maior instituição evangélica deste importante município, percebi que apenas três interlocutores não me conheciam pessoalmente e vice-versa; por isso, repito que tive que redobrar minha vigilância epistemológica. E mais, necessitei explicar ao grupo que desenvolvia uma pesquisa estritamente acadêmica, não religiosa, a fim de obter toda a cooperação possível – ainda que, no primeiro momento, me identificassem como pastor evangélico pentecostal.

Falando sobre a chegada do etnógrafo ao campo, Barreman (1980, p.125) coloca que o pesquisador é obrigado a fazer basicamente duas coisas: apresentar-se pessoalmente ao grupo que se tem contato na pesquisa e buscar “compreender e interpretar modo de vida dessas pessoas”. E conclui dizendo que, “como toda interação social [estas tarefas] envolvem controle e interpretação das

³¹ A média do tempo de filiação do grupo líderes da ICBE é de 16 anos e não há ninguém da primeira geração (que iniciou o trabalho em 1957). Na Sara, a média de filiação é de 7 anos e todos estão ligados ao casal, pastor e pastora, que assumiu a instituição um ano após sua organização. Já a faixa etária do grupo total de interlocutores varia entre 30 e 35 anos.

³² A pastora simplesmente disse que não queria ser entrevistada; por outro lado, o pastor (que me fornecera os contatos de seus liderados) falou que desejava conversar, marcou quatro vezes comigo, no entanto isto somente ocorreu na última tentativa. Estranhei porque, em 2006, já havia feito entrevistas (sobre outra temática) com ambos e até então tudo me parecia absolutamente normal. Ademais, posteriormente, pude compartilhar com o casal acerca da conclusão desta primeira pesquisa e ao que tudo indicava estariam dispostos a ser novamente contatados. Entretanto, por mais precavido que esteja o pesquisador, fica a lição de que o campo geralmente o reserva surpresas de toda ordem, inclusive as indesejadas.

impressões”, que são concomitantemente reveladas pelo etnógrafo e seus interlocutores. Além disso, destaca que a tentativa de fornecer a “impressão desejada de si próprio e de interpretar” o comportamento e as atitudes de outrem são fundamentais para a etnografia, pois estes componentes estão presentes em “qualquer interação social”. Noutras palavras, construo os dados a partir da leitura que faço do campo e, guardadas as devidas proporções, sou alvo de exercício semelhante da parte dos sujeitos da pesquisa. Por exemplo, durante e após as entrevistas, vários interlocutores disseram que não tinham pensado na maioria das questões que suscitei, no entanto declararam que passariam a refletir nelas; significa que por mais que não tivesse este propósito, a pesquisa sinalizou, não sei em que nível, ter gerado alguma mudança nas concepções dos meus interlocutores acerca da questão sobre gênero e relações de poder no pentecostalismo. Diante deste quadro, surgiram então novas indagações de ambos os lados e meus interlocutores demonstraram certo desejo de continuarem ou estenderem suas falas; inclusive, manifestaram interesse para concederem novas entrevistas ou qualquer outra informação que se fizesse necessário, isto é, a porta continuou aberta para o aprofundamento da minha investigação (ou para a sondagem de ambos os lados); afinal, como disse Barreman (1980, p.141), o “etnógrafo e seus sujeitos são, simultaneamente, atores e público”.

“Coletar” dados em campo é sempre um grande desafio e isto pude “sentir na pele” em função de diversos fatores que enfrentei, por exemplo, de um lado, a verificação da aplicabilidade e eficiência das próprias entrevistas ou a clareza com que as questões foram apresentadas aos meus interlocutores; de outro, a inibição deles frente a um aparelho eletrônico, a um pequeno diário de campo ou a uma simples folha de papel; além daqueles elementos mais subjetivos, como o estado de ânimo (de ambos os lados) ou o receio dos líderes com relação às minhas perguntas, dentre tantas outras circunstâncias. Ademais, Sanjek (1990) relata que George Bond chegou a afirmar que ao rever as notas de campo preenchia determinadas lacunas que até então não havia percebido em primeira instância, isto é, no momento da interação com seus interlocutores – fato que igualmente vivenciei. Nesta perspectiva, colher informações é um contínuo processo reflexivo que se estende para além do próprio recorte empírico. Afinal, o que é o campo senão a união desse recorte, mais os referentes teóricos, além de experiências, conselhos,

erros, acertos e ideias acumulados ao longo da trajetória histórico-social da qual vivenciamos? A propósito, Laburthe-Tolra e Warnier (1997, p.437) declaram:

[Não] existem fatos etnográficos brutos que se possam reunir em bloco durante a pesquisa, a fim de, num segundo momento, tendo deixado o campo, serem analisados. Os fatos sociais são construídos como tais pelo procedimento antropológico [...].

Estes autores ainda advogam que a análise, inclusive, tem início no “projeto de pesquisa, quando o pesquisador faz opções temáticas, geográficas e teóricas cujo resultado é a definição do campo”, que, no caso pessoal, tem me fascinado por sua imensa riqueza e complexidade (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 1997, p.437).

Que procedimentos utilizei para efetivar as entrevistas no campo proposto? Em regra geral, ao primeiro contato, sempre explicitava o propósito do trabalho para não correr o risco de me deparar com interpretações equivocadas, consequentemente, com algum tipo de resistência. Posteriormente, relatava o porquê das anotações sócio-econômicas (caracterização do público-alvo) e, principalmente, o motivo da utilização dos recursos de gravação de áudio, para as entrevistas, objetivando registrar fielmente a fala dos meus interlocutores (ver anexos 1 e 2).

Gostaria de lembrar que outro grande desafio enfrentado por quem realiza uma pesquisa, sobretudo etnográfica, é o problema da representatividade da amostragem. Como disse Becker (2007, p.96), todo “empreendimento científico tenta descobrir algo que se aplicará a *todas as coisas* de certo tipo por meio do estudo de *alguns exemplos*, sendo os resultados do estudo [...] ‘generalizáveis’ a todos os membros dessa classe de pessoas”. Esta provocação me fez perguntar então que amostragem representaria adequadamente as feições do fenômeno em apreço. Penso que um dos caminhos foi buscar a melhor aproximação possível com as duas instituições, para tentar identificar tanto os formadores e mantenedores do discurso oficial sagrado como aqueles fiéis que de fato possuem um engajamento comprovado na religião – seguindo este raciocínio, selecionei o grupo que julguei mais significativo.

Ainda sobre a sistemática do trabalho de campo, esclareço que das vinte e quatro entrevistas, quatro foram remarcadas por questão de indisponibilidade de

agenda por parte do grupo; e duas ocorreram em dois momentos distintos, em decorrência do grande volume de informações que me foi repassado; destes encontros, doze foram realizados nas igrejas, sete nos domicílios e cinco no ambiente de trabalho – sempre escolhendo o local mais conveniente para cada líder envolvido. Observei que nesta etapa teria que atentar para os seguintes aspectos: acesso e facilidade para deslocamento, tranquilidade, ausência de poluição sonora e segurança para ambos os lados. Destes encontros, registrei e selecionei em torno de treze horas de gravação em áudio, relativas às questões semi-diretivas – transcritas integralmente com a ajuda de um auxiliar.

Também observei, *in loco*, nove reuniões cúllicas na ICBE e sete na Sara, para confirmar alguns dados fornecidos pelos interlocutores, por exemplo: se homem e mulher exercem as mesmas funções na igreja; se suas atribuições são idênticas; quais as atividades ou programações da igreja, quem as dirige e qual a participação das(os) fiéis. Ressalto que já conhecia bem a liturgia de ambas as igrejas, porque fui filiado a ICBE durante onze anos (1986-1997) e conheço a Sara há aproximadamente seis anos. A ICBE ainda me forneceu vários documentos importantes como cópia do seu estatuto, regimento interno, normas de convivência, informativos internos e parte do histórico local. Já a Sara cedeu cópia do manual de treinamento de líderes, denominado de “Escola de Vencedores”, composto por três módulos, e informou o site da instituição (www.saranossaterra.com.br).

De encontro a encontro, de interlocução a interlocução, unidos aos materiais impressos e diversas fontes do universo etnográfico nomeado, este complexo de elementos me rendeu mais de doze meses de análises, ao que ainda foram somados ao tempo demandado em não poucos diálogos travados com meus referenciais teóricos. Ademais, é pertinente observar que ainda que a vida cotidiana apresente-se “como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMAN, 1990, p.35, 36), estive atento para não cair em armadilhas interpretativas, de modo que a verdade interna (nativa) não fosse encarada como fim em si mesmo, mas como ponto de partida que – unido à modesta trajetória e análises do pesquisador – pudesse então corroborar com o processo dialógico da leitura crítica da realidade, resultando na ampliação do saber antropológico, que, no meu caso, relaciona-se ao fenômeno pentecostal brasileiro.

Encerro estas considerações preliminares apresentando como estruturei a presente pesquisa – o que em momento algum foi tarefa simples. A dissertação está subdividida em três capítulos, numa abordagem que segue do geral ao particular, sob a seguinte ordem: sociedade/igreja/domicílio. Na primeira parte, investigo a tensão/relação entre fé e secularização, pois a partir desta realidade decorrem concessões e/ou interditos relativos aos limites e envolvimento dos fiéis com o mundo que os cerca e com o próprio *ethos* pentecostal. No segundo capítulo, analiso aspectos concernentes à hierarquia e poder eclesiásticos, tencionando elucidar como se processa, quais os critérios e implicações e a natureza da divisão do trabalho religioso entre homens e mulheres; neste contexto, tanto estudo as representações acerca do ofício pastoral – figura central na cúpula de ambas as instituições – quanto as que estão relacionadas ao dom de profecia; ainda, entre outros tópicos, examino certos mecanismos de controle e coerção eclesiásticos e a repercussão deste quadro sobre a membresia de cada igreja (ICBE e Sara). Finalmente, no último capítulo, procuro entender como os dogmas (normas de moralidade) e a conversão/adesão da mulher e do homem ao pentecostalismo se refletem nas redefinições de gênero e sua relação entre o espaço público eclesiástico e o privado ou domiciliar.

1 Igrejas frente às demandas sociais

Neste capítulo, pesquiso como as igrejas em apreço (ICBE e Sara) lidam com a relação/tensão entre fé e secularização, pois a partir destas e de outras categorias surgem concessões e/ou interditos religiosos acerca dos limites e envolvimento dos fiéis com o mundo que os cerca e com o próprio *ethos* pentecostal. Nesta perspectiva, várias questões são pensadas no presente trabalho, a saber: Que estratégia o pentecostalismo em foco tem adotado no intuito de manter sua clientela coesa e quantitativamente crescente? Como o mesmo segmento lida, por exemplo, com a questão do “sucesso” profissional de seus fiéis? Existe relação entre a vida doméstica e a habilitação para o ministério (serviço) religioso? A formação secular corrobora para a inserção e/ou o aprimoramento do exercício ministerial? A sociedade secularizada pode em algum nível intervir e/ou influenciar em decisões referentes ao contexto eclesiástico? Textos sagrados que tratam da condição da mulher cristã são lidos pelos religiosos na ótica das demandas sócio-históricas atuais ou prevalecem certas interpretações tradicionalistas e conservadoras?

1.1 Discurso religioso e secularização

Certas mudanças apontadas no pentecostalismo [...] mostram que esse grupo religioso adaptou-se com extrema eficiência à situação pluralista e de mercado, o que vem se constituindo numa de suas principais vantagens competitivas sobre a concorrência. Concorrência que, por sua vez, vem cedendo cada vez mais às pressões e à lógica do mercado.

Ricardo Mariano.

São diversas as atividades constantes nas agendas permanentes da Sara e da ICBE – eventos que tanto tencionam expressar devoção ao divino como manter coesas ambas as instituições, o que inclui a efetiva participação e o crescimento quantitativo de seus adeptos; no entanto, interrogo se este e outros aspectos aqui abordados não estariam em certo sentido absorvendo feições cada vez mais secularizadas. Por exemplo, foi-se a época em que aumentar a clientela da fé restringia-se apenas a utilização das tradicionais estratégias de evangelização que, basicamente, envolviam a pregação bíblica nos púlpitos, a panfletagem de porções dos evangelhos de casa em casa, o testemunho de bênçãos auferidas pelos fiéis e a execução de músicas sacras em espaços eclesiais ou em praças públicas.

Em seu artigo sobre os efeitos da secularização no pentecostalismo, Mariano (2003, p.121) acrescenta que em face da necessidade dos governos eclesiais verticalizados terem de aumentar sua competência religiosa e empresarial, o perfil da liderança cada vez mais se assemelha ao de um administrador de empresas. De maneira que se espera que os novos líderes estejam habilitados para operar com as particularidades do mercado religioso, adaptando seu “produto (mensagens, práticas e ritos religiosos) aos interesses materiais e ideais dos consumidores, publicizando-o entre seu público-alvo, a fim de atrair e recrutar o maior número possível de adeptos e formar e cativar novas clientelas”. Realidade que implica conhecer as demandas do público-alvo para atendê-lo da forma mais eficaz e através de todos os meios possíveis e imagináveis; resultando na união de modernos conceitos de propaganda, comunicação e marketing a

elementos tradicionais da esfera religiosa, entre eles, promissões de milagres, curas e exorcismo.

Este é o atual feitio do mercado religioso que oferece amplo leque de serviços e eventos não só aos clientes da fé, mas no intuito de abarcar ou “salvar” por meio do proselitismo o maior número de “almas perdidas” (pessoas que não professam os mesmos preceitos sagrados). Só para se ter ideia, a Sara oferece vasta programação cültica que envolve desde a busca pela prosperidade material, a quebra de maldições e a cura interior, até liturgias voltadas exclusivamente para o sucesso empresarial; ademais, organiza eventos esportivos em várias modalidades, além de acampamentos e reuniões estratégicas para jovens e adultos, por exemplo, festas juninas com quadrilhas matutas e estilizadas, entre outras³³. A Sara também possui a Fundação Sara Nossa Terra (com trabalhos sócio-culturais e assistenciais), além de vários instrumentos de mídia: o canal de TV Gênesis, a rádio Sara Brasil FM, a Editora Sara Brasil, o Jornal Sara Nossa Terra, a revista Sara Brasil e o portal Sara Nossa Terra (www.saranossaterra.com.br). A instituição tem crescido no território nacional e exterior, adotando um modelo cada vez mais incisivo e corporativo na gestão dos negócios da fé – apontados como efeitos do sucesso e progresso que o pai celeste concede a seus filhos; afinal, como a própria Sara declara: “Nossa visão [é] formar líderes de êxito para o Reino de Deus”³⁴.

Embora bem mais modesta em termos organizacionais, a ICB tem passado por considerável transformação no que respeita ao modo de prestação de seus serviços. No caso específico da ICBE, atrelados a pregações vigorosas e triunfalistas, os cultos são regados por um misto repertório de músicas tradicional e *gospel*, acrescidos de encenações teatrais, danças e coreografias; a instituição local organiza ainda retiros e congressos para diversas faixas etárias. E seu veículo de comunicação de massa tem sido a internet, através dos *sites* www.igrejadecristoicbe.com.br e www.igrejaicbe.com, e do *blog* blogdoprjoel-igrejadecristo.blogspot.com.

Contudo, mais que a sofisticação do aparato administrativo ou muito além da utilização de recursos tecnológicos e midiáticos, para justificar sua existência, perpetuação institucional e a manutenção de sua clientela, não poucos grupos pentecostais têm, em certo sentido, invertido sua pauta de fé ao entronizar no centro

³³ O portal www.saranossaterra.com.br divulga suas atividades gerais e permanentes.

³⁴ Escola de Vencedores, v.1, p.19.

de suas prioridades não o culto exclusivo ao seu Deus, mas a satisfação imediata de consumidores religiosos cada vez mais exigentes e ávidos por bênçãos e prosperidades de toda ordem. Daí também a minimização de exigências comportamentais e o afrouxamento na área estética (por exemplo, quanto ao vestuário, adereços e produtos de beleza), além da evidente adaptação da mensagem e conteúdos litúrgicos às preferências e aos interesses materiais e ideias da grande plateia de fiéis.

Neste sentido, a fala de Cassandra é exemplar, porque realça elementos que seriam basais para tais transformações, consequentemente, aproximando a ICBE e a Sara de uma realidade mais e mais secularizada.

Estamos em uma sociedade diferente e a igreja tem de começar a repensar as suas atitudes e sua filosofia, porque **senão ela vai ficar para trás** e nós não alcançaremos pessoas para Cristo. Primeiro, a nossa igreja [...] é uma igreja onde você encontra uma diversidade muito grande de clientela [...] Então, se o discurso lá de cima for ainda bem tradicional, ainda de um modelo lá de dentro do interior, onde a maioria das mulheres está lá esperando o marido chegar de noite com a comida pronta, aquela coisa toda, não vai surtir efeito porque **a clientela agora é outra**. Como eu faço para ganhar os intelectuais? Como diz Paulo, eu tenho de **estar ali igual a eles e falar a linguagem deles**. Porque se ficar naquele discurso bem arcaico, que já está mudando, nós não vamos chamá-los [...] O conceito de liderança em nossa sociedade atual é outro. Antigamente era de imposição, mas hoje você sabe que é liderar pela questão do diálogo, de convencer, de ter argumentos e atrativos (Cassandra, 38 anos, viúva, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE, coordenadora pedagógica da escola bíblica – grifo meu).

Ora, se a propalada base de fé e a práxis protestante estão centradas nas sagradas escrituras, que declaram “[...] não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (BS, Romanos 12.2), como conciliar isto à defesa de Cassandra de que a igreja deve formatar a mentalidade e ações a partir dos valores da sociedade? Tudo faz crer que minha interlocutora propõe a releitura de determinados valores bíblicos ou doutrinários, para a estruturação de um *ethos* religioso cujos contornos sejam paulatinamente secularizados e/ou moldados aos “gostos” individuais dos devotos. Afinal, numa luta onde se busca a maior “fatia do mercado”, o que está em jogo é o aumento ou a redução da clientela nas instituições eclesiais.

A lógica mercadológica sob a qual a esfera da religião opera produz, entre outras coisas, o aumento da importância das necessidades e desejos das pessoas na definição dos modelos de práticas e discursos religiosos a serem oferecidos no mercado. Ao mesmo tempo, demanda das organizações religiosas maior flexibilidade em termos de mudança de seus “produtos” no sentido de adequá-los da melhor maneira possível para a satisfação da demanda religiosa dos indivíduos (GUERRA, 2003, p.1).

Urge, portanto, que a liderança atente para seu público alvo, sua diversidade e demandas mais amplas; do contrário, a concorrência assumiria o comando e a supremacia. Por conseguinte, Cassandra advoga que a mensagem nos púlpitos das igrejas deve ir ao encontro dos anseios de cada consumidor – o discurso religioso deve se adequar ao mercado da fé. Inclusive, ao criticar o modelo atual da própria denominação, o denomina de tradicional, ultrapassado, descontextualizado e que não mais atende aos interesses individuais de seus fiéis, sobretudo, no que tange à situação de assimetria das mulheres em relação aos homens. E conclui que é necessário falar a língua da sociedade moderna (ocidental), se parecer e argumentar como os não cristãos o fazem.

No texto intitulado de “O culto do eu no templo da razão” – referindo-se à questão clássica e recorrente da modernidade que discute a oposição entre razão e religião – Duarte indica surgir um curioso paradoxo quando se permite orientar pela proposta de Dumont de compreender a categoria “religião” como aquela que (dentro do universo da segmentação do pensamento) mais alude à ideia de “totalidade” e, por outro lado, ao se aceitar como legítima suposição que a linha semântica desse valor se firmaria em nossa cultura em volta da noção de “indivíduo”; de maneira que ter-se-ia como “totalidade” exatamente um elemento que a nega; como “valor encompassador justamente o que segmenta, privatiza, individualiza, e como religião, justamente o que seculariza, des-magiciza, racionaliza” (DUARTE, 1983, p.6).

Ao elucidar que a partir da situação pluralista e concorrencial das igrejas brasileiras – concretizada na segunda metade do século XX, mais de meio século após a separação Igreja-Estado – Mariano (2003, p.5) advoga que a lógica mercadológica passou a nortear “ações organizacionais, religiosas e proselitistas de vários grupos religiosos, sobretudo de certas denominações pentecostais”; de maneira que a ideia de se sobressair em meio à concorrência religiosa para galgar resultados evangelísticos dos mais ambiciosos tem sido uma constante neste segmento.

Algo que pode ser observado já na adoção que, nas últimas décadas, elas vêm fazendo de um modelo de organização e gestão denominacional de molde empresarial, cujo efeito é acentuar ainda mais a concentração e verticalização do poder eclesiástico e a centralização administrativa e financeira (MARIANO, 2003, p.5).

Por outro lado, ainda que diversas ações tenham sido alteradas nos arraiais pentecostais, no sentido de atender as demandas de sua clientela e superar a competitividade religiosa, retomando questões de gênero e em apoio à afirmativa anterior de Cassandra, Conceição lamenta haver fatores da tradição eclesiástica que, segundo ela, deveriam ser erradicados das comunidades cristãs – especialmente do contexto local – e não o são, por exemplo, a própria primazia dos homens em detrimento das mulheres; portanto, para ambas as fiéis, a igreja deve ouvir a sociedade e imitá-la em muitos sentidos, porém no quesito “machismo” deve permanecer ensurdecida e alheia.

A sociedade é pra lá de machista, mas neste ponto as igrejas têm que tapar os ouvidos. A gente sabe que não é porque o camarada se converteu que deixou de ser machista. A igreja não está fora do meio social, ela não é um lugarzinho que você coloca lá no Tibet e diz que vai funcionar só lá. Não, ela está neste contexto social atual, nesse mundo moderno e precisa se adequar a ele naquilo que é bom para homem e mulher (Conceição, 37 anos, casada, pedagoga, 18 anos na ICBE e professora de crianças).

A denúncia destas fiéis se coaduna à tese bourdieudiana de que a igreja, como uma das principais instâncias na reprodução da “dominação masculina”, é a instituição que apregoa abertamente uma moralidade familiarista, plenamente dominada por “valores patriarcais” e, mormente, pelo dogmatismo da inata inferioridade das mulheres. Além disso, o mesmo autor advoga que a religião age de modo mais indireto sobre as “estruturas históricas do inconsciente, por meio sobretudo da simbólica dos textos sagrados” (BOURDIEU, 2003, p.103).

No próximo depoimento, Cassandra novamente insiste na imprescindível releitura das sagradas escrituras a partir de valores sociais hodiernos, ou seja, ainda que utilize a bíblia, sua hermenêutica procura ir além de elementos centrados na dogmática institucional no intuito de ouvir a própria sociedade. “Acredito que a palavra de Deus estava muito dentro do contexto da sociedade daquela época. Hoje

a realidade é outra e a igreja tem de fazer esta interpretação, ela também precisa se adequar e viver dentro desse novo modelo social”³⁵.

Cassandra ainda demonstra nitidamente seu anelo e esperança para que tais mudanças ocorram em sua instituição, especialmente, no que respeita à superação da condição de desigualdade imposta às fiéis. Ela assevera que como essas transformações vêm da sociedade em geral para dentro do contexto eclesialístico, logo, não há como evitá-las:

A ICBE é uma igreja **ainda tradicional** [...] Agora, ela está em transição de valores, de princípios; não é do dia para noite, deve ser construída. Ela está abrindo mais espaço para a democracia. Até porque eu acho que **o pastor está começando a perceber que a realidade da nossa igreja, o público, a clientela é muito diversificada, é de pessoas instruídas e que questionam**. Acho que mesmo que ele queira seguir aquela linha tradicional, a situação não permite. Então, acho que a ICBE está em transição para uma abertura (Cassandra, 38 anos, viúva, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica – grifo meu).

O argumento que segue ajusta-se aos precedentes, porque, enquanto que a maioria dos líderes justifica o atual quadro da ICBE apenas com argumentos bíblico-dogmáticos, Clóvis o historiciza alegando que a sociedade inevitavelmente imprime seus valores sobre a religião. “Na nossa realidade, em função da cultura que é imposta, não só os líderes da igreja, mas as pessoas de um modo geral são absolvidas pelas informações vindas da sociedade”³⁶.

A propósito, quando discorre acerca da ordenação feminina, o próprio pastor principal da referida instituição assina a mesma assertiva ao declarar que as **“igrejas seguem a tendência da sociedade**, [e que] por isso as mulheres vão ser pastoras”³⁷. Ele nem declara que está previsto na bíblia nem que é sua posição pessoal, muito menos que seja o objetivo da ICBE ou da ICB que a mulher chegue ao pastorado. Cristiano é categórico ao assegurar que não o divino, mas a sociedade fará soberanamente a devida mudança estrutural – enfim, esta é a “tendência”.

³⁵ Cassandra, 38 anos, viúva, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica.

³⁶ Clóvis, 35 anos, casado, graduado em marketing, 19 anos na ICBE e presbítero.

³⁷ Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE – grifo meu.

Mencionando certos critérios adotados pela liderança da Sara, como metas para o crescimento pessoal e ministerial, Sílvia explica que além das benesses celestiais é preciso almejar as temporais. A bênção do sucesso é perseguida simultânea e harmoniosamente através da devoção (com os olhos postos em Deus) e do esforço individual/humano (com os pés fincados na terra). Por exemplo, a conquista da formação acadêmica é incorporada nos negócios da fé como atestado do sucesso cristão. De sorte que resultados, produtividade ou conquistas terrenais são reflexos da graça divina que habilitam o fiel a galgar escalões maiores, inclusive, na hierarquia eclesiástica.

A Sara trabalha também com o **crescimento** intelectual. Você **não pode estar focado só na igreja**. Se for assim, como é que fica a **vida secular**? A gente tem nossa sede em Brasília. Lá nossos bispos já são formados, graduados e pós-graduados; todos os líderes abaixo deles já concluíram uma faculdade ou estão cursando. Outros têm empresa própria ou cargos de sucesso. Por quê? Porque eles lutaram, batalharam, foram abençoados e **a igreja incentiva a isso**. Nós incentivamos nossos liderados a estudarem e crescerem também. Quando você é **bom na escola secular**, você **será um grande líder na igreja** (Sílvia, 20 anos, casada, 2º. grau incompleto, 2 anos na Sara, líder de equipe e diaconisa – grifo meu)³⁸.

O estímulo da Sara para que seus fiéis granjeiem resultados favoráveis, sobretudo econômicos, é um legado que encontra sua legitimação na “teologia da prosperidade” ou “ideologia do sucesso”. Saúde física, prosperidade material e financeira são elementos basilares desta ideologia que se alastrou por diversas partes do mundo entre um sem número de instituições religiosas. Um de seus primeiros e mais influentes propagadores foi o pastor Kenneth Hagin, nas décadas de 60 e 70, nos Estados Unidos, e é dele a seguinte afirmativa:

Nós, como cristãos, não precisamos sofrer reveses financeiros; não precisamos ser cativos da pobreza ou da enfermidade. Deus proverá cura e a prosperidade para os seus filhos se eles obedecerem aos seus mandamentos. Deus quer que seus filhos tenham o melhor de tudo (HAGIN, s.d, p.66).

³⁸ A diaconisa é uma auxiliar da hierarquia da igreja que atua diretamente no apoio litúrgico e serviço assistencial aos fiéis.

Por outro lado, ao defender que a teologia da prosperidade é não menos que uma “etapa avançada da secularização da ética protestante”, Freston (1994, p.146) ampara sua argumentação nos seguintes termos:

A corrupta igreja medieval pedia os bens deste mundo e prometia recompensas na vida futura. A igreja pós-reforma exigia o ascetismo intramundano como sinal da eleição que garantia recompensas na vida futura. Na sua primeira transformação, isso cedeu o passo à ideia de que as recompensas deste mundo eram produto do esforço intramundano. Alguns elementos da igreja eletrônica foram mais longe na secularização da ética protestante. Prometem que os salvos serão recompensados nesta vida com saúde e prosperidade. Ser rico não é só uma coisa boa, mas pode vir... sem a necessidade do esforço diligente (BRUCE, 1990 apud FRESTON, 1994, p.147).

1.2 É possível harmonizar religiosidade e secularização?

Os religiosos-atletas e os atletas religiosos concorrem entre si, isto é, entre suas igrejas, para ver quem “conquista” mais seguidores-atletas, quem inova mais nas estratégias doutrinárias-técnicas, quem consegue mais índices de popularidade na seara do poder da fé, a partir da vitória realizada no campo agonístico das lutas para ganhar uma medalha no *pódio*, em direção ao céu, de onde “acena” Cristo.

Damiani.

A partir das pistas da seção anterior e de novas noções apresentadas pelos próprios interlocutores que compõem a liderança de ambas as denominações, tudo faz crer que o *ethos* pentecostal tem nimamente incorporado elementos secularizados ao conjunto de suas práticas cotidianas, sejam estas ligadas à maneira de atrair novos prosélitos ou na forma como encaram suas regras moralidade. Passo agora a relatar alguns destes indícios.

Ao inquirir a respeito do porquê do percentual de congregados na Sara ser composto em sua maioria de homens e não de mulheres, Sandro me surpreendeu ao falar que um dos principais estímulos a adesão de novos fiéis e o envolvimento deles na instituição gira em torno das partidas de futebol realizadas sistematicamente pela igreja. Na verdade, não só a Sara, mas diversas instituições eclesiais têm assimilado a prática esportiva como veículo de divulgação de sua mensagem; inclusive, foi na década de 1980 que se cunhou no Brasil a terminologia “Atletas de Cristo”³⁹. Pregação, futebol e comunhão têm sido peças-chaves de um mesmo jogo, cujo maior propósito é a conversão dos homens a fé protestante, diferente de certas igrejas pentecostais que descartam ou abominam completamente tal prática por considerá-la profana, a exemplo da IPDA⁴⁰. Por outro lado, Sandro

³⁹ O site oficial dos Atletas de Cristo é www.atletasdecristo.org.

⁴⁰ A devoção cotidiana da IPDA gira em torno da santificação do corpo que deve a todo custo ser reprimido ou separado das tendências da “natureza humana” decaída ou “pecaminosa”; aspirações do fiel com respeito ao corpo estão voltadas não para o aqui (mundo temporal – efêmero), mas para o além (mundo celestial – eterno). Portanto, desprezar esteticamente o próprio corpo, penitenciá-lo e privá-lo de entretenimentos – tidos como prazeres carnavais ou mundanos – isentam o fiel das transgressões contra a igreja e o próprio Deus, garantindo o passaporte para a vida eterna. Por outro lado, voltar ao mundo (desviar-se da fé proposta pela instituição) ou

afirmou categoricamente que na “Sara 60 a 70% são homens; hoje, eles têm um **relacionamento maior na igreja por causa do futebol**, e termina que se envolvem mais do que as mulheres”⁴¹.

A estratégia da Sara com a prática do futebol é de manter encontros regulares semanais, cujos atletas cristãos (membros/filiados) convidam os amigos que não aderiram à fé evangélica para – entre uma partida esportiva e outra – serem evangelizados e encaminhados a instituição religiosa.

Estudando a relação entre protestantismo e esporte (no caso específico, o futebol), Aguiar (2004) sugere que a fundação dos “Atletas de Cristo” (instituição constituída por esportistas evangélicos profissionais de diversas denominações cristãs) foi ocasionada pela intenção de aumentar o número de prosélitos à fé evangélica, a partir da dessacralização do domingo, antes considerado pela grande maioria das igrejas protestantes como tempo sagrado a ser exclusivamente dedicado à prática de devoções religiosas. Nas palavras do referido autor,

quanto mais racional, científico e profissional se tornou o esporte, principalmente o futebol, mais aceitável se tornou aos protestantes. Conseqüentemente, quanto mais a secularização se aprofundava na sociedade brasileira, mais os protestantes desencantavam os últimos bastiões da sacralidade, sobretudo o domingo, tempo sagrado, e mais se abriam para as práticas “seculares” como o futebol. Esse processo de desencantamento do mundo acabou por conduzir os evangélicos a uma reavaliação de parte de suas práticas religiosas [...]. Pode-se dizer que, de forma indireta, este processo abriu espaço para o surgimento de novas denominações evangélicas, ao lado de outros fatores como a urbanização e industrialização (AGUIAR, 2004, p.352).

No que respeita às mulheres, outro indício que parece tanto harmonizar a noção religião/secular quanto nortear a conduta das fiéis é a observância da situação do seu cônjuge em relação à fé, ou seja, se ele é ou não convertido ao protestantismo, posto como quesito desejável para que as “irmãs” assumam ou não determinadas funções eclesiais. Por isso, ao indagar o pastor principal da ICBE se delegaria algum cargo a uma fiel, caso o esposo não professasse a mesma fé, Cristiano declarou: “Neste caso, embora até assumas atribuições, eu entendo que a

apenas manter algum tipo de contato com ele, por mais sutil que seja, significa vulnerabilidade para o pecado e sentença de morte física e espiritual. A propósito, há notória referência institucional a dogmas proibitivos que envolvem desde impedimentos a todo tipo de prática esportiva até interditos acerca da sexualidade e conjugalidade – por exemplo, diferença máxima permitida da idade entre os cônjuges. Para maiores detalhes, ver Manual da IPDA.

⁴¹ Sandro, 21 anos, casado, 2º. grau completo, 4 anos na Sara, líder de equipe e diácono – grifo meu.

mulher não deveria aceitar esta situação, especialmente se estiver em jogo uma função de peso – como no caso de pastora⁴². Já que é inconcebível que o profano assuma algum cargo religioso, tão pouco aquela que estiver unida a ele pelo matrimônio estará plenamente habilitada a sê-lo. Significa que a condição do marido descrente (não filiado a instituição/alheio à fé) termina por interferir objetivamente em certas decisões no seio da igreja, no que toca a condição das esposas convertidas/filiadas a religião.

Isto justifica o depoimento de Clébia de que, ainda que ocupe um posto de liderança na ICBE, se percebe coagida por causa do esposo que não professa a mesma fé. Dito de outra forma, já que o esposo encontra-se distante da religião, a condição desta fiel tem sido encarada com certas reservas no contexto eclesiástico. Lamentando esta realidade, Clébia desabafou: “Uma parte de mim (se referindo ao esposo) não está dentro da igreja, então há uma cobrança muito grande porque a gente tem de fazer em casa aquilo que declara na igreja. Eu preciso ser exemplo diante daquilo que professo com minhas palavras”⁴³.

Ademais, constatei que o constrangimento da mulher com referência a discordância do cônjuge acerca da fé perpassa diversas fronteiras. Ambas as igrejas ensinam que o esposo descrente é e sempre será a cabeça (a liderança) da mulher, a despeito da circunstância. Mesmo inserida nalguma função ou imbuída de prerrogativas eclesiásticas, a mulher deve subordinação ao homem, seja no domicílio, na religião ou em qualquer outro espaço que se imagine. Inclusive, estranha o fato de que o cônjuge não convertido (profano) prevaleça sobre a esposa ao influenciar o rumo das decisões na religião (sagrada), no que respeita ao posicionamento institucional em relação à condição da mulher.

Em geral, certos depoimentos evidenciaram que a participação da mulher nas igrejas e seu envolvimento em atividades extradomésticas dificultam o esforço em atenuar o impacto da adesão religiosa, desencadeando uma série de desavenças por parte dos seus parceiros. Por outro lado, conquanto não ofereça uma alternativa ao sistema hegemônico e assimétrico de gêneros, é possível que no

⁴² Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE. Embora a ICB não ordene mulheres ao pastorado, ele se referiu a um contexto mais amplo – incluindo igrejas que adotam mulheres no oficialato.

⁴³ Clébia, 31 anos, casada, pós-graduada em psicopedagogia, 18 anos na ICBE e vice-coordenadora da escola bíblica dominical.

decorrer do tempo o discurso religioso da submissão da mulher ao marido faça amenizar algumas situações de conflito.

Os próximos depoimentos esboçam uma das nítidas orientações do discurso oficial das duas igrejas (ICBE e Sara), que terminam por ceder aos ditames dos maridos não convertidos, na expectativa de tanto abrandar tensões conjugais como nutrir igualmente a parceria patriarcalista dentro e fora do contexto eclesiástico.

A mulher tem de ser submissa ao marido. Se o marido (profano) a proibir de ir à igreja, ela vai ter de ser submissa a ele. Ela vai ter de enfrentar esta situação em oração. **Orar em casa e falar com jeitinho, dando amor ao marido** (Santos, 32 anos, casado, 2º. grau incompleto, 7 anos na Sara, diácono e líder do ministério “Sara Adultos” – grifo meu).

A gente tem aconselhado a **não ultrapassar o limite da sua submissão ao marido, mesmo não sendo ele evangélico**. Para ilustrar o que eu estou dizendo, imagine o esposo não é evangélico exigindo que sua mulher vá para uma festa do mundo (profana) com ele; neste caso, a gente orienta a irmã que **obedeça a seu marido e vá**. Ela não precisa participar das coisas do mundo, mas deve acompanhar seu esposo para evitar conflitos. **A bíblia diz** que uma esposa pode ganhar seu esposo até sem palavras. É a ação de uma mulher crente que pode chamar a atenção do seu marido descrente (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE – grifo meu).

Conforme advoga a hierarquia das igrejas supracitadas, posto que não esteja filiado a nenhuma instituição religiosa, ao esposo (profano) foi conferido divinamente o direito e a autoridade de imperar sobre a esposa, tenha ela efetivado sua conversão/adesão ao pentecostalismo ou não. Outro exemplo associado ao depoimento anterior é o de Cristina, pois afirma que o esposo (profano) foi o instrumento divino (sagrado) para as mudanças ocorridas em seu temperamento, antes mesmo da conversão dela. Além disso, esta interlocutora afirma que após seu “casamento com Jesus” (ou sua conversão/adesão) este processo foi intensificado.

O meu marido já tinha certa autoridade sobre mim, porque quando falava eu me calava [...] Deus começou a usar ele mesmo quando me casei. Eu não era nem convertida, mas depois da minha conversão foi que Deus trabalhou mais forte ainda. Quando eu casei, eu vi que meu mundo não era aquele que eu pensava, meu mundo era outro. E quando aceitei a Jesus, quando casei com Jesus, aí foi que o negócio ficou sério (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICB, dirigente do círculo de oração).

Cássia ainda assevera que não obstante o esposo esteja distante dos preceitos religiosos, a mulher cristã deve prestar-lhe obediência porque tal postura é do agrado divino. Todavia, mesmo representando mínima parcela entre as fiéis, Cassandra se impôs de modo singular, ao fazer a seguinte denúncia:

Eu sou bem crítica. A igreja tem orientado as mulheres cristãs a serem humildes, mas no meu ponto de vista elas não devem confundir humildade com humilhação [...] têm coisas na igreja que eu questiono e uma delas é essa, de que a mulher deve permanecer com seu marido sempre, até que a morte os separe. Mas a gente sabe que nem o próprio Jesus decreta isso, ele deixa aberturas; deixa claro que a mulher também tem o poder de decisão [...] muitas mulheres permanecem com seu marido do mesmo jeito e isso acaba causando estresse e frustrações. A igreja prega a questão da benção, aí a mulher fica esperando e a benção não chega; isto gera frustrações e muitas até abandonam a igreja (Cassandra, 38 anos, viúva, 3º. grau completo, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICB, coordenadora pedagógica da escola bíblica).

1.3 O que determinará o oficialato das mulheres ao pastorado?

No meio evangélico [...] ainda há certo preconceito, por mais que se negue. As mulheres podem trabalhar muito bem, mas no seu “quadrado” feminino. [...] As armas são sutis. Porém, percebemos nas entrelinhas e, às vezes, nos discursos de apologia à mulher os muros construídos.

Nancy Dusilek.

No capítulo subsequente apresentarei uma lista dos ofícios eclesiásticos e das funções secundárias distribuídos entre homens e mulheres. No momento, faz-se necessário observar que apenas a Sara ordena oficialmente mulheres ao pastorado, todavia vários interlocutores da ICBE conjecturam que esta realidade também ocorrerá em sua instituição. Agora, posto que em termos gerais o contexto religioso seja distinto entre ambas as igrejas, há alguns pontos afluentes no que respeita a probabilidade ou efetiva ordenação de mulheres, ratificando que a elas geralmente reserva-se um percurso mais extenso aos principais cargos de liderança no pentecostalismo em foco.

O primeiro aspecto convergente no discurso da Sara e ICBE reporta-se à noção de vocação (missão), isto é, como as igrejas defendem que a vontade divina é soberana, se Deus também comissionar a mulher para o oficialato ninguém (homem ou mulher) poderá frustrar ou impedir seu desígnio. Esta concepção resulta em declarações como as que seguem: “Eu acho que quando é Deus quem chama, ele mesmo se responsabiliza de dizer ‘eu quero é você’, independente de ser homem ou mulher”⁴⁴.

O que eu vejo é uma coisa tão linda! É obra, é visão de reino mesmo. A mulher é pastora, mesmo sem ter o título de pastora [...] Para superar o medo (de uma pastora), os homens têm que abrir espaço para as mulheres. Nossa igreja é muito fechada, restrita. Os homens têm que ampliar a visão de reino⁴⁵ e abrir espaço para as mulheres. Outra coisa importante é que funções administrativas são diferentes da chamada de Deus. Pode ser

⁴⁴ Cibele, 22 anos, solteira, cursa jornalismo, há 12 anos na ICBE, Presidente do Departamento Infantil, secretária da igreja, cooperadora da Mesa Diaconal e professora da Escola Bíblica Dominical.

⁴⁵ “Ampliar a visão de reino” denota a abertura do entendimento do fiel e sua submissão à vontade divina, que reina absoluta sobre tudo e todos.

homem ou mulher, é Deus quem chama (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICB, dirigente do círculo de oração).

Neste sentido, um dos entraves à ocupação dos postos da hierarquia eclesiástica pelas mulheres seria a obstinação dos homens em não aceitar o querer divino. Isto aponta para uma questão conflitante no seio da própria religião, pois se é vontade divina que as mulheres também exerçam liderança no mesmo nível que os homens, porém eles as impedem (pelo menos na ICBE), ou a autoridade do Deus dos homens tem sido relativizada ou os homens estão violando certos preceitos do seu Deus. Contudo, ao sair em defesa do divino, Cristina sugere uma possível solução a este impasse colocando em xeque apenas a outorga institucional dos títulos ao oficialato – que ganhariam status de efêmeros ante a permanente e relevante chamada divina – a ponto da mesma interlocutora afirmar que a “mulher é pastora (instituída divinamente), mesmo sem ter o título de pastora” (pela instituição dos homens).

Há um elemento recorrente nas falas dos membros das duas igrejas, que tem sido apontado como um sinal preponderante para o reconhecimento de uma pessoa chamada por Deus para o serviço religioso (a despeito da instituição). A sensibilidade é colocada como uma virtude intrínseca que habilita seu portador a ter profundas experiências místicas com o divino. E conforme o conjunto de fiéis (de ambos os sexos) contemplados nessa pesquisa é neste quesito que as mulheres deveras se destacam dos homens. Portanto, esta condição essencialista atribuída especialmente à fiel a capacita a ouvir e perceber com mais perspicácia realidades espirituais, conferindo-lhe certa vantagem e competência para indicar soluções acerca de questões temporais ou espirituais, seja no espaço eclesiástico ou para além dele; o que possivelmente acende focos conflituosos da parte do homem, tendo em vista que ele é apontado por ambos os gêneros como a cabeça da família e o líder por excelência na religião⁴⁶, isto é, o que possui e deve ter a última palavra. Ainda assim, os próximos depoimentos elucidam o pensamento coletivo a respeito do componente “sensibilidade”, exposto como diferencial da mulher sobre o homem:

⁴⁶ Neste caso, passa a ser líder eclesiástico desde que tenha feito sua conversão/ adesão ao protestantismo.

“Eu acho que ela (a mulher) teria mais sensibilidade para resolver até uma situação conflitante na igreja”⁴⁷.

A mulher tem uma sensibilidade muito grande. Eu tenho notado que as mulheres têm crescido e tomado o espaço delas, porque elas têm mais sensibilidade de ouvir e sentir do que o homem. O homem já é um pouco mais natural, já a mulher é mais espiritual, vai mais além, tem mais discernimento, é mais sensível e, portanto, eu acho que a mulher é muito usada nas mãos de Deus (Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos na Sara, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos”).

Já que homens e mulheres afirmam que é inerente a elas a maior sensibilidade, conseqüentemente, a oportunidade de um contato mais íntimo com o divino e, por outro lado, as próprias fiéis declaram que o fundamental é a chamada e a vocação de Deus para servi-lo, disto resulta que elas raramente reivindicam títulos eclesiásticos, pelo menos de forma explícita. Noutras palavras, por que disputariam com os homens funções hierárquicas na instituição religiosa terrenal, se a maioria delas se contenta com o chamamento celestial? Logo, como a fiel é representada como quem mais se atém ao transcendente, caso ela chegue ao oficialato (tanto na Sara como na ICBE) isto será decorrente não de uma luta travada entre os sexos, mas da provável vindicação de alguns segmentos institucionais em nome dela.

Outro aspecto, ao mesmo tempo convergente e paradoxal na fala dos interlocutores acerca da possibilidade ou efetiva ordenação de mulheres aos postos da hierarquia eclesiástica, refere-se ao que identificam como tendência da sociedade⁴⁸. Ora, se crêem que o Espírito Santo é soberano e afirmam que as igrejas seguem concomitantemente a sociedade, então, ou acreditam que “a voz do povo é a voz de Deus” – no sentido de que a sociedade é uma reverberação que sanciona os anseios divinos, isto é, que as demandas sociais representam o clamor de Deus para a mudança estrutural das igrejas e que, no caso específico, a vocação espiritual ao ministério deve perseguir e sintonizar-se à conjuntura social (corroborando com a discussão anterior acerca da harmonização entre religião e secularização). Ou, do contrário, as igrejas (ou certos líderes relutantes) estão ouvindo a sociedade em detrimento do Espírito – o que corresponde a atentar mais para o secular, como que buscando formatar a vontade de Deus às aspirações do

⁴⁷ Cassandra, 38 anos, viúva, filiada há 20 anos na ICBE, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga e coordena pedagogicamente a Escola Bíblica Dominical.

⁴⁸ Também fiz alusão a este aspecto na seção 1.1.

povo e não o inverso; nesta perspectiva, as igrejas encaram a tensa dualidade entre a soberania divina e a tendência da sociedade secularizada. Cristiano sintetiza esse tópico em sua argumentação:

Veja bem, dentro do contexto pentecostal, nós temos uma frase que é muito falada: “O Espírito Santo opera em quem quer, da forma que quer, onde quer e quando quer”. Se a gente tomar e crer mesmo nesta frase, a gente tem de aceitar que o **Espírito age por intermédio de quem quer**, seja mulher ou homem. Em qualquer instituição religiosa ainda existe uma resistência ministerial de alguns líderes, até em nossa denominação mesmo, mas acho que a mulher pode e deve exercer o ministério pastoral sem problema algum. As **igrejas seguem a tendência da sociedade**, por isso as mulheres vão ser pastoras (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE – grifo meu).

Observo que o novo modelo pressuposto por Cristiano (que representa legalmente sua instituição) é uma concessão que poderá ser também efetivada na ICBE, desde que – a exemplo da Sara e seguindo outros depoimentos – sejam ressalvadas algumas situações. No discurso oficial das igrejas supracitadas não se exige dos candidatos ao oficialato (homens e mulheres – no caso da Sara) formação específica em teologia ou em qualquer área do conhecimento humano; entretanto, conforme o que certos interlocutores expõem, na prática, há distinções evidentes aplicadas às mulheres. Ademais, como são elas (principalmente as fiéis da ICBE) que têm investido mais em sua formação acadêmica e profissional; por conseguinte, isto tem sido apontado por alguns líderes como diferencial para presumível inserção delas a determinados cargos de destaque na religião – incluindo postos na hierarquia. Então, ainda que não esteja sacralizada nas regras internas das igrejas, supõe-se que, a partir de sua ascendência social, a mulher possa ser inserida em instâncias religiosas superiores.

Em entrevista a revista *Ultimato*, Freston (2009, p.39) concedeu seu parecer referente à ordenação de mulheres, asseverando que este fenômeno tende a crescer por razões sociológicas, por exemplo, a alteração da relação entre os gêneros, a entrada maciça de mulheres na força de trabalho, o enorme crescimento da educação feminina e obstáculos sociais que vão sendo superados. E acrescenta:

As mulheres estão entrando em profissões em que antes estavam ausentes e conquistando posições de liderança em segmentos da sociedade onde antes isso não era permitido. [...] É claro que a igreja católica e as igrejas

ortodoxas são irredutíveis nesse sentido, certamente por causa de sua teologia sacerdotal. Como as igrejas protestantes não têm essa teologia sacerdotal, não é tão difícil para elas acompanhar as mudanças sociais envolvendo a mulher e, inclusive, reinterpretar textos que antes eram usados como barreiras para a liderança feminina [...] certamente os argumentos pragmáticos em termos de imagem da igreja na sociedade e do recrutamento de pastores e pastoras estão a favor da ordenação feminina (FRESTON, 2009, p.39).

O mesmo quesito foi disposto pelos fiéis como que um processo evolutivo natural, o que é senão alusão às dinâmicas sociais que inevitavelmente atingiriam e seriam absorvidas pelas igrejas. Neste particular, as instituições passariam a adotar um novo modelo de gestão mais e mais secularizado, pois ao construir carreira de sucesso para além dos arraiais eclesiásticos a fiel seria ordenada ao oficialato ou conquistaria seu espaço; de maneira que o carisma (atributo sobre-humano ou divino) não bastaria para qualificá-la como líder. Isto se faz evidente, por exemplo, nas falas abaixo:

Acho que há uma **tendência natural** hoje, embora a ICBE **ainda** não esteja preparada. Eu digo “ainda” porque é uma **metamorfose**, é uma **transformação**. A tendência é que naturalmente a mulher vá conquistar seu espaço (na hierarquia eclesiástica). É natural em uma comunidade em que entram pessoas novas, elas já venham de fora com outra visão. O fato de já terem a oportunidade de **fazer uma faculdade**; de já terem recebido várias informações do que já existe e talvez das **novidades** apresentadas pela própria sociedade (Clóvis, 35 anos, casado, graduado em marketing, 19 anos na ICBE e presbítero – grifo meu).

A gente não pode negar o lado ministerial, o lado espiritual, o talento recebido divinamente. Agora quando a mulher **investe** nela em termos de seminários, cursos, faculdade ela tem uma **inserção maior** na igreja (Cleiton, 29 anos, casado, 2º. grau completo, 11 anos na ICBE e presbítero – grifo meu).

Segundo Cleiton, é Deus quem qualifica o crente para a missão, porém, galgando outros degraus do saber sistematizado e acadêmico, a mulher terá este fator como um aliado a mais, que certamente a ajudará em seu novo posicionamento ou possível ascensão junto à religião. Por outro lado, não obstante ratifique a afirmação de seus predecessores, Cassandra adverte sobre a necessidade das igrejas se aterem mais à vocação (missão conferida pelo divino) e ao carisma (atributo ou poder transcendente), em detrimento da carreira secular (intelectual ou profissional) da fiel:

Eu vejo o seguinte, a igreja hoje tem aberto mais espaço para aquelas mulheres que têm investido na parte intelectual, acadêmica e profissional. Agora, estamos deixando para trás os dons e a chamada que cada um recebeu de Deus. A igreja tem de saber trabalhar isso: Até onde a igreja precisa de alguém que tenha este conhecimento? E onde a igreja precisa daquela irmã que não tem esse conhecimento intelectual, mas que é necessária naquele espaço e função? (Cassandra, 38 anos, viúva, filiada há 20 anos na ICBE, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagogia, coordena pedagogicamente a Escola Bíblica Dominical).

Conforme ressalvei no princípio desta seção, são os próprios interlocutores que realçam que tal admissão das fiéis à hierarquia eclesiástica seja possivelmente obtida por meio de um decurso gradual, que demandaria delas uma espécie “garimpagem” dos espaços, no entanto desde que permanecessem estrategicamente dóceis (*servas*) ou não ofereçam risco aos homens (líderes da religião), pois a eles cabe sancionar ou não esta outra realidade na instituição. Ainda assim, percebi e repito que mesmo que prestem seu serviço à igreja e sejam reconhecidas por isso, há insistente suspeita de que propostas acerca da ordenação delas ao oficialato partam primariamente de alguns poucos homens que ocupem, inclusive, cargos no clero.

Na prática, o homem cresce muito mais, porque existe uma porta aberta pra ele; já a **mulher tem que garimpar** esse espaço. Eu vejo as mulheres bem mais maduras que os homens com relação a posição, elas são muito mais **servas** no sentido de servir por servir, não procurando nem lutando por cargos (Cleiton, 29 anos, casado, 2º. grau completo, 11 anos na ICBE e presbítero – grifo meu).

Ao declarar que as mulheres não procuram nem lutam por cargos, Cleiton está supondo que a tática das mulheres é outra, ou seja, enquanto alguns líderes (homens) abertamente defendem que as mulheres devem assumir funções hierárquicas, quase que a totalidade delas prefere seguir a longa estrada de serviços prestados à religião e, neste cordato ou discreto “peregrinar”, muitas delas vão investindo paralelamente em suas formações acadêmicas e/ou profissionais – e tendo notoriedade em outros segmentos da sociedade, inevitavelmente, granjeiam destaque nos espaços eclesiásticos, o que segundo meus interlocutores pode sinalizar futura promoção delas ao oficialato.

2 Feições da hierarquia e poder eclesiásticos

A partir das instituições referidas nessa pesquisa, tenciono elucidar aspectos relativos à hierarquia e poder eclesiásticos; analisando como se processa, quais os critérios e implicações e a natureza da divisão do trabalho religioso entre homens e mulheres. Neste sentido, mapeio o quadro administrativo carismático (constituído pelos ofícios da alta cúpula e as funções secundárias) e os cargos de apoio técnico (tesouraria, secretaria, superintendência de patrimônio, entre outros) que, juntos, assessoram diretamente o pastor titular; a propósito, também estudo como as duas denominações representam a figura pastoral – o principal líder estabelecido no topo da hierarquia. Na sequência, investigo se as mulheres estão “conquistando” em algum nível ou sentido espaços religiosos conferidos tradicionalmente aos homens e se isto tem ou não gerado conflito entre os sexos. Ademais, tanto analiso a efetivação dos mecanismos de controle e coerção eclesiásticos, como a ressonância desta realidade entre os membros/filiados da Sara e ICBE. Examinio ainda personagens bastante recorrentes no segmento pentecostal, denominadas de profetisas, buscando perceber o peso e a consequência de sua mensagem entre os fiéis e a implicação disto frente à cúpula religiosa. E, finalmente, dialogo com meus interlocutores para compreender se disputas pelo poder partem dos homens e/ou das mulheres e o modo ou desencadeamento desta problemática.

Apresento agora algumas das indagações que serão contempladas no transcurso das próximas seções: Que atribuições eclesiásticas predominam entre homens e mulheres, respectivamente? Há ou não oposição ao ensino dogmático institucional que atribui *status* privilegiado aos homens, sobretudo, ao pastor? Como as igrejas justificam esta primazia? Em termos práticos, como as igrejas significam o ser vocacionado? A missão é concebida pelo divino ou pela instituição? Por que na Sara todas as funções do quadro administrativo carismático são equivalentes entre os sexos, mas o mesmo não ocorre na conferência da autoridade? Como se explica esta assimetria?

2.1 Entre a sala e a cozinha: iniciando investigação sobre ofícios e autoridade religiosos

[...] o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja [...] De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres o sejam em tudo a seus maridos.

Apóstolo Paulo.

Nesta seção procuro analisar como ocorre e qual a natureza da atual distribuição ou divisão das funções secundárias⁴⁹ e dos ofícios ordenados entre homens e mulheres, além do peso que possuem para ambas as igrejas.

Esta investigação tem como base duas categorias teóricas empregadas por Bourdieu (1998), a saber: a transação e a concorrência. Para este autor, tanto as relações de transação religiosas que ocorrem a partir de interesses diversos entre os agentes especializados (clero) e os leigos (fiéis), quanto as relações de concorrência que retratam a oposição interna entre os próprios especialistas em função da disputa pela posse do monopólio dos bens de salvação, revelam a constituição da dinâmica do campo religioso⁵⁰.

Estou de acordo com Souza (1996, p.100, 101) que assevera que as duas categorias apresentadas acima não são suficientes para cobrir toda a complexidade dos relacionamentos dos ambientes religiosos, por exemplo, nem “toda ação que parte do corpo hierárquico na direção da congregação ou vice-versa pode ser enquadrada na categoria transação”. Entretanto, esta primeira noção alcança o sentido principal dos papéis de especialistas e leigos no que se refere, em termos

⁴⁹ As funções secundárias ou intermediárias são aquelas situadas entre a hierarquia – composta por aqueles que foram ordenados ou sancionados como: pastor(a), presbítero, diácono ou diaconisa, evangelista e missionário(a) – e os fiéis, que fizeram sua adesão/filiação a instituição e que poderão, posteriormente, ocupar posições na hierarquia referida, conforme os critérios que apresento na seção posterior. Maiores detalhes relativo às funções e ofícios ordenados, ver quadros 1 e 2 (seção 2.1, p. 63-65).

⁵⁰ Bourdieu concebe a sociedade como um conjunto de campos, isto é, um coletivo de espaços de jogos detentores de relativa autonomia e como sistema estruturado de posições (BOURDIEU, 1983, p. 89, 155). Estes espaços formam totalidades sociais nas quais os agentes atuam movidos por interesses específicos que variam conforme sua natureza, por exemplo, religiosa. O campo também se apresenta como espaço no qual se revelam relações de poder, porque é em seu interior que se trava a disputa pelo monopólio do capital concernente ao campo, terminando por situar os atores em posições distintas, a saber, entre dominantes e dominados.

bourdieudianos, à divisão do trabalho religioso⁵¹. Acerca da outra categoria analítica (concorrência), o mesmo autor também advoga que certas relações de “companheirismo e intercomplementaridade ministerial” são detectáveis, porém não motivadas pelo “espírito da concorrência”⁵².

Inclusive, pensando como poderia proceder a presente investigação, sem incorrer no risco de suscitar desconfiança ou hostilidade a meu respeito, elaborei algumas questões que também serão contempladas no decurso dessa subdivisão.

Em princípio, ao indagar sobre as funções predominantes entre homens e mulheres na ICBE, Conceição⁵³ ironicamente declarou: “Se a gente fosse colocar a questão de sala e cozinha, mulher usa mais cozinha do que sala”, isto é, elas estão mais nos “bastidores”, em cargos secundários (como cooperadoras) e atividades técnicas (secretaria, tesouraria, etc) a exercerem funções hierárquicas superiores (por exemplo, pastora ou presbítera). Cassandra⁵⁴ corroborou afirmando que em “relação às lideranças, as mais confiáveis, as que a igreja vê como principais, em termos de organização de uma congregação, estão mais nas mãos dos homens”; na fala de Cleiton⁵⁵ existe “uma predominância do homem abraçar as funções mais importantes”. A partir destes relatos, as feições hierárquicas começaram a ser esboçadas em minha etnografia.

É importante observar que a expressão “cozinha” reporta-se diretamente a um espaço socialmente doméstico e feminizado, mormente atribuído à mulher – pelo menos no contexto ocidental – o que põe em relevo tal hierarquia, sobretudo entre gêneros; entretanto, ainda que a cozinha retrate um plano secundário de autoridade para o sexo feminino, em termos gerais, esta situação nem é desprezada pelas mulheres nem muito menos pelos homens que continuam se aproveitando dela para nutrir a própria primazia.

Também já havia constatado que, embora as mulheres sejam numericamente maioria na ICBE, os homens permanecem ocupando o oficialato, o que evidencia uma conformidade ao modelo hegemônico da sociedade brasileira,

⁵¹ Certa extensão da divisão do trabalho social, na qual se desvincula a posse da produção simbólica dos leigos e a concentra nas mãos dos sacerdotes, “autênticos” depositários dessa produção.

⁵² Na seção dedicada ao estudo dos mecanismos de controle e coerção eclesiais, examino também as coligações ou alianças surgidas entre os que ocupam funções secundárias e a alta cúpula religiosa.

⁵³ Conceição é uma jovem senhora de 32 anos de idade, filiada há 18 na ICBE, com formação em pedagogia, casada com um dos principais líderes da igreja e professora do Departamento Infantil.

⁵⁴ Cassandra, 38 anos, viúva, filiada há 20 anos na ICBE, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga e coordena pedagogicamente a Escola Bíblica Dominical.

⁵⁵ Cleiton tem 29 anos, casado, 11 anos na ICBE, 2º. grau completo e presbítero.

que atribui a eles regalias e funções superiores às aquelas desempenhadas pelas mulheres; conseqüentemente, elas continuam tendo menos representatividade nas decisões e no exercício do poder eclesiásticos⁵⁶. Esta realidade também retrata os estratos oriundos da divisão do trabalho religioso, que definem o conjunto de papéis na gestão do sagrado conforme o nível de aproximação aos postos hierárquicos; noutros termos, quanto mais próximo da hierarquia, maior será o poder religioso. Neste sentido, Bourdieu (1998, p.39) advoga:

Enquanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um *corpo de especialistas* religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um “*corpus*” deliberadamente organizado de conhecimentos secretos [...], a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por esta razão em leigos [...] destituídos do capital religioso (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal.

Por outro lado, visto que ambos os sexos partilham dos mesmos ofícios na Sara⁵⁷, questionei então se ela não se constituiria num modelo eclesiástico alternativo em relação à primeira instituição. Não obstante este aspecto a diferença da ICBE, constatei que a maior autoridade continua irrevogavelmente nas mãos dos homens, pois neste particular ambas sustentam o mesmo princípio doutrinário de que o homem detém o privilégio de ser divinamente instituído como a cabeça da mulher – independente do segmento ou *status* social que ele ocupe no domicílio ou na religião. Isto se faz notório nas justificativas abaixo:

As atribuições são idênticas na Sara, mas geralmente têm um peso maior para os homens. As pessoas, eu acredito, até hoje no meio evangélico consideram mais o homem sendo pastor e a mulher apenas como a esposa do pastor (Santos, 32 anos de idade, casado, 2º. grau incompleto, 7 anos na Sara, diácono e líder do ministério Sara Adultos)⁵⁸.

A única diferença é que os batismos são realizados pelo pastor e não pela pastora. O pastor é a cabeça geral da igreja. A mulher geralmente está

⁵⁶ O oficialato é composto basicamente pelos seguintes títulos: pastor, presbítero, evangelista e diácono. Para detalhes, ver quadros 1 e 2 (seção 2.1, p. 63-65).

⁵⁷ Na Sara a situação se inverte, pois o número maior de filiados é do sexo masculino.

⁵⁸ Freston (1993, p.1) relaciona o termo denominação à questão organizacional (institucional), enquanto o termo evangélico estabelece a “identificação de identidade” ou pertencimento ao grupo.

abaixo dele (como co-pastora), então ele acaba sendo o líder da mulher, mas eles dividem todas as tarefas (Sílvia, 20 anos, casada, 2º. Grau incompleto, 2 anos na Sara, líder de equipe e diaconisa).

Esta hierarquia é ratificada até quando se tenta abrandar o discurso da dominação (“autoridade”)⁵⁹, como no caso do pastor Cristiano que declara que na prática as mulheres exercem os mesmos ofícios, embora a instituição não os reconheça oficialmente. Logo após, no intuito de imprimir uma concepção mais aberta ou liberal, esse líder lista uma série de atribuições desenvolvidas pelas mulheres, incluindo até aquelas concernentes ao ministério pastoral como pregação, visitação e aconselhamento. Porém, a partir de uma observação mais cautelosa, pude constatar que o campo de atuação delas tem limites bem demarcados porque não inclui, por exemplo, tomadas de decisão relacionadas a questões administrativo-financeiras, nem realização de casamentos, batismos, ministração da santa ceia, doutrinação dos fiéis ou indicação e consagração de novos líderes ao sacerdócio (oficialato)⁶⁰.

Não, atualmente existe até nas questões ministeriais, ainda existe algumas distinções com relação aos ofícios para mulher, por exemplo, pastora, presbítera, diaconisa⁶¹ ainda não foram oficializados, embora que na prática elas, em dado momento, exercem [sic] função de pregadoras, até de pastoras mesmo, na visita, no aconselhamento, algumas delas exercem isso, só que oficialmente ainda não (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE).

Ao listar algumas formas de culto ou atividade religiosa como, por exemplo, oração, envolvimento na área musical, serviço assistencial e evangelização, Souza (1996) afirma que estas e outras práticas sinalizam um espaço de ampliação do exercício da democracia eclesial, porque todos os membros (leigos ou não) encontram várias alternativas de inserção e atuação direta nas liturgias; inclusive, que o estímulo para tal integração parte justamente da própria hierarquia. Justificando esta autonomia, o mesmo autor apresenta duas

⁵⁹ A acepção aqui empregada para “dominação” é a “probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 1991, p.33).

⁶⁰ O processo de inclusão e ordenação a que o fiel é submetido assemelha-se àquilo que Bourdieu denominou de rito de instituição. O rito aponta para um poder de legitimação e, nesta lógica, a consagração seria o estabelecimento de uma diferença. Corresponderia a “(...) instituir e consagrar, ou seja, sancionar ou santificar um estado de coisas, uma ordem estabelecida” (BOURDIEU, 1996, p.99).

⁶¹ As categorias de pastor, presbítero, diácono, entre outras, estão definidas nos quadros 1 e 2 (seção 2.1, p. 63-65) – Funções secundárias e ofícios ordenados da ICBE e da Sara, respectivamente.

possibilidades: Primeiro que as reuniões cúlticas constituem-se no “principal mercado de consumo interno dos bens da salvação”, cujo objetivo é a atração e a manutenção da clientela⁶² (SOUZA, 1996, 102) – exemplo típico da transação religiosa entre especialistas e leigos (BOURDIEU, 1998). Em segundo lugar, que a abertura concedida aos fiéis é uma estratégia de proselitismo para se multiplicar o número de adeptos na instituição. Particularmente, ao invés de denominar a realidade exposta de “crescimento democrático”, ela bem poderia ser nomeada de liberdade condicional ou vigiada – já que há um sistema religioso constituído de doutrinas, regras de conduta e preceitos de moralidade (conjunto de dogmas) que predetermina os limites institucionais concedidos aos fiéis. Por exemplo, se algum membro/filiado da ICBE ou da Sara insistir em divergir de certa doutrinação litúrgica, sofrerá intervenção disciplinar e coercitiva dos especialistas (oficiais ordenados, que ocupam a hierarquia).

Como intencionalmente fui estruturando uma rede de interlocutores constituída pela liderança que ocupa tanto os cargos secundários quanto os ofícios ordenados de ambas as igrejas, procurando obter uma amostragem satisfatória que abrangesse toda a segmentação hierárquica, talvez seja por esta razão que ouvi raros depoimentos contrários ao ensino dogmático institucional que, em detrimento das mulheres, atribui aos homens *status* privilegiado; ademais, conforme aludi, ambos os grupos possuem seus mecanismos de controle e coerção⁶³ que justificam a manutenção da ordem atual. Divergindo entre si, os casos que seguem ressaltam as duas situações expostas, todavia, coincidências à parte, a primeira pessoa que reproduz o discurso oficial é a esposa do pastor principal da ICBE; já a outra se insurge como alguém tanto digna da desconfiança do clero quanto da maioria dos fiéis desta denominação:

Eu vejo que a primeira missão da mulher é ser submissa [...] Muita gente vê este tema “submissa” como que um bicho de sete cabeças, que às vezes não gosta nem de parar para pensar nestas coisas. Submissão, “sub” significa debaixo e “missão” significa vocação ou profissão. Eu, pessoalmente, entendo que a primeira missão da mulher é estar debaixo da missão do seu marido. Eu acho assim, este é meu ponto de vista. Deus

⁶² Retomarei esta questão na discussão acerca dos “espaços e papéis feminizados”, no terceiro capítulo.

⁶³ A seção 2.5 do presente capítulo trata especificamente deste aspecto, no entanto antecipo que os mecanismos de controle e coerção eclesiais objetivam: minimizar ou anular seus conflitos internos; obter irrestrita obediência dos fiéis e capacitá-los (adestrá-los) para servir a comunidade sob os ditames dogmáticos da sagrada hierarquia.

criou o homem para ser cabeça da mulher e por esta razão, não sei se é por isso, que eu aprendi assim e continuo ensinando assim, que eu acredito assim [...] (Cássia, 33 anos, esposa do pastor principal, 12 anos de filiação, 2º. grau completo, presidente da União Regional de Mulheres da ICB e do Departamento de Mulheres da ICBE).

Não (distribuem os ofícios) porque existe hierarquia, aquelas hierarquias que mais funções ficam para os homens. As mulheres ainda estão seguindo questão de valores de décadas passadas [...] (Cassandra, 38 anos, filiada há 20 anos na ICBE, pós-graduação em educação de jovens e adultos e psicopedagogia, é viúva e coordena pedagogicamente a Escola Bíblica Dominical).

Para Cassandra, o atual modelo eclesiástico está ultrapassado por dois motivos: não distribui o oficialato entre homens e mulheres nem condiz com a presente conjuntura social brasileira que paulatinamente amplia os direitos e privilégios da mulher. Por seu turno, Cássia se vale de dogmas religiosos para amparar e perpetuar a condição de submissão da mulher ao homem; de sorte que sendo esta a soberana vontade divina só resta à fiel obedecê-lo humilde e incondicionalmente, pois qualquer argumentação contrária aos preceitos celestiais implica em rebeldia, fato não aceito no autêntico testemunho cristão.

O depoimento de Cássia também corrobora com a hipótese de que a lógica corrente é de que em termos teóricos e práticos a liderança proteja a instituição, inclusive no que toca à manutenção do preeminente discurso local da dominação ou autoridade masculina; é tanto que ela admite que “muita gente vê este tema ‘submissa’ como que um bicho de sete cabeças, que às vezes não gosta nem de parar para pensar nestas coisas”, contudo como serva fiel (a Deus, a congregação e ao marido) não resigna o legado a ela imputado por meio do ensino religioso, como sendo a verdade essencializada, absoluta, eterna e que a engessa abaixo das prerrogativas do homem. Para Bourdieu, é a partir do capital cultural que a dominação é materializada no corpo, e é nele que se registram as disputas pelo poder; conseqüentemente, o sexo define quem será o dominado ou o dominador. Nas palavras do autor, a “força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2003, p.33).

Conquanto a grande maioria dos interlocutores esteja afinada a instrução oficial de suas igrejas, a queixa de Cassandra não é um fato completamente isolado

porque a relação entre gênero não é assim tão harmoniosa, como advoga boa parcela da liderança. Inclusive, quando perguntei a Cristina⁶⁴ se o homem tem receio de que a mulher ocupe o espaço dele, de pronto ela respondeu: “Eu penso que é isso que talvez eles não queiram, por terem esse tempo todo no ministério e da maneira como eles querem”. Há certa inquietação na fala de Cristina, no entanto ela não nega o que a ICBE entende por vocação divina atribuída ao homem, que é plenamente legitimada tanto pela grande parcela dos fiéis quanto pela instituição. Presumo que a controvérsia, na verdade, repouse noutras questões: Por que a mulher também não possui “chamada” para os mesmos ofícios atribuídos ao homem? Por que o homem possui a primazia? Por que a administração deles geralmente é unilateral e personalista ou por que há apenas um centro de poder irradiado a partir dos homens? Noutras palavras, há uma tensão entre o modelo eclesialístico reificado, que restringe a subserviência da mulher ao homem, e outro que aflora como a idealização duma relação que seja mais igualitária entre os sexos.

Na afirmação seguinte, Cristina afirma que a mulher deve colaborar com o homem, porém há perguntas que insistem em perdurar, por exemplo: Por que a mulher também não pode ocupar certos postos na alta hierarquia? E por que os homens temem perder seu *status*?

Deus quando colocou a mulher ao lado do homem foi para ajudar mesmo, eu acho isso muito lindo. Ela toma conta, ora, trata das ovelhas [...] A mulher é pastora, mesmo sem ter o título de pastora. Agora, têm funções que só ao homem, por exemplo, meu esposo é a cabeça [...] Não deve haver disputa entre homem e mulher. Por outro lado, acho que na nossa igreja os homens têm medo de uma mulher pastora. Para superar o medo, eles têm que abrir espaço para as mulheres. Nossa igreja é muito fechada, restrita. Os homens têm que ampliar a visão de reino⁶⁵ e abrir espaço para as mulheres (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do Círculo de Oração).

É certo que poucos líderes declaram explicitamente que concordam com afirmações como as de Cristina, entretanto, mesmo que os homens estejam hegemonicamente no controle da instituição (ICBE), sobretudo, é da parte deles que surge uma paradoxal voz em favor da ordenação feminina; o que leva a crer que a luta pela igualdade entre gêneros é mais em nome das mulheres a uma

⁶⁴ Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do Círculo de Oração.

⁶⁵ Esta “visão de reino” é o que os fiéis entendem como a vontade soberana de Deus, anunciada na bíblia sagrada.

reivindicação exclusiva delas. Agora, bem intencionados ou não, avalio que estes homens também não se constituam numa força capaz de imprimir mudanças estruturais e administrativas de tamanha amplitude. O atual quadro da ICBE só pode ser alterado se houver aprovação na instância maior, ou seja, na Reunião do Conselho Nacional da Igreja de Cristo no Brasil, que agrega os oficiais ordenados de todas as regiões eclesiásticas brasileiras.

Na verdade, eu vejo as mulheres bem mais maduras que os homens com relação a isso, elas são muito mais [...] servas, no sentido de servir por servir, não procurando cargos; eu acho que elas nem reconhecem isso, nem procuram isso. Já chegaram e conheceram a igreja estabelecida desta forma e não almejam e nem lutam. A gente não vê nenhuma campanha nem luta para reconhecer uma mulher a pastora ou presbítera [...] não existe esta reivindicação [...] Eu acredito que não deve haver restrição (entre homens e mulheres), mas na prática há algumas restrições a nível eclesiástico. A gente não vê, não é muito comum ver pastoras ou presbíteras, nós vemos cooperadoras e diaconisas no meio evangélico [...] Não vejo restrição bíblica, eu acredito que essa restrição é atribuída à própria história da igreja evangélica. Nasceu num tempo atrás, sei lá, talvez no machismo (Cleiton, 29 anos, casado, 2º. grau completo, 11 anos na ICBE e presbítero).

Ainda que Cleiton historicize a distinção dos papéis entre homem e mulher ao invés de atribuí-los inicialmente a uma vontade divina ou transcendente, observei que a maioria dos atores se apropria do ensinamento religioso como base de fé e conduta, seja para concordar ou não com a atual realidade de suas próprias instituições. Mais adiante, ao procurar explicar o porquê da assimetria entre gêneros e apesar de apresentar-se num tom de denúncia, Cleiton também cede aos preceitos tradicionalistas da religião; ele até admite funções idênticas na igreja, mas não concebe a mesma realidade para o domicílio, pois o esposo continua e deve ser a cabeça do lar.

A justificativa que eu vejo hoje é mais na ordem das coisas, quando se diz que o homem é a cabeça e a mulher aquela figura submissa da passagem bíblica, assim como Cristo é a cabeça da igreja que é o corpo, fazendo referência ao casamento⁶⁶. Alguns líderes evangélicos consideram que seria falta de ordem a mulher estar sobre o homem, mas eu não vejo assim, eu vejo apenas funções diferentes. **Uma coisa é o papel eclesiástico e outra coisa é o papel de esposa no lar**; eu não vejo restrição neste sentido (eclesiástico). Há o receio atual de a mulher levar uma função

⁶⁶ A passagem bíblica ensina que “[...] o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja [...] De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres o sejam em tudo a seus maridos” (BS, Efésios 5.23 e 24).

superior da igreja para dentro de casa e gerar confusão no casamento [...] Como obreiro, eu votaria sim na ordenação de mulheres. Uma vez que há **ministérios latentes**, isso é evidente nela (na mulher). Por que a gente negar isso? Se a gente atribui que todo talento e dom são divinos, por que eu devo negar isso? (Cleiton, 29 anos, casado, 2º. grau completo, 11 anos na ICBE e presbítero).

Neste último depoimento, fica evidente também que Cleiton aponta para a existência de dois planos, o primeiro é o real que sinaliza a atual assimetria na distribuição das funções entre homem e mulheres; o segundo é o ideal que reivindica o oposto, ou seja, a não distinção ou a igualdade entre os sexos com relação ao oficialato. Mas, para justificar o segundo plano, ele se refere a “ministérios latentes” que seriam inerentes aos homens e mulheres e que não exigiriam nenhum tipo de formação prévia. Portanto, Cleiton necessita recorrer novamente a uma justificativa transcendente e essencialista para defender a ordenação da mulher aos mesmos ministérios atribuídos ao homem. Por mais que meu interlocutor pareça liberal e mais aberto a tal mudança, ele se utiliza de um argumento igualmente religioso para refutar o que a própria igreja não concebe como orientação divina, isto é, tanto Cleiton como a ICBE se apropriam e se valem da mesma estratégia para vindicar autoridade e legitimar o que é arrazoadado distintamente por ambos.

Por conseguinte, observei como os ofícios e seus respectivos privilégios estão distribuídos entre a ICBE e a Sara, respectivamente. Para a primeira igreja, ficou convencionado que os ministros e oficiais reconhecidos a nível nacional, regional e local são os pastores, presbíteros, evangelistas, missionários, diáconos e dirigentes de congregação – atribuições estas oriundas do cânon das sagradas escrituras, porém conferidas exclusivamente ao homem, com exceção de missionário que também pode ser do sexo feminino (missionária). A ICBE ainda inclui em seu conselho local os líderes de departamentos e os cooperadores (funções secundárias), que podem ser exercidos por homens e mulheres, mas que estão hierarquicamente abaixo dos ministros e/ou oficiais.

Mesmo inserido no presente sistema e imbuído das prerrogativas de pastor principal, ao explicar a distribuição dos ministérios, declara que o papel de cooperadora “ainda” não foi oficializado nacionalmente, o que leva a pensar que há certa abertura para esta função e que seja possível seu encaminhamento para a apreciação, reconhecimento e votação favorável por parte do Conselho Nacional;

até porque a cooperadora continuaria como auxiliar, não oferecendo nenhum risco ou resistência ao soberano reinado dos ofícios concedidos exclusivamente aos homens.

Hoje, por homens temos pastor, presbítero, evangelista, diáconos e missionários; por mulheres temos apenas missionárias e cooperadoras. A cooperadora é como se fosse uma diaconisa, só que não é oficializado **ainda**, até por uma questão de falta de aprovação no Conselho Nacional. Não foi aprovado isso **ainda**, por isso ela fica como cooperadora, mas na prática é uma diaconisa (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE – grifo meu).

Segundo o Estatuto da Igreja de Cristo no Brasil⁶⁷, todas as igrejas são autônomas, ou seja, nenhuma outra instância local, regional ou nacional pode intervir em sua administração, liturgia e regras de moralidade; conseqüentemente, cada uma desenvolve uma gestão que se alinha ao próprio contexto, sobretudo conforme os interesses da hierarquia instituída. Este é um dos fatores que faz com que as igrejas sejam tão distintas umas das outras, mesmo que vinculadas nacionalmente a um único estatuto e a mesma regra de fé (sagradas escrituras). Agora, assim como essa autonomia pode ser uma oportunidade para superarem localmente certos entraves ou preconceitos com respeito à posição e participação da mulher na igreja, pode se constituir também numa força maior que ratifique situação oposta, sem que isto se configure numa penalidade para quem a impõe. O próximo depoimento explicita, por exemplo, que a mulher ocupa tradicionalmente funções de apoio (secundárias e/ou técnicas), numa escala abaixo e de menor autoridade se comparado àqueles masculinizados.

O que seria tipicamente **feminino** hoje seriam as **funções de apoio, tradicionalmente** é isso. Aquelas funções, como por exemplo, os trabalhos de círculo de oração, os trabalhos assistenciais, os trabalhos que envolvem o auxílio e o suporte, o apoio (Crisântemo, 34 anos, casado, 3º. grau completo, secretário executivo, 18 anos na ICBE, presbítero – grifo meu).

Embora a Sara apresente uma estrutura de governo bem diferente, na qual homens e mulheres exercem o oficialato, veremos mais adiante que semelhantemente à ICBE a autoridade da mulher jamais tem sido nivelada

⁶⁷ Capítulo III, art. 5º, § 6º.

hierarquicamente à do homem⁶⁸. A propósito, o sistema de governo desta igreja é episcopal, isto é, ela é dirigida por um “Conselho de Bispos e um Conselho Diretor, que são responsáveis por todas as regiões do Brasil e exterior”⁶⁹; abaixo desses conselhos estão os bispos regionais e, finalmente, encontram-se na base os pastores das igrejas locais.

Como havia aludido no início desta divisão, além de procurar compreender quais ofícios (ministérios) ordenados a Sara e a ICBE distribuem entre os sexos, também investiguei o prestígio e a autoridade de cada função secundária – o resultado está sistematizado nos quadros que seguem:

| ICBE |
|---|
| <p>a) Pastor – É definido estatutariamente como o Diretor-Presidente e representante legal (principal) da instituição, cujo mandato é de tempo indeterminado, devendo dedicar tempo exclusivo à instituição⁷⁰. Além disto, os depoimentos declararam ser o pastor a autoridade máxima que possui invariavelmente a palavra divina, pois é qualificado como o “ungido de Deus”, o “anjo da igreja”⁷¹ (é o representante divino na igreja, por isso está no topo da hierarquia). É ele quem escolhe e, juntamente com a Diretoria Regional ou representada pelo seu presidente, consagra ou ordena⁷² (credencia, legitima) todos os membros do clero (pastores, presbíteros, evangelistas, diáconos e missionários ou missionárias). O pastor também indica os líderes que irão compor os departamentos e a diretoria da igreja, embora esta decisão seja homologada em assembleia geral, constituída por todos os membros sócios ativos (filhos que estão em consonância com as normas estatutárias e doutrinárias da igreja local). O pastor ainda está incumbido de presidir o Conselho Ministerial⁷³ e as assembleias; é encarregado de pregar, de ensinar a doutrina,</p> |

⁶⁸ A Sara admite pastor e pastora, diácono e diaconisa, G12 (grupo de 12 casais de líderes subordinados diretamente ao pastor), líder de equipe, líder de sub-equipe e líder em treinamento. Na seção 2.4 discutirei mais pormenorizadamente o aspecto da autoridade do homem e da mulher, e a relação entre ambos.

⁶⁹ Citação do manual de treinamento de líderes denominado de “Escola de Vencedores”, v.1, p.8.

⁷⁰ Referente às competências estatutárias da Diretoria e do Presidente da ICBE, ver anexo 3.

⁷¹ “Anjo da igreja” é uma expressão simbólica típica do *ethos* religioso, registrada sete vezes na bíblia, nos capítulos 2 e 3 de Apocalipse, que, entre outras interpretações, é entendida como sendo o mensageiro, ministro ou líder principal (pastor) das igrejas, dotado da graça e autoridade divinas. Desobedecê-lo implica em pecar contra o próprio Deus.

⁷² Não obstante o estatuto da ICBE declare que o “superintendente da Escola Bíblica Dominical, os responsáveis pelos departamentos e ministérios da Igreja e equipes diversas, será [sic] indicados pela Diretoria Executiva, e sua eleição homologada pela assembleia geral, os quais deverão ser escolhidos entre os membros-sócios ativos em comunhão com a Igreja”, na prática, cabe ao pastor titular a primeira e a última palavra nestas decisões (Estatuto da ICBE, capítulo VIII – Da administração, parágrafo único).

aconselhar, disciplinar os infiéis, celebrar a santa ceia, realizar batismos, casamentos e demais liturgias.

b) Presbítero – Auxilia diretamente o pastor na pregação, ensino doutrinário, aconselhamento e administração eclesiástica.

c) Evangelista – Prega, ensina, dirige também a maioria das liturgias, no entanto ocupa-se primordialmente do planejamento e execução de atividades evangelísticas; seu discurso visa alcançar os não-evangélicos.

d) Diácono – Apóia as atividades e liturgias da igreja e realiza especialmente a assistência social.

e) Missionário(a) – Prega, ensina, implanta e estrutura novas igrejas.

f) Cooperador(a)⁷⁴ – Apóia todas as atividades da igreja. O(A) cooperador(a) também pode ensinar, pregar e assumir a direção de uma filial (congregação) da igreja sede.

g) Presidente de departamento (homem ou mulher)* – Dirige departamentos que dão suporte às atividades gerais e litúrgicas. As pessoas deste segmento lideram os órgãos internos da igreja (Sociedade Feminina, União de Jovens e Adolescentes, Escola Bíblica Dominical, Departamento Infantil etc).

Quadro 1 – Funções secundárias e ofícios ordenados da ICBE.

| Sara |
|---|
| <p>a) Pastor – Os interlocutores da Sara também afirmaram que o pastor é a autoridade máxima e possui palavra divina, porque é o “ungido de Deus”, o “anjo da igreja”. O pastor representa a igreja em qualquer instância; lidera diretamente os adultos através do “Ministério Sara Adultos” (conjunto de equipes formadas por homens e mulheres); é responsável pelo G12; escolhe e consagra os líderes,</p> |

⁷³ Acerca da formação do Conselho Ministerial da ICBE, ver anexo 3.

⁷⁴ Com asterisco (*) são as funções secundárias ou intermediárias que se situam entre a hierarquia e os fiéis; os demais postos são os ofícios ordenados que compõem a alta cúpula das igrejas – embora, juntos, os dois grupos formem o quadro administrativo carismático do pastor principal. Ademais, há certas funções técnicas que também apóiam diretamente o quadro administrativo de ambas as igrejas, a saber: tesouraria, secretaria, superintendência de patrimônio, entre outras – para estes cargos a formação profissional é desejável.

exceto os novos pastores e diáconos que são ordenados pelos bispos regionais; prega, ensina doutrina, aconselha os homens, realiza batismos, casamentos, celebra a ceia e demais liturgias, além de definir as atividades da igreja, com exceção daquelas que já são padronizadas nacionalmente.

b) Pastora – Autoridade sobre a igreja, porém sempre subordinada ao esposo que também é pastor. Em regra geral, a Sara ordena casais para exercerem o mesmo ofício. A pastora também possui palavra divina, pois é “ungida de Deus”, mas o “anjo da igreja” é o pastor. Ela co-pastoreia a igreja, sobretudo a juventude, através do “Ministério Sara Jovem” que é um conjunto de equipes formadas por homens e mulheres; indica novos líderes; prega, ensina os fiéis, aconselha as mulheres, apenas auxilia o pastor no batismo, na santa ceia e demais liturgias, mas não realiza casamentos.

c) Diácono ou diaconisa – Prega, ensina, aconselha, lidera células (grupos mistos de fiéis que se reúnem nos lares), apóia e dirige as liturgias.

d) Líderes do G12* – Cada casal do G12 comanda sua respectiva célula, promovendo encontros periódicos para atrair novos fiéis à instituição.

e) Líder de equipe (homem ou mulher)* – Comanda as equipes de adultos ou de jovens e ocasionalmente prega na igreja.

Quadro 2 – Funções secundárias e ofícios ordenados da Sara.

Pode-se perceber que as categorias relacionadas nos quadros 1 e 2 apresentam uma ordenação de posições, papéis e relações eclesiais estruturadas em gradações superpostas. Por conseguinte, tanto a gradação hierárquica ocupada pelo ministro é proporcional ao seu prestígio e desempenho na congregação, como o estabelecimento de sua posição depende de seu relacionamento com os demais líderes, de maneira que o *status* ocupado fundamenta-se no apoio obtido e retribuído. O rompimento desses “elos dentro da hierarquia é responsável pelas transições na estrutura do poder” (SOUZA, 1996, p.118).

Ainda é pertinente observar que os fiéis que compõem o segmento secundário da ICB (consequentemente da ICBE) são aquelas que seguem em vias

de ascensão no quadro organizacional da denominação, em virtude da demonstração dos seus carismas e habilidades. Noutros termos, qualquer fiel comum que demonstre “qualificações e exerça influência sobre indivíduos na congregação será recrutado para fazer parte do corpo hierárquico”, a começar dos níveis inferiores (SOUZA, 1996, p.118). Este princípio também está em consonância com a dinâmica de encaminhamento dos aspirantes (líderes de equipes e do G12) até o oficialato na Sara Nossa Terra. Moldados pela ética de sua respectiva instituição, os noviciados tornam-se especialistas em certas áreas eclesiais; é principalmente desta categoria que são recrutados e ordenados os novos ministros ou oficiais de ambas as igrejas⁷⁵.

Conforme o quadro 1, na ICBE são os homens que ocupam de modo integral os postos de maior prestígio hierárquico. Agora, ainda que eles advoguem que tal privilégio seja determinação de Deus, novamente Cassandra demonstra que nem sempre esta doutrina é acolhida de bom grado por certas mulheres, inclusive por elas serem excluídas do processo de decisão ou escolha dos candidatos: “Particularmente, eu vou dizer a você que eu suponho que seja, um grupo de irmãos do sexo masculino que faz parte do conselho, da liderança. Eu acredito que estes nomes (para os cargos de liderança) são sugeridos entre eles” (Cassandra)⁷⁶.

Procurando justificar o porquê das posições ocupadas por homens e mulheres nas esferas públicas e privadas, Duarte (2004, p.17) declara:

Com efeito, os sujeitos masculinos são considerados socialmente como mais próximos da esfera pública dos que os sujeitos femininos. Isto permite compreender a gramaticalidade da correlação entre uma intensa adesão prioritária das mulheres à família e às congregações religiosas e da sua contrapartida: a maior adesão dos homens, por outro lado, às congregações laicas e ao mundo público.

Duarte termina por concluir que esse desenho classificatório se reproduz internamente na vida das igrejas, onde os papéis e tarefas mais públicas ou políticas tendem a “incumbir aos homens e as mais privadas ou existenciais às mulheres”.

Por outro lado, a despeito da Sara distribuir todos os cargos uniformemente entre ambos os sexos, pude constatar que este fato não corrobora

⁷⁵ Os critérios para tais ordenações serão apresentados mais detalhadamente na próxima seção.

⁷⁶ Cassandra, 38 anos de idade, viúva, filiada há 20 anos na ICBE, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga e coordena pedagogicamente a Escola Bíblica Dominical.

para a plena superação da hegemonia local atribuída aos homens. Com exceção do próprio cônjuge, a pastora até exerce autoridade sobre eles, contudo ela desempenha o oficialato sempre acompanhada de seu esposo, isto é, a liderança dela está diretamente condicionada ao respaldo conferido pela autoridade e presença do marido pastor, seu superior.

Já as solteiras da Sara apenas ocupam funções de autoridade acima dos homens quando elas atuam em áreas hierarquicamente inferiores à do pastorado, por exemplo, em células e/ou departamentos. Porém, ao se unirem a um homem pelo matrimônio, a regra aplicada é idêntica àquela imposta sobre a pastora com relação à submissão ao marido. Constatei realidade semelhante na ICBE no que tange às solteiras, isto é, elas assumem papéis semelhantes e/ou superiores aos dos homens nos departamentos, contudo a regra para as casadas continua idêntica àquela encontrada na Sara. Conforme evidenciei, o tema da submissão recai enfaticamente sobre as casadas, porque ambas as igrejas interpretam a sujeição a partir da mesma referência bíblica⁷⁷, imposta como preceito moral divino atribuído a todos os cristãos de todas as gerações. De certo modo, isto poderia soar como um incentivo ao celibato das mulheres, porém, como o *ethos* protestante ovaciona a fiel que se une ao cônjuge, dificilmente ela rejeitaria um oportuno enlace matrimonial para permanecer numa função eclesiástica, sobretudo, secundária.

O depoimento que segue chamou-me a atenção no que respeita a autoridade: “Agora, depende de cada um porque **autoridade você conquista** [...]. Então, muitos se destacam mais [por serem bons na oratória]⁷⁸”. Seguindo este raciocínio de que a autoridade é resultado de vitórias galgadas através das virtudes e esforços pessoais, é possível que os fiéis da Sara concluam que, porquanto a autoridade da mulher esteja abaixo daquela exercida pelo homem, as maiores conquistas são dele e não dela; por outro lado, também pode significar que da construção de uma feminilidade submissa, a mulher seja o principal agente.

Quando pedi que meus interlocutores organizassem o organograma da Sara, para estabelecer a condição de autoridade do pastor e da pastora, comecei a perceber um discurso recorrente, que configura exatamente aquilo que a liderança e a comunidade da fé defendem como natural ou vontade divina, a saber, a sujeição da mulher ao homem. Sueli apregoa bem este preceito institucional:

⁷⁷ BS, Efésios 5.23 e 24.

⁷⁸ Sandro, 21 anos, casado, 2º. grau completo, 4 anos na Sara, líder de equipe e diácono – grifo meu.

Eu vejo o pastor como uma autoridade [...] assim como eu vejo a pastora como uma autoridade [...] Pastor no topo e pastora no mesmo lugar, na igreja estariam no mesmo lugar, mas **fora da igreja** acredito que não porque **ela é esposa e é submissa**. Até mesmo **na igreja ela é submissa** também; os dois são pastores porque para mim eles são como uma só pessoa (Sueli, 34 anos, solteira, 2º. grau completo, 8 anos na Sara, diaconisa – grifo meu).

Sueli até tenta dizer que o pastor e a pastora estão no mesmo nível hierárquico, entretanto ela cede ao discurso oficial da instituição que assevera que a mulher sempre deve estar submissa ao marido, tanto fora quanto dentro do contexto eclesiástico. Destarte, na qualidade de pastora, ela prevalece sobre qualquer fiel⁷⁹, homem ou mulher, mas jamais isto ocorre em sua relação conjugal. Interessado em saber como aplicam este preceito moral, perguntei a Sueli de que maneira ocorre essa submissão na igreja, e ela exemplificou dizendo que a pastora “toma uma decisão e vai até ele (ao esposo pastor), mas se ele disser que não, é não e acabou”. No entanto, ao indagar se o pastor também pede autorização à esposa pastora, minha interlocutora respondeu categoricamente: “Não, ele só comunica a ela” e ponto final.

Embora não tenha constatado na ICBE e na Sara movimentos insurgentes das mulheres contra a local hegemonia dos homens, a partir da pesquisa de campo que Silva (2008) desenvolveu no Rio de Janeiro, observou-se que, ainda que em certas igrejas pentecostais a mulher chegue ao ofício pastoral, há insatisfações por parte das pastoras porque continuam se percebendo subordinadas a uma hierarquia sobremodo pautada na figura masculina; inclusive, que maiores constrangimentos têm surgido nas denominações que proíbem o pastorado feminino, o que propicia significativas alterações no âmbito das denominações pentecostais, isto é, a fundação de novas igrejas autônomas por mulheres; na expectativa de vivenciarem uma fé alternativa, as auto-intituladas pastoras e bispas rompem com as congregações nas quais estavam filiadas e inauguram suas próprias igrejas. Machado (1996, p.37) acrescenta que grande número de pesquisas tem demonstrado que a adesão autônoma das mulheres de participar de movimentos pentecostais também tem corroborado para um reconhecimento de sua

⁷⁹ Quando os termos “fiel, crente, membro ou congregado da igreja” forem mencionados, estarei me referindo àqueles que fizeram sua conversão/adesão (filiação) à religião; a situação oposta será aplicada para “infiel, descrente ou não congregado”.

“autoridade moral em face da comunidade de fiéis e da família, favorecendo uma redefinição dos papéis de gênero e a introdução de novos valores familiares”.

Na seção seguinte, além de listar os critérios que as duas igrejas adotam para a admissão e o credenciamento aos ofícios eclesiais (ordenados ou credenciados), procurei investigar a natureza da argumentação aplicada na escolha ou reprovação dos candidatos e/ou líderes para, finalmente, compreender como estas regras se aplicam a ambos os sexos.

2.2 Critérios para o ingresso e exercício dos ofícios eclesiais

Quanto mais alto você quer ir mais necessita de um time forte.

Manual de Líderes da Sara.

Antes de tudo, pude verificar que a maioria dos liderados da ICBE e da Sara está conformada ou submissa às decisões e escolhas de seus pastores, porque os “dotes sobrenaturais” (carismáticos) e, conseqüentemente, a autoridade destes são respaldados como vocação transcendente (WEBER, 1991, p.134). O “carisma” é um atributo pessoal de caráter extracotidiano, em virtude do qual se conferem a uma pessoa “poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como ‘líder’”; aqueles que os seguem são os adeptos ou “carismaticamente dominados” (WEBER, 1991, p.158, 159).

Nesta perspectiva, os pastores estão isentos da suspeita e oposição de grande parcela de seus fiéis – estes crêem na legitimidade e autoridade daqueles. Além disto, em razão dos demais ministros ordenados aprovarem e se alinharem à gestão do representante legal (“dirigente” – “principal da igreja”, em termos weberianos)⁸⁰ e este igualmente privilegiar seus coligados, as decisões tomadas se revestem de uma vantagem ou imunidade política tamanha, capaz de superar certas oposições que eventualmente surgem no seio dessas instituições⁸¹. Mesmo que toda indicação e nomeação efetuadas pelo pastor passem pela avaliação de algum conselho ou assembleia, dificilmente são revogadas – afinal, o pastor é tanto o “anjo da igreja” – o principal canal (entre os humanos) através do qual a voz celeste ecoa sobre os fiéis (o rebanho de Deus) na associação⁸² comunitária (de caráter emocional) – como também o que recebe inspiração para discernir a “qualificação carismática do invocado” (WEBER, 1991, p.160). É o que Cristiano afirma, ao defender seu *status*, quando declara que “[...] a palavra pastoral, o conselho

⁸⁰ Os pastores titulares sempre são os representantes legais de suas instituições.

⁸¹ Ao observar a dinâmica entre os líderes da ICB, Souza (1996, p.117) concluiu que a amplitude da “influência psicológica que um líder exerce sobre um grupo de fiéis define o nível de privilégios e o volume do poder que o mesmo ocupará no interior da hierarquia”.

⁸² Para Weber, “associação” é uma “relação social fechada para fora ou cujo regulamento limita a participação quando a observação de sua ordem está garantida pelo comportamento de determinadas pessoas, destinado particularmente a esse propósito: de um *dirigente* e, eventualmente, um *quadro administrativo* [...]” (WEBER, 1991, p.30).

pastoral, a liderança pastoral e a autoridade pastoral é pregada [sic] pela igreja como uma representação da palavra de Deus, o pastor é como se representasse Deus na terra”⁸³. No tocante a este assunto, Souza (1996) declara que a palavra do pastor encerra em si um caráter dogmático validado pelo *status* sagrado que reivindica.

O pastor é qualificado de anjo de Deus, ungido do Senhor, homem de Deus, embaixador de Cristo, despenseiro de Deus; aquele a quem Deus designou e confiou a tarefa de ordenar as revelações⁸⁴ num sistema pedagógico; revelações que lhe chegam em primeira mão e só posteriormente e por seu intermédio são repassadas à congregação (SOUZA, 1996, p.108).

Em ambas as instituições (ICBE e Sara), a figura pastoral em conjunção com o estabelecimento do aparato institucional é central na indicação da passagem do profetismo para o sacerdotalismo. Noutros termos, distinto dos profetas, os “sacerdotes” são os funcionários profissionais – “capacitados por seu saber específico” e sua “doutrina fixamente regulada” e racional – que se colocam a serviço de uma religião constituída, permanente, regular e por meio da qual os locais e materiais cúlticos também se apresentam definidos (WEBER, 1991, p.294).

[A] racionalização das ideias metafísicas, bem como uma ética especificamente religiosa [...] somente costumam desenvolver-se quando há um sacerdócio profissional independente, adestrado para a ocupação contínua com o culto e os problemas da orientação prática das almas (WEBER, 1991, p.295).

Quando a relação social estritamente pessoal da dominação carismática culmina com o tempo na própria estabilização da “comunidade”, o caráter dessa dominação tende a tradicionalizar-se e/ou racionalizar-se (legalizar-se) em diversos aspectos – é o que Weber denomina de “rotinização do carisma”. A propósito, na racionalização, a sucessão da pessoa portadora de carisma opera em várias modalidades possíveis: “escolha” de uma nova pessoa “portadora do carisma”; “revelação” de Deus; “designação” do sucessor tanto pelo portador anterior do

⁸³ Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE.

⁸⁴ A palavra “revelar”, derivação do latim “revelo”, é a tradução do vocábulo hebraico “*gâlâ* e do grego *apokalypsis*, que expressam o mesmo sentido, isto é, o de “desvendar alguma coisa oculta, para que possa ser vista e conhecida conforme é”. Biblicamente, esta noção é aplicada ao divino que desvenda (esclarece, traz à luz) seu poder, natureza, caráter, vontade, caminhos e planos [às pessoas] (SHEDD, 1991, p.1400).

carisma quanto pelo quadro “administrativo carismaticamente qualificado” – ambos carecendo do reconhecimento da comunidade.

A rotinização do carisma, por ocasião dos sucessores, desperta ainda o interesse por parte do quadro administrativo. Rotinização que também pode ser caracterizada pela “apropriação de poderes de mando”, além da regulação e do estabelecimento de normas para o recrutamento – por exemplo, só após ser provado conforme certos critérios é que o noviciado terá seu ingresso aos poderes de mando.

Em resumo, há dois fatores primordiais à propulsão da rotinização: a diligência por assegurar ou legitimar as “posições de mando e as oportunidades econômicas para [...] os adeptos do senhor”; além da necessidade da adequação das “ordens e do quadro administrativo aos reclames e condições habituais de uma gestão cotidiana. Portanto, a rotinização ocorre principalmente pela transição dos “quadros e princípios administrativos carismáticos para os cotidianos” (WEBER, 1991, p.164, 166).

Discorrendo acerca da cosmologia neopentecostal, Mafra (2002) ressalta outro aspecto desta versão cristã, que é a batalha espiritual centrada entre as forças espirituais antagônicas do bem e do mal, entre Deus e o diabo. E conclui que esta noção culmina por empobrecer a presença de outros agentes divinos, pois a diversidade de santos e mediares é negada (diferente do que ocorre no catolicismo), o que gera a exclusão de figuras sacras, voltando seu foco exclusivamente ao Deus trinitário (Pai, Filho e Espírito Santo).

Para a tradição cristã, a restauração da humanidade pecadora é dividida em dois grandes blocos históricos da ação de Deus: o primeiro é o tempo da lei ou da Antiga Aliança, registrada no Antigo Testamento, cujo principal mediador humano é Moisés; o outro momento é denominado de Nova Aliança ou tempo da graça, registrado no Novo Testamento, tendo Jesus Cristo (Deus Filho) como o definitivo e perfeito mediador entre Deus (Pai) e as pessoas⁸⁵. É um fato a exclusão das imagens religiosas no pentecostalismo, porém, ainda que se advogue que a única mediação neotestamentária é Jesus, surge justamente no cenário eclesiástico a figura pastoral, que, mesmo não adquirindo título idêntico ao seu Mestre, possui

⁸⁵ O termo neotestamentário para “mediador” vem da palavra grega *mesítes* – cuja ideia é de alguém que arbitra, agencia ou intermedia (TAYLOR, 1991, p. 134). Ver BS, Gálatas 3.19, 20; 1 Timóteo 2.5; Hebreus 8.6; 9.15 e 12.24.

certas prerrogativas semelhantes – afinal, “é como se [o pastor] rerepresentasse Deus na terra”; noutros termos, a construção da noção de autoridade pastoral (em ambas as igrejas estudadas) faz o caminho de volta à prática judaizante do Antigo Testamento – não há imagens sacras, mas há homens sacralizados como porta-vozes dos céus.

Na Antiga Aliança, o santuário (ou tabernáculo) judaico possuía vários compartimentos; havia um véu separando os dois espaços mais importantes – o Lugar Santo e o Santíssimo Lugar ou Santo dos Santos. Apenas o sumo sacerdote⁸⁶ tinha o privilégio e a responsabilidade de entrar uma vez por ano no Santíssimo Lugar, para interceder a Deus por si mesmo e pelos pecados da nação israelita. Contudo, segundo o relato neotestamentário, este véu foi sobrenaturalmente rasgado de alto abaixo, no ato da morte de Cristo na cruz do Calvário, simbolizando agora não haver mais separação física ou metafísica entre Deus e o seu povo; isto é, a passagem está aberta e todos podem entrar por ela para gozar de um encontro pessoal com o divino, sem a necessidade de uma intervenção sacerdotal humana⁸⁷. É neste contexto que se afirma a inauguração Nova Aliança de Deus com a humanidade. Agora, ainda que o protestantismo afirme que todos os fiéis têm livre acesso à Trindade, é ensinado que há sobre o pastor uma graça ou unção especial, conferindo-o acesso privilegiado em questões espirituais e favores divinos; de maneira que a subordinação, a reverência ou a dependência da congregação ao “anjo da igreja” é permanente e mecanicamente desenvolvida, castrando o senso crítico da grande maioria dos fiéis. Souza (1996, p.106) declara que, como o humano é confundido com o angelical, a maneira que a igreja percebe o pastor (o guia espiritual) gera os fenômenos da “centralização autoritária” e da “mitologização”. Portanto, as constatações referentes ao papel simbólico atribuído ao pastor avançam na contramão da afirmativa weberiana que defende que, exceto o judaísmo e o protestantismo, “todas as religiões e éticas religiosas [...] tiveram novamente de admitir, quando se adaptaram às necessidades das massas, o culto aos santos ou heróis ou deuses funcionais” (WEBER, 1991, p.333).

⁸⁶ Na tradição veterotestamentária, o sumo sacerdote (em hebraico, *hakkōhē*), que descendia diretamente de Arão, irmão de Moisés, “ocupava o ofício eclesiástico mais elevado do sistema religioso” judaico; dentre seus muitos deveres, cumpria entrar no Santo dos Santos (Santíssimo Lugar), uma vez por ano, para efetuar a cerimônia sacrificial de expiação (purificação) dos pecados da nação israelita (SHEDD, 1991, p.368, 370). O poder expiatório é o que absolve os pecados mortais (WEBER, 1991, p.166).

⁸⁷ Textos bíblicos que tratam acerca do véu do santuário que foi rasgado: Mateus 27.51; Marcos 15.38; Lucas 23.45; Hebreus 6.19, 20; 9.3 e 10.20.

A exemplo dos próximos depoimentos, pude então perceber que as vantagens “divinas” ou místicas atribuídas aos pastores encontram amparo no discurso corrente das igrejas supracitadas; perguntando sobre quem escolhe e consagra os líderes da igreja, obtive as seguintes respostas: “Primeiramente e acima de tudo, com certeza Deus, o senhor. E depois, com certeza, o nosso pastor que nos convoca e faz nossa consagração”⁸⁸; ou seja, segundo Cristina, o pastor é a primeira pessoa abaixo de Deus na hierarquia terrena. “Quando comecei na Sara, passei a ser discípula da pastora. Você sabe que **a gente imita aquele que está acima, os nossos pais espirituais [...]**”⁸⁹. “Os pastores escolhem **direcionados por Deus**. Agora, depende do coração dos candidatos e depende também do trabalho e dos resultados deles”⁹⁰.

Outro elemento a despertar minha atenção, nesta última declaração, foi a ideia de que a escolha divina acontece mediante capacidade produtiva do candidato; noutros termos, o sucesso galgado pelo trabalho ou a produtividade do fiel é um critério que o legitima, favorecendo seu encaminhamento e permanência no oficialato. Além do depoimento de Sílvia estar em consonância com a própria visão da instituição, que objetiva “formar **líderes de êxito** para o Reino de Deus”⁹¹, é também uma importante característica de sua visão teológico-doutrinária que condiz com aquilo que é denominado de “ideologia do sucesso” ou “teologia da prosperidade”; por meio da qual o fiel busca tanto a conquista e a glória material e profissional, como, ainda, a superação dos males e a procura de uma vida melhor não no além (no céu), mas no aquém (na terra, no aqui e agora). “O que interessa é a vida antes da morte, neste mundo. O que se busca é a ‘bênção’. Deus é o poder mágico que, se corretamente manipulado, conserta os estragos que o Diabo faz na vida de cada um” (ALVES, 2005, p.12).

Alinhar-se a lógica do mercado na conquista dos bens materiais e religiosos (de salvação), aumentar numericamente a clientela da fé, produzir o

⁸⁸ Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do Círculo de Oração.

⁸⁹ Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos de filiação, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos” – grifo meu. Os “pais espirituais” são os pastores das igrejas que conduzem os fiéis em todas as etapas de sua inserção no contexto eclesial, fazendo alusão ao cuidado integral que certo filho recebe de seus pais. Neste sentido, o fiel deve **honrar e obedecer** seus pastores em tudo.

⁹⁰ Sílvia, 20 anos, casada, 2º. grau incompleto, 2 anos de filiação, líder de equipe e diaconisa na Sara – grifo meu.

⁹¹ O “Reino de Deus” é entendido como o governo de Deus sobre a terra e todo o universo, implantado após a encarnação humana de Deus Filho, Jesus Cristo. A declaração de visão da Sara pode ser encontrada no manual de treinamento de líderes denominado de “Escola de Vencedores”, v.3, p.14.

crescimento institucional, crescer em eficiência, cumprir metas, seguir cronogramas e prestar contas de cada serviço realizado são outros requisitos empregados pela Sara na consolidação de uma liderança de êxito e prestígio. Assim como a Sara evidencia estas premissas através da “Escola de Vencedores”⁹² assim também o são reproduzidas nos depoimentos da própria liderança, conforme segue:

Ultimamente, a gente está **trabalhando muito com resultados**. Como a Sara está em crescimento, focamos muito nos resultados. Se acho que os critérios são justos, eu acho que é uma questão de lógica. Se você não influencia pessoas, como é que você vai ser um líder? (Sílvia, 20 anos, casada, 2º. grau incompleto, 2 anos na Sara, líder de equipe e diaconisa – grifo meu).

É pelo **resultado de vidas** que você tem ganhado; muitas vezes, é pelo caráter também. Mas se você está **ganhando vidas**, se está **dando frutos** [...] futuramente estará crescendo (Sandro, 21 anos, casado, 2º. grau completo, 4 anos na Sara, líder de equipe e diácono – grifo meu).

Na Sara o que prevalece é a sua **disponibilidade** e sua **vontade de crescer** dentro da igreja (Sales, 27 anos, solteiro, 2º. grau completo, 3 anos na Sara e líder de célula – grifo meu).

Antes de prosseguir com os critérios que justificam o credenciamento aos cargos de liderança (ou quadro administrativo), a esta altura surge uma pergunta: Já que a maioria dos fiéis entende que as vocações religiosas são divinas e que passivamente acatam as determinações e a doutrinação da cúpula das igrejas, o que pensa a pequena parcela que é vista sob suspeita por questionar tal realidade?

A despeito de Sueli não se configurar como opositora, ela consente na possibilidade dos pastores serem falíveis ou vulneráveis, inclusive, no que respeita a não terem discernimento ou pleno controle de prováveis decepções futuras promovidas por pessoas indicadas a funções ministeriais. Logo, posto que o pastor seja aceito como o porta-voz de Deus, o que a interlocutora faz parecer é que certas circunstâncias humanas interrompem a perfeita comunicação entre a terra e o céu.

⁹² Desenvolvida nos domicílios dos próprios fiéis e constituída de pequenos grupos mistos, é na dinâmica da Escola de Vencedores que são preparados os novos líderes da Sara. Todos os filiados são encaminhados a esta escola, no entanto somente aqueles que seguem as instruções contidas nos três módulos de estudo são indicados para exercerem funções de liderança. A propósito, assim declaram os bispos presidentes Robson e Lúcia Rodovalho, na introdução de cada módulo: “Esperamos que você seja fiel à visão que Deus nos tem dado, seguindo as lições contidas neste módulo [...] Seja intenso na Escola de Vencedores e invista o máximo na formação da sua liderança [...]” (Escola de Vencedores, v.1, p.7).

Os pastores analisam bem se [o candidato à liderança] realmente tem um coração voltado não só para o Senhor, mas também para a igreja. Porque eles levantam um líder [...] para ajudar na obra, para estarem ali do lado deles em todos os momentos. De repente, a pessoa sai e os pastores acabam sozinhos. Já aconteceu algumas vezes [sic], pois mesmo selecionando, analisando, orando, **os pastores erram porque são seres humanos, mas é preciso ter aliança** com eles (Sueli, 34 anos, solteira, 2º grau completo, 8 anos na Sara e diaconisa – grifo meu).

Para Clóvis, os pastores não só têm seus limites, mas estão fadados ou são passivos de cometerem injustiças quando privilegiam o sexo masculino em detrimento do feminino. É notório que, para ousar imprimir esta denúncia, meu interlocutor se apropria de um argumento religioso; isto é significativo porque ele se exime da responsabilidade de tomar para si esta afirmativa e a transfere como palavra do Deus soberano, que, segundo a igreja, deve estar acima da palavra pastoral. Então, como a cúpula mantém a assimetria entre gêneros, a injustiça não incide apenas sobre as mulheres, mas recai principalmente no Deus que anunciam e fere o princípio defendido pela própria igreja de não se fazer acepção de pessoas.

Eu acho que **o que existe hoje não é justo**. Até porque **Deus não trata as pessoas pelo sexo** [...] a sabedoria mora em um corpo, mora com as pessoas, e não importa se seja em homem ou mulher. Eu acho que, na minha concepção, **as atribuições não são distribuídas justamente**. Fora a questão das tradições, vem uma questão institucional. Hoje existe dentro da igreja **um padrão, uma doutrina que não permite as coisas, porque acha que as pessoas vão se rebelar** (Clóvis, 35 anos, casado, graduado em marketing, 19 anos na ICBE e presbítero – grifo meu).

Clóvis confidenciou que por muito tempo ficou afastado de suas atribuições eclesiais, exatamente por representar uma ameaça e defender posições divergentes daquelas apregoadas pelo pastor e, conseqüentemente, por seus coligados; por fim, não cedendo às suas convicções, recentemente foi transferido com todas as “glórias” para “liderar” uma inexpressiva congregação ou filial, ligada à igreja sede (a ICBE) – de onde partem esta e outras determinações.

Retomando o assunto da competência produtiva, Saulo não censura a oferta que se deve praticar na igreja, pois aprendeu ser isto um mandamento divino, mas questiona o nível de cobrança imposto pelos pastores para que, “chova ou faça sol”, os demais líderes alcancem suas respectivas quotas financeiras – ou a

arrecadação é alcançada e/ou aumentada ou invariavelmente perdem suas credenciais; neste sentido, o “Deus” da Sara (Ou seria o pastor?) somente os permanece vocacionando se agregarem bons resultados financeiros à instituição. Para não incorrer no risco de ser disciplinado pelos pastores, Saulo se apropria da mesma tática de Clóvis, ao atribuir que sua declaração e angústia estão respaldadas pela própria doutrina da igreja – se referindo ao ensino das escrituras sagradas.

Os pastores cobram muito do líder porque ele tem de multiplicar [financeiramente]. Eu vejo que é uma **cobrança** que está **fugindo** um pouco **da doutrina** da igreja [...]. Não sei se você conhece o “parceiro de Deus”, que é um valor financeiro retirado em cada célula. Eu acho que a **cobrança maior é nesse lado aí o financeiro** [...] se tem uma **cota financeira** para mim, que sou líder de célula, onde todo o dia dez de cada mês tenho de prestar contas, que alguém colabore ou não, eu tenho de chegar com aquilo ali. Isso **angustia** o líder e muitos se afastam da igreja. Tudo o que é arrecadado do parceiro vai para a matriz em Brasília, e de lá vem o sustento do pastor (Saulo, 46 anos, casado, 2º. grau completo, 3 anos na Sara e líder de célula – grifo meu).

Certamente que a distinção que ambas as igrejas fazem referente à ocupação das vagas de liderança e/ou a importância ou nível de autoridade que concebem a elas têm estreita relação com a desigualdade entre gêneros. Para a ICBE, o sexo chega a ser o pré-requisito estatutário determinante para se tolher o ingresso das mulheres aos principais ofícios eclesiais⁹³; a alegação dos homens é de que os preceitos bíblicos explicitam que estes cargos são privilégios exclusivos deles, ou melhor, de uma pequena fração entre eles, porque defendem que “muitos são chamados, mas poucos são escolhidos”⁹⁴.

Procurando atenuar sua resposta com respeito ao posicionamento do clero sobre a mulher, Cristiano assevera: “[...] em termos de critérios são **praticamente iguais dentro do cargo que elas exercem**, isto é, uma vida social estabelecida, uma vida espiritual (ou piedosa) exemplar e a própria caminhada tranquila na igreja”⁹⁵. Na verdade, o que ele admite é que a base é idêntica somente dentro dos limites de cada função e sexo, porém não o é na relação entre homens e mulheres. Noutras palavras, as exigências são as mesmas somente para os cargos

⁹³ Ratificando que estes são os principais ofícios da ICBE: Pastor, presbítero, evangelista e diácono.

⁹⁴ Mateus 22.14 é um texto bíblico utilizado pelos fiéis para enfatizar duas realidades: primeiro, a difícil adesão das pessoas ao Cristianismo, embora Deus as chame constante e graciosamente para seu reino; segundo, mesmo sendo a interpretação menos usual, denota também o privilégio de poucos chegarem ao oficialato.

⁹⁵ Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE – grifo meu.

exercidos por elas, entre elas e por eles, entre eles – em vista das posições assimétricas entre os sexos.

Corroborando com este depoimento, Crisântemo declara: “Conhecimento, habilidades, questão de testemunho [...] nesse ponto os critérios para se exercer uma função são os mesmos, agora **o acesso é que talvez ainda não**”. Agora, mesmo inserido no corpo ministerial da ICBE, ele censura a liderança quando conclui que acabam “surgindo certos **critérios até estranhos** aos básicos e bíblicos”⁹⁶. Portanto, este líder destaca que apenas um seleto grupo alcança tal *status* eclesiástico – de modo que quanto maior a autoridade atribuída a determinado ofício mais difícil seu acesso. Crisântemo revela ainda haver uma tensão entre o discurso e a prática adotados pelo próprio clero; logo, em detrimento da religião, o ensino oficial nem sempre corresponde ao ensino bíblico. Não é por acaso que, a exemplo de Clóvis, Crisântemo seja atualmente visto com desconfiança pelo Conselho Ministerial do qual faz parte.

Não obstante na Sara até se advogue que as funções não sejam determinadas pelo sexo, é inegável que este aspecto diferencia o nível de autoridade entre homens e mulheres; conforme observamos na seção anterior, mesmo que a mulher produza ou supere os resultados esperados pela instituição, na prática, ela sempre estará abaixo do esposo – seja ele fiel ou não, líder ou simples congregado (leigo). A igreja faz esta explícita diferenciação, isto é, o cônjuge é a cabeça ou a autoridade primeira sobre sua esposa. E ainda que ela passasse a ser a provedora econômica do lar, nem assim lideraria o cônjuge no espaço intrafamiliar ou eclesiástico, pois o estabelecer dos papéis entre o casal independe da conjuntura. Mas, o que atrai a atenção no tocante a Sara é que, exceto o esposo, os demais homens têm de se subordinar à líder, sobretudo, pastora; isto notabiliza relativa flexibilização, tendo em vista que determinadas igrejas sequer cogitam efetuar tal concessão.

Não existe critério diferente para homem e mulher (exercerem ofícios religiosos), o único critério é que nós possamos corresponder ao chamado⁹⁷, porque Deus tem um chamado para cada um de nós e não são iguais. **Se a gente corresponder, não existe essa coisa de homem ou**

⁹⁶ Crisântemo, 34 anos, casado, 3º. grau completo, secretário executivo, 18 anos de filiação e presbítero da ICBE – grifo meu.

⁹⁷ Na seção seguinte tratarei sobre o que a ICBE e a Sara interpretam como “chamada de Deus”.

mulher (Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos de filiação, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos – grifo meu).

É certo que “corresponder ao chamado” significa principalmente moldar-se a instituição; por exemplo, para exercerem determinadas funções, as mulheres devem reproduzir o discurso hegemônico que prega que o trabalho a elas outorgado tem a ver com a vontade ou vocação de Deus e com aquilo que atribuem ser as qualidades essencialistas da mulher (ou características femininas). Ademais, certas mudanças ocorridas na sociedade são incorporadas pelas igrejas, como a embrionária importância conferida à qualificação acadêmica e profissional. Não raro, as fiéis utilizam sua qualificação secular na expectativa de galgar e desempenhar a contento seus papéis religiosos. Entretanto, Crisântemo recorda que a conquista delas, na ICBE, esbarra na força da tradição eclesiástica que insiste em privilegiar os partidários do sexo masculino, a despeito da titulação que possuam frente às mulheres. Noutros termos, a igreja conceitua mais o candidato homem pela tradição que pela qualificação.

[A qualificação] interfere até o ponto em que a tradição entra com seu peso. Quando ela entra com seu peso, talvez até a qualificação fique um pouquinho de lado. Para determinadas funções é preferível, por exemplo, ter um homem [...] que seja um pouco menos qualificado, mas que esteja mais alinhado com a tradição de uma função tipicamente masculina, acaba prevalecendo isso aí. Mas a qualificação ajuda [...] a decidir funções para o lado feminino, desde que mais qualificada (Crisântemo, 34 anos, casado, 3º. grau completo, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero – grifo meu).

Em nenhum momento os interlocutores da ICBE disseram ser uma regra estimular os líderes ou liderados a investirem em formação secular ou acadêmica; o que pude constatar é que isto é apreciado, mas não tomado necessariamente como pré-requisito. Para a Sara, ter uma qualificação melhor é sinal de sucesso, que, por sua vez, atesta a graciosa bênção de Deus sobre o fiel. Agora, ainda que desejável, este item não é uma imposição para o ingresso ao ministério eclesiástico; contudo, segundo Sílvia, a Sara encoraja seus filiados a crescerem também nesta área porque a vida secular precisa estar tão bem-sucedida quanto a religiosa; ser competente fora da igreja implica em ser bom nas coisas de Deus.

A Sara trabalha também com o **crescimento intelectual**. Você não pode estar focado só na igreja. Se for assim, como é que fica a vida secular? A gente tem nossa sede em Brasília e o que é que acontece lá? Nossos bispos já são formados, graduados e pós-graduados, e todos os líderes abaixo deles também já concluíram uma faculdade ou estão cursando. Outros têm empresa própria ou cargos de sucesso. Por quê? Porque eles lutaram, batalharam e a igreja incentiva isso [...] Nós **incentivamos nossos liderados a estudarem e crescerem** também. Quando você é bom na escola, você será um grande líder na igreja. A gente faz a Escola de Vencedores – imagine uma pessoa que não gosta de estudar fazendo [esta Escola] (Sílvia, 20 anos de idade, casada, 2º. grau incompleto, 2 anos na Sara, líder de equipe e diaconisa – grifo meu).

Outro ponto a destacar na lista de critérios adotados pela ICBE e a Sara é a questão de treinamento para a formação e ingresso de novos líderes. Na primeira igreja não há treinamento específico, no entanto o Conselho de Líderes se reúne mensalmente (ou extraordinariamente quando necessário) com seus cooperadores e/ou candidatos – que devem ter, no mínimo, dois anos de conversão (adesão ou filiação na igreja local) – no intuito de iniciá-los ministerialmente. Caso o aspirante seja oriundo de outro grupo ou denominação evangélica, ele deverá ter ou completar um ano de filiação na ICBE para que seja homologada sua indicação a algum ofício eclesiástico.

Nas reuniões do Conselho de Líderes, ocorre que a palavra principal geralmente é dirigida pelo pastor titular, que termina por personificar e centralizar a própria gestão, além de imprimir supremacia quase que absoluta em termos de presidência, governo e ministração de doutrina⁹⁸ – seus ensinamentos são transmitidos oralmente; o que a ICBE possui em registro impresso oficial é o estatuto nacional e local, o regimento interno e as normas parlamentares internas.

Na Sara, os fiéis iniciam sua caminhada rumo ao “sucesso ministerial” integrando-se a uma célula⁹⁹; posteriormente, participam de um “Pré-encontro”, seguido do grande “encontro de revisão de vida”, este ocorrendo numa sexta, sábado e domingo, em local exclusivo e extremamente restrito aos participantes, onde são incutidas as principais bases doutrinárias de fé e prática da instituição; quando retornam, há outra reunião de um dia denominada de “Pós-encontro”, onde se espera que sejam consolidados os conceitos já recebidos na “revisão de vida”;

⁹⁸ Souza (1996, p.102, 103) ratifica que o “ministério é o espaço de maior prestígio na estruturação do poder”. E explica ainda que o poder atribuído aos pastores advém especialmente da “liderança maior que exercem nas igrejas”.

⁹⁹ Ver quadros 1 e 2 (seção 2.1, p. 63-65) – Funções secundárias e ofícios ordenados da ICBE e da Sara, respectivamente.

vencidas estas etapas, são inscritos na “Escola de Vencedores”, estudo composto por três módulos que objetivam capacitar gerencialmente e harmonizar a visão eclesial entre líderes e liderados; no transcorrer do segundo módulo, há uma abertura para uma espécie de estágio como “co-líder de célula”; feito o percurso total, os candidatos já podem assumir integralmente suas próprias células e se candidatarem a qualquer outra função, inclusive às do alto clero ou oficialato. O próximo depoimento resume a sistemática empregada pela Sara:

Você está participando de uma célula e vai ser convidado para fazer um **“encontro de revisão de vida”**. Você vai ter de fazer um “Pré-encontro”, que é para ir mais ou menos preparado, já sabendo de algumas situações que você vai se deparar lá nesses dias. Depois [...] vai para o encontro na sexta à noite e passa lá a noite da sexta, o sábado e o domingo todo e vêm direto para o culto da igreja. Depois vem a “Escola de Vencedores” que são três módulos. Quando você já estiver no segundo módulo, já pode ser um co-líder e, estando no terceiro, você já pode ser um líder de célula. E você vai crescendo, dependendo do seu desempenho como líder. Se você for um bom líder, pode até pregar na igreja, vai depender da sua desenvoltura, porque têm pessoas que é mais inibida, mas têm pessoas que é bem dotada mesmo, chega lá e prega [sic]. Talvez não vá pregar para causar impacto tanto quanto os pastores, mas a pessoa sabe, vê que tem **tendência para aquela área ali**” (Saulo, 46 anos, casado, 2º. grau completo, 3 anos na Sara e líder de célula – grifo meu).

Tanto o treinamento oferecido pela Sara quanto o processo empregado na ICBE resolvem parcialmente a inserção inicial dos novos candidatos ao ministério; além disso, quando se observa que o aspirante também possui tal “tendência”, entendida aqui como missão ou vocação divina, e comprovada sua lealdade à liderança, como disse, ele pode ser apontado para exercer funções mais elevadas na hierarquia eclesial. A união destes critérios é o que ambas as igrejas idealizam como primordial.

Outra questão não estava bem resolvida, ainda com respeito aos critérios para o ingresso e exercício dos ofícios eclesiais. Pensei se determinadas funções exercidas pelas mulheres, na ICBE, não estavam sendo estrategicamente distribuídas conforme a posição do marido membro do clero. Por isso, fiz uma pergunta bem direta a alguns dos meus interlocutores: Certos privilégios desfrutados pelos homens que ocupam a cúpula da igreja se estendem também às suas esposas? Dentre as respostas obtidas, a de Clóvis resume bem o pensamento daqueles que, como ele, são vistos como ameaça:

Eu não diria de todos [os líderes], mas partindo do pastor é [...] **Ainda existe aquela visão de poder, de dominar. E tendo alguém como a esposa num departamento que é de mulheres, ele tem o poder.** Até porque ainda é a visão da **submissão da mulher** [...] O interessante é que a gente estava falando sobre um fato deste isolado, que se a esposa de um pastor se preocupasse também em crescer em sabedoria, em conhecimento, com certeza iria influenciar no todo. Porque no momento em que o pastor estivesse equivocado em determinado aspecto ela poderia entrar com respaldo, exortando, dando uma palavra de orientação. E o que a gente vê muito hoje é o seguinte, o pastor se distancia e a esposa tem menos conhecimento ainda, menos informação e menos acesso. A não ser aquilo que é dado que ninguém tira que é o conhecimento ralado mesmo (Clóvis, 35 anos, casado, graduado em marketing, 19 anos na ICBE e presbítero – grifo meu).

O que Clóvis afirma é que certas prerrogativas são conferidas às esposas, na intenção de que o poder do líder (principalmente do pastor) perpassasse em todos os segmentos ou grupos de fiéis, incluindo aqueles que agregam as mulheres. Na prática, o cônjuge é uma pessoa de confiança, um aliado a mais a serviço da dominação, principalmente masculina. E embora meu interlocutor advogue que em função da limitação intelectual do pastor principal a influência política da esposa se torne restrita, Clóvis admite estar fora de cogitação que ela confronte o mandamento bíblico basilar da submissão ao marido.

Como a Sara consagra regularmente casais aos mesmos postos, queria saber se isto também se dava por razões políticas semelhantes à ICBE, e se haveria algum problema caso ocupassem funções distintas. O que pude perceber é que a estratégia é singular, porém o propósito permanece inalterado – ainda que a função entre homem e mulher seja idêntica, a autoridade masculina é heterogênia, isto é, sob o pretexto de que seria desconfortante a mulher estar numa posição inferior, nivela-se o cargo, não obstante o poder de decisão permaneça com o esposo. A questão seguinte reforçou esta conclusão, porque ao questionar se haveria possibilidade do homem casado ser colocado numa função inferior em relação à esposa, meus interlocutores foram categóricos ao afirmarem ser uma situação inimaginável na Sara; inclusive, recorrendo ao argumento religioso, asseveraram não ser esta a vontade divina – e ainda que Deus até os ajudasse, seria com certas restrições. A fala de Susana elucida e resume a contento o argumento coletivo:

[Se o casal exerce funções diferentes] não fica aquela coisa bem colocada, vamos dar um exemplo: Meu marido é um pastor e eu uma diaconisa, meu marido está lá no púlpito pregando e eu estou [...] ali na porta recebendo os irmãos. Sempre há uma pergunta: Por que o marido dela é pastor e ela não é pastora? [Se fosse o homem numa função abaixo da mulher] seria mais complicado ainda, porque fica aquela coisa desproporcional. Eu acho que não fluiria tão bem; não que Deus deixaria de derramar unção, mas eu acho que não fluiria tão bem como a gente tem costume de ver (Susana, 38 anos, casada, 1º. grau completo, 5 anos na Sara, diaconisa e líder de célula estratégica).

É importante observar que a Sara pode encaminhar apenas um dos cônjuges ao sacerdócio, mas consequentemente o outro também será indicado ao mesmo cargo. A ressalva é quando a mulher é encaminhada primeiro, pois isto somente ocorre quando o esposo (fiel ou não) sinaliza afirmativamente; do contrário sofrerá impedimentos no que respeita a sua ordenação.

Eu acho que tem de existir dialogo entre os dois, como eu e João, porque ele sabia desde o início que eu dizia “João, eu tenho vontade, eu tenho chamado, eu quero, o meu coração esta voltado para isso, para servir”. E não é por titulo, não. Eu sempre fui à frente, sempre me dispus. É uma paixão que Deus sempre pôs em meu coração e João já sabia disso. Então, a gente dialogou sem problema nenhum. Agora existem casos que os maridos que não aceitam. **Quando o marido não aceita a igreja não ordena**, porque senão vai haver uma divisão (Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos na Sara, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos” – grifo meu).

Quando questionei se a situação era igual para os homens que não têm a aprovação das esposas, a mesma interlocutora teve certa dificuldade para responder e, depois de refletir um pouco mais, disse que sim; contudo, asseverou que em toda a sua trajetória na igreja, jamais havia presenciado ou ouvira falar num caso semelhante:

Até hoje eu nunca perguntei sobre isso, mas eu acredito que o homem não pode ser consagrado porque sempre tem de haver uma concordância. No caso, vai haver uma divisão na família e o propósito de Deus é união da família. Acho que, antes de tudo, o casal tem de estar de acordo (Susi).

Este fato se apresentou resolvido na ICBE porque, conforme explicitiei, os principais cargos/ofícios (pastor, presbítero, evangelista e diácono) são atributos masculinizados, com exceção da função missionária que é unissex. Inclusive, ainda

que a esposa desaprove a ordenação do cônjuge ao ministério/oficialato ainda assim será consagrado e incluído no corpo de líderes da instituição. O que incorrerá em não ordenação do companheiro será se tal reprovação o envolver em denúncias de desvios de ordem moral, por exemplo, infidelidade conjugal. Por outro lado, se o esposo (fiel ou não) proibir a mulher de assumir qualquer função, seja por qual motivo for, a igreja acatará terminantemente sua determinação; afinal, advoga-se que ele foi constituído divinamente como a cabeça da mulher.

Machado e Mariz (1994, p.143) observam que a conversão masculina tem sido fundamental para a mudança do comportamento dos esposos e para a reestruturação das relações de gênero. Noutros termos, quando apenas a mulher faz opção pelo pentecostalismo a “abnegação feminina é reforçada o que pode aumentar ainda mais o conformismo com os modelos familiares tradicionais e opressores”. Não obstante, quando o homem também se insere nos valores pentecostais, crescem as probabilidades de uma minimização da “assimetria de poder e autoridade no mundo doméstico”. O engajamento religioso do homem o faz reconsiderar seus antigos interditos e desconfianças com respeito à filiação da esposa e, além das alterações positivas na esfera privada, esta nova realidade corrobora para a expressiva participação da mulher nos serviços religiosos, pois as igrejas ratificam que tais posturas coadunam-se com os preceitos divinos.

Nos quadros a seguir, sintetizo os critérios referentes ao ingresso e exercício dos cargos e ofícios eclesiásticos de ambas as igrejas apreciadas nesta pesquisa:

| ICBE |
|--|
| <p>a) Indicação do pastor titular para o preenchimento dos cargos de departamentos e diretoria da igreja; a homologação é conferida pela assembleia geral¹⁰⁰. Os oficiais (pastores, presbíteros, evangelistas, diáconos e missionários) são consagrados/ordenados pelo pastor titular, juntamente com a Diretoria Regional ou representada pelo seu presidente. Com exceção de missionário, todos os ofícios ordenados são exercidos apenas por homens.</p> <p>b) Critérios iguais somente dentro dos limites de cada função e sexo. A distinção</p> |

¹⁰⁰ Ver informações complementares nos quadros 1 e 2 (seção 2.1, p. 63-65).

entre os sexos define o cargo e a autoridade.

c) Conhecimento bíblico é requisito, mas títulos seculares e/ou acadêmicos são apenas desejáveis. Por exemplo, o pastor não se distancia do crente comum por possuir uma formação especializada, mas é apenas aquele que galgou o topo hierarquia¹⁰¹.

d) Adequação e reprodução dos preceitos bíblicos e institucionais.

e) Lealdade irrestrita ao pastor e à liderança.

f) Não há treinamento específico. O Conselho de Líderes apenas se reúne para iniciar ministerialmente os candidatos.

g) Missão ou vocação divina.

h) A mulher exerce função ou ministério mediante a liberação do esposo. Já o esposo não necessita da autorização da esposa, no entanto havendo desvios morais, ele é descredenciado.

i) Funções exercidas pelas mulheres são estrategicamente distribuídas conforme a posição do marido membro do clero.

j) Aumentar a clientela da fé.

k) Produzir o crescimento institucional.

Quadro 3 – Síntese dos critérios referentes ao ingresso e exercício das funções secundárias e/ou ofícios religiosos na ICBE.

| SARA |
|--|
| <p>a) O candidato é escolhido e consagrado (sancionado) pelo pastor principal, exceto novos pastores e diáconos que são ordenados pelos bispos regionais.</p> <p>b) Critérios iguais para ambos os sexos que exercem os mesmos ofícios, mas entre os cônjuges a maior autoridade pertence aos homens.</p> <p>c) Conhecimento bíblico é requisito; os títulos seculares e/ou acadêmicos são desejáveis e buscados, pois são símbolos de sucesso e bênção divina.</p> <p>d) Adequação e reprodução dos preceitos bíblicos e institucionais.</p> <p>e) Lealdade irrestrita ao pastor e à liderança.</p> |

¹⁰¹ Souza (1996, p.103) destaca que para um membro da ICB “chegar a pastor deve necessariamente demonstrar: longo ou médio tempo de serviço prestado à igreja [...], experiência reconhecida no pastorado, amplo conhecimento das doutrinas confessadas, capacidade de liderança e de administração eclesiástica, dom da palavra (capacidade de interpretação bíblica). Não há restrições de idade para a ordenação”, mas preferencialmente deve ser casado. A propósito, até o presente, sabe-se que algumas mulheres já assumiram o pastorado em igrejas de pequeno porte na ICB, contudo a elas jamais foi concedido o título oficial de pastoras.

- f) Há treinamento específico: Encontros e “Escola de Vencedores”; após, os candidatos assumem uma célula e podem se candidatar a qualquer outra função, inclusive às do clero.
- g) Missão ou vocação divina.
- h) A mulher exerce função ou ministério mediante a liberação do esposo. A situação inversa nunca ocorreu e não há uma regra de que ocorra o mesmo com o homem – suspeita-se que sim.
- i) Alinhar-se a lógica do mercado na conquista dos bens materiais (financeiros) e religiosos.
- j) Aumentar a clientela da fé.
- k) Produzir o crescimento institucional.
- l) Crescer em eficiência, cumprir metas, seguir cronogramas e prestar contas dos serviços realizados.

Quadro 4 – Síntese dos critérios referentes ao ingresso e exercício das funções secundárias e/ou ofícios religiosos na Sara.

Na próxima seção tratarei do aspecto intitulado por ambas as igrejas de missão ou vocação divina, para aprofundar o entendimento sobre o “nascimento” ou despertar de um(a) líder; ademais, estudo se as mulheres estão “conquistando” em algum nível ou sentido o espaço religioso tradicionalmente conferido aos homens e se esta situação tem ou não gerado conflito entre os sexos.

2.3 Missão ou vocação divina: algumas implicações do despertar de um(a) líder¹⁰²

Eu acho que, independente de ser homem ou mulher, se Deus te chamar para assumir aquele trabalho você vai.

Cristina dirige o círculo de oração da ICBE.

Conforme elucidei, ambas as igrejas entendem que “muitos são chamados [para se tornarem cristãos], mas poucos escolhidos [ou comissionados para o ministério]”. Noutras palavras, conforme a ICBE e a Sara, os “escolhidos” são aqueles destacados ou nomeados por Deus dentre os membros da comunidade cristã para “algum serviço ou ofício especial [...] ou de alguma outra ocupação específica, mediante o que certos indivíduos terão de expressar-se e desenvolver-se espiritualmente” (CHAMPLIN; BENTES, 1991, p.710).

Na verdade, as igrejas ensinam que este desenvolvimento espiritual é o próprio crescimento pessoal e ministerial dos eleitos de Deus, através dos serviços religiosos prestados, somados aos seus resultados. Isto se alinha aos critérios expostos nos quadros 3 e 4, da seção anterior, no que respeita ao ingresso e exercício dos ofícios religiosos.

Souza (1996, p.105) destaca que o vocacionado, sobretudo o pastor, pode ser

concebido como alguém que está acima dos juízos humanos, desde que seja portador de bens espirituais. São as suas virtudes que o legitimam em primeiro plano [...] O reconhecimento da posse dos dons ministeriais é básico no contexto do desempenho ministerial [...] Vocação e reconhecimento congregacional são fundamentais para a subsistência da hierarquia. No entanto, é preciso observar que, ao contrário da primeira, o segundo (reconhecimento congregacional) sofre a manipulação ideológica dos grupos e absorve as pretensões políticas e as disputas pelo poder.

¹⁰² No conceito weberiano, “vocação” pode ser designada como “missão” ou “tarefa” íntima, exercida por meio do “carisma” – atributo pessoal reputado como extracotidiana e em função do qual se facultam a uma pessoa “poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus como exemplar e, portanto, como “líder” (WEBER, 1991, p.158-160).

Mas essa política ideológica também gera suas baixas, nas disputas internas entre a liderança, não raro surgem desentendimentos em função do não reconhecimento de certos vocacionados, que terminam por migrar para outras instituições. E como Souza (1996, p.105) alertou, também pode acontecer o contrário, isto é, o “reconhecimento sem o respaldo vocacional, em decorrência de articulações destinadas a fortalecer pretensões políticas”.

A ICBE e a Sara crêem que a verdadeira vocação é inicialmente percebida íntima e pessoalmente pelo aspirante, através do esclarecimento do Espírito Santo que o orienta, fala ou traz esta consciência irresistível de maneira multiforme, diversa e muitas vezes inusitada; isto transcende a própria vontade e expectativas de quem recebe tal chamado. Sobre o mistério imputado divinamente ao vocacionado, Susana asseverou: “Eu não sabia que um dia eu ia ser líder, foi de Deus quem trabalhou dentro de mim nessa questão particular [...] isso aí eu aprendi dentro da Sara”¹⁰³.

As duas igrejas também advogam que, após a convocação do Espírito ao indivíduo, o pastor também recebe a revelação sobre o ocorrido, de modo que indica tal candidato ao respectivo ofício, que, como ressaltai, será confirmado pela instituição mediante sua atuação e produção na igreja e, por vezes, fora dela. Este processo foi atestado em vários depoimentos, como nos exemplos que aqui apresento: Susi afirma que “[...] quem vocaciona é Deus [...]”. E conclui: “Eu tinha o chamado, tinha sentido de Deus, eu tinha sede, tinha não, tenho sede. Quero estar na igreja, meu objetivo é **crescer**”¹⁰⁴. As próximas declarações ratificam bem o aspecto da chamada, direcionamento pastoral e produção posterior de bens religiosos, através do serviço dos eleitos de Deus: “Primeiramente e acima de tudo, com certeza Deus [vocaciona]. E depois, com certeza, o nosso pastor que nos convoca e faz nossa consagração”¹⁰⁵. “Os pastores escolhem [o novo líder] direcionados por Deus. Agora, depende do coração dos candidatos e depende também do **trabalho e dos resultados deles**”¹⁰⁶.

¹⁰³ Susana, 38 anos, casada, 1º. grau completo, 5 anos na Sara, diaconisa e líder de célula estratégica.

¹⁰⁴ Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos na Sara, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos” – grifo meu.

¹⁰⁵ Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do Círculo de Oração.

¹⁰⁶ Sílvia, 20 anos, casada, 2º. grau incompleto, 2 anos de filiação, líder de equipe e diaconisa na Sara – grifo meu.

Entretanto, conforme explanei, as escolhas pastorais não estão completamente imunes às críticas. É o que, em tom de ironia, sugere Crisântemo – um dos poucos a fazerem declarações como a que segue:

Quem separa é o pastor, porque quem tem a “direção de Deus para separar é o pastor e só”. Em várias oportunidades eu vi isso, quando o pastor separa “é porque é mesmo”. Porque é a “direção de Deus e é aquilo mesmo”. Embora a gente veja que há pessoas e saiba que não têm nada a ver com a vocação escolhida para ela (Crisântemo, 34 anos, casado, 3º. grau completo, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero).

Além de harmonizar-se ao argumento de Crisântemo, Clóvis intensifica a crítica discordando explicitamente de certas prerrogativas ou regalias pastorais, porque, ao defender que a vocação ministerial é uma predisposição natural de Deus, ele minimiza a ação do pastor a apenas reconhecer e ratificar o poder divino na escolha e transformação operada na vida do fiel.

“Eu acho que cada cidadão, cada crente **naturalmente sente de Deus** para determinado serviço, principalmente vocação ministerial, que é uma coisa que ninguém tira. A **vocação ministerial não está na opinião de um pastor**, de um líder, está nele [no vocacionado]; é um serviço, um dom, um talento que Deus desenvolve. Então, acho que o cristão, o crente é quem tem que logo de pronto entender e compreender o seu ministério. O **pastor é só para dar a honra e não para que a pessoa seja transformada por ele**, é só um reconhecimento. Quando alguém impõe as mãos sobre alguém, orando para que este cidadão seja um evangelista, na verdade só deve reconhecer o que já é predisposição natural de Deus” (Clóvis, 35 anos, casado, graduado em marketing, 19 anos na ICBE e presbítero – grifo meu).

Foi justamente neste ponto que percebi igualmente reverberar certo descontentamento das mulheres da ICBE sobre a atual participação delas no serviço eclesial. Para não parecer rebelde, certamente Cristina se apropria do argumento que concebe ao divino e somente a ele o destino ministerial de cada fiel. Assim, quando Deus vocaciona, nem pastor nem ninguém pode determinar para qual sexo serão tais e tais funções, a não ser aceitá-las humildemente e respaldá-las perante a igreja. Enquanto há mulheres que aceitam que a indicação pastoral aos cargos a elas atribuídos confere firmemente com a chamada divina, outras denotam que a distribuição é abusiva e desigual; posição esta que, revelada, coloca em perigo a própria reputação e a estabilidade delas junto ao clero. “Eu acho que, independente de ser homem ou mulher, se Deus te chamar para assumir aquele

trabalho você vai. Não importa que seja homem ou mulher”¹⁰⁷. Todavia, a esta altura já ficou claro que os relatos demonstram que a tensão relacionada ao modelo eclesial imposto pela ICBE ecoa dos dois sexos. Quando comentarmos na seção sobre os “mecanismos de controle e coerção” utilizados pela cúpula eclesial, penso que a questão sobre os riscos impostos aos fiéis hostilizados ficará bem esclarecida – por enquanto, cabe aqui a breve menção ao assunto.

A ICBE e a Sara entendem que a chamada divina é intransferível e permanece sobre o verdadeiro cristão durante toda a sua vida, a menos que ele saia e permaneça fora dos padrões éticos e morais defendidos pelas respectivas igrejas. E ainda que ocorra esta saída furtiva ou ilegal dos propósitos bíblicos, o crente desviado pode se arrepender e confessar seus delitos, ser reintegrado no rol de membros ativos e, conforme a gravidade do pecado (transgressão moral) abandonado, possivelmente retornar ao seu antigo ofício ou ministério.

Quando perguntei se aqueles que têm mais disponibilidade são os que efetivamente assumem as funções de liderança, a maioria dos interlocutores das duas igrejas disse que não, isto é, a não ser que a vontade divina exija uma dedicação mais restrita ou um tempo integral, o fiel continuará assumindo todos os papéis anteriores à sua chamada. Logo, o peso recai não necessariamente no tempo a ser dispensado pelo candidato, mas em sua consciência em aceitar que quem o vocacionou foi o próprio Deus.

Não quer dizer que você vai ter de deixar seus afazeres seculares para realizar alguma coisa na obra de Deus, a não ser que ele determine que você deixe e dê mais tempo para ele. Eu acho que primeiro tem que ter chamado para aquela função. Você vai exercer o ministério que tem chamado. Quando se tem visão de reino [de Deus] eu acho que não deve ter restrição, se você tem chamado vai assumir aquilo ali (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do círculo de oração).

Pelo menos para a ICBE e a Sara, geralmente, são os pastores titulares que são vistos e aceitos como os líderes que devem prestar um serviço exclusivo à igreja – talvez pela importância que atribuem a esta função e à demanda trabalho que assumem¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do Círculo de Oração.

¹⁰⁸ Os pastores da ICBE e Sara são financeiramente remunerados – recebendo não salário, mas prebenda porque este ofício não é considerado trabalho, mas uma “obra de caráter sacerdotal, sendo inconcebível a ideia de

Na seção precedente expus os critérios para o ingresso e exercício dos ofícios eclesiásticos e, ainda que as igrejas defendam que a chamada seja um ato da soberania divina, o candidato ao ministério é compelido a se submeter às regras de sua respectiva instituição; na prática, ao preencher estes quesitos internos, a instituição eclesiástica entende que o aspirante está atestando a própria vocação. Ademais, ao reunir outros depoimentos, o que pareceu realmente notório é que o fazer (ou preencher os requisitos) antecede o ser (vocacionado), isto é, o pretendente a certo cargo não produz por ser um escolhido, mas para ser reconhecido como tal. Decorre que, por isso, atribuam tanta importância aos critérios estabelecidos.

Pergunto: Para estas igrejas, quem é de fato senhor e servo? Quem define o quê? Quem de fato vocaciona ou elege o fiel? O que é divino ou humano nessa história? O que percebo é que religião e secularização aqui se harmonizam, pois “Deus concede a chamada”, mas se as mulheres tiverem mais estudo ou agregarem mais conhecimento, tanto o divino quanto a igreja darão uma ajuda extra para que sejam destacadas em determinadas funções. E ao galgarem este prestígio, as mulheres não subvertem nenhum mandamento celestial, apenas chegam aonde os limites da religião as permite chegar. Logo, conquanto os líderes da ICBE tenham afirmado que a intelectualidade ou a titulação acadêmica do candidato seja apenas um aspecto desejável, esta realidade tem se apresentado paradoxalmente como uma estratégia, ora das mulheres ora em nome delas, para ascenderem até certo ponto na liderança eclesiástica – mormente nas áreas de suporte administrativo e ensino religioso. As falas de Cleiton e Cassandra reforçam minha argumentação:

O homem cresce muito mais, existe uma porta aberta pra ele e a **mulher tem que garimpar esse espaço** [...] quando elas identificam o ministério delas, são **muito mais lutadoras** por isso [...] quando a mulher **investe** nela **em termos de cursos, ela tem uma inserção maior na igreja**. Agora, a gente não pode negar o lado ministerial, o lado espiritual, o talento divino. Quando existe o ministério latente, evidente, não tem ninguém que impeça, porque a igreja é de Cristo; então, não há quem impeça esse lado (Cleiton, 29 anos, casado, 11 anos na ICBE, 2º. grau completo e presbítero – grifo meu).

vínculo empregatício com a Ordem Religiosa” (MORAES, 2006, p.67). Curiosamente, o poder judiciário também utiliza a expressão **vocação religiosa espiritual** quando trata a respeito dos pastores: “O pastor liga-se às Igrejas Evangélicas através de vocação religiosa, para o exercício de exclusiva atividade espiritual, que não se confunde com atividade profissional” (PEREIRA apud MORAES, 2006, p.67)

Eu vejo o seguinte, **a igreja tem aberto espaço mais para aquelas mulheres que têm investido na parte intelectual, acadêmica** e nós estamos deixando para trás os dons que cada um recebeu de Deus, do Senhor [...] a igreja tem de saber trabalhar isso aí, ou seja, até onde a igreja precisa de alguém que tenha este conhecimento e onde a igreja precisa daquela irmã que não tem esse conhecimento intelectual, mas que é necessária naquele espaço, naquela função (Cassandra, 38 anos, viúva, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica – grifo meu).

Gostaria ainda de pontuar que essa conquista esbarra na máxima apregoadada por ambas as igrejas, de que mulher nasceu para ser auxiliadora do homem; nesta perspectiva, ela até lidera em determinada área ou departamento, não obstante sempre subordinada ao clero que, conforme aludi, é exclusivo dos homens na ICBE. Mesmo como pastora, no caso específico da Sara, a ela jamais é permitido estar acima do próprio esposo, ainda que ele até se desvie da fé cristã. Caso o cônjuge se desligue da instituição e dos preceitos por ela ensinados, a companheira somente terá dever a mais, a saber, interceder ao divino pelo retorno do esposo ao espaço e prática religiosos¹⁰⁹.

Observei também que a maioria dos interlocutores da ICBE e da Sara defendeu que a mulher é naturalmente mais perseverante que o homem, revelando que a posição assumida por ela tem sido galgada senão com muito esforço, o que reflete o quadro da própria sociedade ocidental, no qual a mulher se desdobra em múltiplos papéis, assumindo várias jornadas de trabalho para conquistarem o mínimo de dignidade e direitos. Agora, ainda que o investimento na própria formação acadêmica até contribua, por exemplo, na inserção delas em certos postos eclesiais, penso que as fiéis não encaram esta possibilidade como uma luta contra o homem.

Ademais, Cleiton e Cassandra advogam que a igreja e o clero devem se ater àquilo que admitem ser a vocação de Deus ou o lado ministerial, o lado espiritual, o talento divino, independentemente do sexo. Inclusive, Cassandra denuncia que a igreja está relegando ao segundo plano os dons que cada um recebeu de Deus; por isso, ela propõe uma reflexão a fim de que sejam eclesiasticamente restabelecidos os limites entre o celeste e o terreno, o físico e o metafísico, a vontade divina e a humana, o título e a vocação religiosa.

¹⁰⁹ Relativo à “intercessão das esposas” ver também seções 3.2 e 3.4.

A propósito, quando me refiro à inclusão de mulheres em determinados postos, tenho em mente a acentuada separação que as duas igrejas fazem entre funções secundárias (intermediárias), técnicas e ofícios ou ministérios ordenados. Como disse, há explícita deferência aos ofícios ordenados, porque são aceitos como expressão máxima da manifestação carismática sobre aqueles que são chamados para missões religiosas específicas; as funções intermediárias podem ser exercidas por qualquer fiel – desde que, entre outras coisas, esteja em consonância com os preceitos institucionais e, sobretudo, permaneça aliado ao pastor titular (principal). Em resumo, ao contrário dos homens, na ICBE, as mulheres assumem apenas os cargos intermediários e técnicos; na Sara, porém, homem e mulher partilham de todas as funções, embora se busque aquelas da alta hierarquia (ministérios), dado seu prestígio – tê-las é sinônimo de ascensão espiritual e maior intimidade com o divino, de modo que o líder passa a possuir prerrogativas no que respeita ao poder eclesiástico¹¹⁰.

Todavia, mesmo que as fiéis assumam postos hierárquicos inferiores em relação aos homens, a situação de muitas delas tem sido paulatinamente revertida no contexto secular. E este fato parece inquietar os homens da religião, como se temessem futura insurreição eclesiástica da parte delas. Logo, ainda que as fiéis nem percebam ou façam até piadas sobre certas situações cotidianas que as envolvam entre os homens, avalio que isto justifica em certa medida a maneira cautelosa com que a hegemônica liderança masculina conduz o tema da participação das mulheres nas igrejas. Muito descontraída, Susana relatou uma experiência que caracteriza bem minha suspeita:

Um dia desses a gente estava até comentando na igreja mesmo sobre isso, de como a mulher está se destacando em todas as áreas. Aí houve até uma brincadeira em nosso discipulado, acho que um dos rapazes falou bem assim: “já estou com vergonha, porque aonde eu chego a mulher tem sido destaque, tem sido a primeira lá no meu trabalho”. Citou que lá no trabalho dele a mulher tem sido mais desembaraçada, mais rápida. Porque eu acho que a mulher é mais rápida aqui na cabeça e o homem é mais no músculo

¹¹⁰ Conforme elucidei nos quadros 1 e 2 (seção 2.1, p.63-65), os cargos secundários e técnicos são aqueles de apoio administrativo. Na ICBE estão listados nestes cargos os funcionários, os líderes de departamentos e os cooperadores; na Sara também são os líderes de departamentos, além daqueles que estão à frente das células e equipes. Já os líderes ordenados são os diretivos, os quais apresento em ordem hierárquica: na ICBE, pastores, presbíteros, evangelistas, missionários, missionárias e diáconos; e na Sara, pastor, pastora, diácono e diaconisa. Nessa última instituição, ainda há um bispo sobre cada região brasileira; por seu turno, a reunião dessas regiões somadas às igrejas do exterior, são dirigidas por um Conselho de Bispos e um Conselho Diretor. Atualmente, os presidentes da Sara são o bispo Robson Lemos Rodovalho e sua esposa, a bispa Maria Lúcia de Brito Rodovalho.

(Susana, 38 anos, casada, 1º. grau completo, 5 anos na Sara, diaconisa e líder de célula estratégica).

Ao perguntar se o trabalho das mulheres é reconhecido na igreja, Clóvis asseverou que se admite a condição atual, conquanto permaneçam numa posição hierárquica inferior ao homem, porém, ao mesmo tempo este interlocutor reclamou que tal contexto “é muito pouco para o que a mulher poderia desenvolver”¹¹¹. Então, fica novamente explícito que a argumentação contra e a favor sobre a efetiva participação das mulheres no *ethos* religioso tanto parte das mulheres quanto dos homens, embora, até onde pude ir nessa pesquisa, eles sejam minoria no que respeita a sinalizarem a participação efetiva delas no cenário hierárquico eclesiástico. Ainda sobre a mesma questão, Cassandra ratifica que a mulher é apenas reconhecida dentro de seu próprio contexto, “onde ela está desenvolvendo suas atividades”, limitada pela supremacia e atuação dos homens da fé¹¹².

¹¹¹ Clóvis, 35 anos, casado, graduado em marketing, 19 anos na ICBE e presbítero.

¹¹² Cassandra, 38 anos, viúva, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica.

2.4 Funções iguais, mas autoridade jamais?

Meu marido é dominante e eu sempre fui dominada. O meu caráter é um caráter dominado. [Meu marido] sempre foi muito forte, e no período em que eu cresci em liderança nem isso nunca influenciou [...] porque nunca me vi tendo que passar por cima dele [...] Em nenhum momento me coloco acima da liderança dele [...] Na igreja ele é o meu diretor [e em casa] continua sendo o meu diretor.

Conceição é professora de crianças na ICBE.

A esta altura, já que alguns aspectos se mostrarão recorrentes em algum sentido, saliento que a cada encontro e depoimento novas pistas foram somadas às constatações anteriores, propiciando-me vislumbrar um múltiplo horizonte de saberes internos sobremodo entrelaçados; de forma que prossigo analisando tanto o caráter da abertura concedida pela Sara às mulheres, quanto o discurso de certos líderes da ICBE que advogam que realidade idêntica também ocorrerá entre eles, isto é, a introdução de mulheres na cúpula ou nos altos cargos (oficialato) desta igreja. Além disto, concentro atenção especial sobre aquilo que considero o cerne da questão, residindo no modo como as igrejas estudadas lidam com a autoridade entre os sexos, para aprofundar o entendimento sobre como esta temática se estende, inclusive, reconfigurando a relação conjugal e intrafamiliar dos fiéis.

Entre outras coisas, já está posto que a ICBE distribui os papéis de liderança de modo assimétrico entre os sexos, como também que a Sara uniformiza entre eles suas atribuições, porém as duas igrejas amplificam hierarquicamente a autoridade masculina, sobretudo entre os casados. Informei ainda que ambas as instituições somente aceitam esposas desempenhando serviço eclesiástico, se houver sinal positivo ou liberação de seus cônjuges, que sejam fiéis ou não¹¹³.

Agora, não obstante as duas igrejas até igualem ou distribuam todas as funções secundárias e o oficialato entre os gêneros, raríssimos depoimentos cogitaram que o mesmo ocorra no partilhar da autoridade, especialmente no que se refere aos casados, pois os esposos lideram e continuam como a figura nuclear,

¹¹³ Ver comentários sobre este assunto na seção 2.2.

exercendo ou não ofícios religiosos – razão esta atribuída aos propósitos divinos. É o que expressa Cássia em seu depoimento: “Deus atribuiu esta autoridade ao homem, apesar dele nos fez [sic] iguais, dele nos ver iguais, de nos abençoar igualmente”¹¹⁴.

Diante deste quadro, resolvi indagar meus interlocutores sobre o conceito que eles próprios têm sobre a ICBE e a Sara, respectivamente. Cassandra criticou que os critérios que a igreja utiliza estão fundados numa visão tradicionalmente machista e reificada como preceito do céu. Todavia, seu depoimento representa uma parcela que, a despeito da contingência atual, entremostra-se esperançosa em presenciar uma transformação, uma nova construção de mentalidade, ainda que lenta ou tardia, na qual homens e mulheres tenham suas prerrogativas harmonicamente asseguradas, sobretudo no contexto eclesiástico¹¹⁵.

Ao perguntar sobre o sentido mais amplo desta possível transição, a mesma interlocutora atentou para o crescimento de uma clientela da fé mais esclarecida e exigente, o que certamente tem constrangido o corpo diretivo – especialmente o pastor principal – a repensar a política da igreja e ventilar possíveis concessões, definidas ironicamente por Cassandra de aberturas democráticas. Noutros termos, renovando a membresia da ICBE, a atual gestão se percebe coagida a assumir determinados posicionamentos, ainda que contrários ao domínio masculino, pois é necessário atender as demandas do mercado religioso a fim de assegurar a clientela da fé e a sobrevivência institucional. Cassandra ainda ressaltou que tais mudanças dependem mais do posicionamento do Conselho de Líderes a uma iniciativa exclusiva do pastor, embora este ao final as sancione ou “bata o martelo”.

[A ICBE] está abrindo mais espaço para a democracia, até porque eu acho que o pastor está começando a perceber que a realidade da nossa igreja, o público, a clientela é muito diversificada, de pessoas instruídas e que questionam. Acho que mesmo que ele queira seguir aquela linha tradicional, a situação não permite. Então, eu acho que ela está em transição para uma abertura (Cassandra, 38 anos, viúva, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica).

¹¹⁴ Cássia, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 12 anos de filiação, presidente da União Regional de Mulheres da ICB e do Departamento de Mulheres da ICBE.

¹¹⁵ Cassandra, 38 anos, viúva, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica.

Esta possível ampliação dos direitos da mulher e a minimização das prerrogativas masculinas despertaram uma nova e polêmica questão, no que tange à relação dos fiéis com a divindade cristã. Ora, se Clóvis afirmou que “Deus não trata as pessoas pelo sexo”¹¹⁶ ou não faz acepção de pessoas, por que, então, determina que o homem seja a cabeça da mulher? Já que Cristina assevera que os “homens têm que ampliar a visão de reino e abrir espaço para as mulheres”¹¹⁷, no entanto a vocação delas tem sido tolhida pelos homens, por “não as reconhecerem como iguais”¹¹⁸, ou o Deus dos pentecostais é submisso aos homens ou, neste particular, os homens da religião estão em permanente desacordo com o divino.

Em se tratando de como caracterizam a Sara, exceto um casal que muito abertamente reclamou dos altos encargos financeiros que os pastores exigem que os líderes arrecadem nas células, todos os fiéis de ambos os sexos se mostraram muito conformados ao conjunto de doutrinação recebida – sobressaindo-se os ditames da autoridade masculina. Por exemplo, ao asseverar que a Sara é sua segunda casa e família, seu lar, Susi não está nutrindo apenas o sentimento de pertencer a um grupo religioso ou falando pura e simplesmente de laços afetivos, mas expressa, mormente, sua condição de docilidade e submissão aos preceitos da igreja¹¹⁹. Casa, lar ou domicílio simboliza mais que um lugar de abrigo, proteção, pertença e aprendizagem, caracteriza um estado de ânimo social no qual os habitantes (ou fiéis) se desarmam absolutamente de qualquer sentimento contrário de hostilidade, pois o perigo mora do lado de fora (no mundo dos incrédulos e insubmissos). Na casa há a permanente proteção dos pais (pastores ou líderes espirituais), portanto as crianças não precisam temer a nada, apenas em silêncio gratuito acatar sempre. A casa é ainda espaço feminizado, e assim como a “casa é lugar de mulher” assim a igreja é tornada extensão dela; no entanto, como toda casa tem dono, filiar-se a igreja é ser igualmente inserido sob o senhorio do “pai nosso celestial”, representado na terra pela autoridade dos homens da religião.

De fato, o que observei é que mesmo que o discurso que advoga a primazia masculina seja atribuído a preceitos espirituais, este ensino se faz

¹¹⁶ Clóvis, 35 anos, casado, graduado em marketing, 19 anos na ICBE e presbítero.

¹¹⁷ Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do Círculo de Oração.

¹¹⁸ Trecho de um depoimento de Cássia, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 12 anos na ICBE, Presidente da União Regional de Mulheres da ICB e do Departamento de Mulheres.

¹¹⁹ Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos na Sara, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos”.

absolutamente concreto e palpável, tomando corpo na forma como os homens ostentam sua posição de mando e destaque sobre o sexo oposto. Ao passo que, ao assumirem “divinamente” certas funções eclesiásticas, as mulheres se apropriam de uma liderança que não se consolida integralmente em sua sub-relação com os homens, como se estes fossem capazes de fazer perdurar e conduzir tal privilégio feminino ao mero campo da abstração e da teoria, sobretudo no que se refere à relação conjugal. A autoridade dos homens cristaliza-se a ponto de ser ardorosamente acatada por todos e cada um, porém a autoridade das mulheres é algo que se fluidifica na relação entre os sexos; ademais é como uma ficção que, no melhor dos casos, pode ser sentida como um suave sopro que vem e misteriosamente segue seu destino para onde ninguém sabe ao certo.

Ao indagar sobre a não disputa das mulheres por posição na igreja, Cristiano respondeu que pesa a questão espiritual, espécie de termo divinizado que sacraliza o primor masculino:

Talvez até pela questão [...] **espiritual** mesmo, a mulher evangélica¹²⁰ ainda entende que o **homem é um autoridade constituída por Deus sobre ela**. E por este entendimento [...] percebe que este não é o melhor caminho para ela, ou seja, disputar com o homem dentro do contexto da política eclesiástica (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE – grifo meu).

Cássia lembra que esta liderança espiritual não situa a fiel sobre o marido descrente, apenas pelo bem proceder ela passa a ter autoridade para reafirmar sua real condição de serva de Deus – o que não a habilita a decidir o rumo de questões familiares, por exemplo. Agora, caso o esposo seja liberto de seus pecados, converta-se ao cristianismo e filie-se a igreja, como outrora comandava a esposa e o lar, assumirá o exemplo nas questões de moralidade e passará também a ser o líder espiritual dela.

[Em casa ela é] **líder espiritual**, muitas das vezes o marido não é crente, mas aí ela como espiritual, como crente, como serva de Deus passa a ser **líder espiritual porque passa a ensinar a palavra** (Cássia, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 12 anos na ICB, Presidente da União Regional de Mulheres da Igreja de Cristo e do Departamento de Mulheres da ICBE - grifo).

¹²⁰ A “mulher evangélica” é uma denominação do *ethos* religioso, atribuída às mulheres que fizeram sua adesão/filiação ao protestantismo.

A menos que o esposo seja um fiel – que ocupe ou não ofícios eclesiásticos – a crença de que ele “por si só já nasceu para ser a cabeça”¹²¹ da esposa não o qualifica por concomitância o ser líder espiritual dela. Por outro lado, assumindo esta condição, somam-se a ele prerrogativas das duas realidades, cabeça e líder espiritual; o que não ocorre com a mulher, pois o discurso hegemônico não admite que ela assuma a imprescindível função da cabeça, exclusividade do homem. Crisântemo procura explicar esta particularidade “divinamente” masculinizada, para justificar sua superioridade:

A mulher deve reconhecer de que há algumas **habilidades naturais masculinas** que precisam ser colocadas em primeiro plano [...] o homem tem mais habilidade pra tratar com elas; a mulher precisa reconhecer que **a liderança masculina é necessária e mais eficaz**. O homem é a cabeça da mulher no sentido de que **lhe foram dadas habilidades de liderança** que são necessárias para a construção do lar (Crisântemo, 34 anos, casado, 3º. grau completo, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero – grifo meu).

Constatei ainda que o homem é distinto como a cabeça por poder reinar absoluto em espaços públicos e privados, pois em ambos é o provedor, o gerente, a coluna, o exemplo a ser seguido e obedecido; como líder espiritual ele recebe as principais “orientações de Deus” para a resolução de problemas de toda ordem, além de assuntos relacionados ao crescimento da espiritualidade familiar. Portanto, a ICBE e a Sara ensinam que mesmo que o esposo cristão seja apenas um membro comum ou não exerça ofício algum na igreja, ele será divinamente constituído como o sumo sacerdote, a maior e mais sagrada autoridade em seu próprio domicílio. A respeito desta representação sobre o esposo cristão, Susi respondeu:

[Que seja] um esposo fiel, cheio do Espírito Santo [...] o **sacerdote da casa mesmo**, a coluna da casa, a cabeça da casa e que seja também um exemplo de líder tanto em casa como na igreja (Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos na Sara, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos” – grifo meu).

¹²¹ Sílvia, 20 anos, casada, 2º. Grau incompleto, 2 anos na Sara, líder de equipe e diaconisa.

Já a líder espiritual é aquela que, submissa ao marido, é cumpridora dos deveres eclesiástico e conjugal. Inclusive, havia ressaltado que a mulher pode assumir certos cargos na ICBE e na Sara até igualar-se ao homem neste particular; porém, ambas as igrejas advogam que ela nunca deve estar acima do cônjuge, ou seja, na condição líder espiritual – a autoridade dela encerra ou é limitada onde começa a do marido; conforme suas atribuições religiosas, ela pode até liderar outros homens, mas jamais o marido. Inclusive, se ele não tiver feito sua adesão/filiação a igreja, a esposa crente poderá até ser impedida de assumir determinadas atribuições na igreja. Os próximos depoimentos sustentam estes argumentos.

Eu vejo ela dentro da igreja de uma maneira, mas em casa ela é uma parceira; tudo o que ela for falar [ou] fazer fala comigo, ela vê se eu concordo. Então, eu vejo ela na igreja como uma **líder no lado espiritual** pegando forte mesmo, ganhando e discipulando pessoas para Jesus, mas em casa ela é uma esposa bem comunicativa (Santos, 32 anos, casado, 2º. grau incompleto, 7 anos na Sara, diácono e líder do ministério “Sara Adultos” – grifo meu).

Meu marido é dominante e eu sempre fui dominada. O meu caráter é um caráter dominado. [Meu marido] sempre foi muito forte, e no período em que eu **cresci em liderança** nem isso **nunca influenciou** [...] porque **nunca me vi tendo que passar por cima dele** [...] Em nenhum momento me coloco acima da liderança dele [...] Na igreja ele é o meu diretor [e em casa] continua sendo o meu diretor (Conceição, 37 anos, casada, 3º. Grau completo, pedagoga, 18 anos na ICBE e professora de crianças – grifo meu).

O líder no lar é o que está na frente; então, na minha casa o líder é meu marido ele está na frente. A líder continua sendo a mesma pessoa, só que em termos de decisão mesmo é o meu marido que é a cabeça. Eu tenho de obedecer [...] me submeter a ele, porque **se eu quiser exercer a minha liderança sobre ele aí vou estar fora de um princípio da palavra de Deus** (Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos de filiação, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos – grifo meu).

Ainda que Cristina mencione que a mulher tenha adquirido ou conquistado posição na área secular e, repito, na vida religiosa, este fato caracteriza-se não como se disputassem o poder com os homens, mas, talvez, como estratégicas concessões deles – trajadas de vontade divina – para perpetuar a docilidade e a subserviência femininas à “verdadeira” cabeça (masculina).

Eu acho assim, é uma coisa muito linda porque a mulher tem conseguido conquistar muitos espaços, não só na vida secular, mas também na vida espiritual. A mulher é uma auxiliadora, ela é uma pessoa importante ao lado do homem. Deus a colocou justamente como ajudadora. Eu vejo a mulher como uma pessoa forte que está sempre para ajudar e somar. Eu não vejo levantando pastoras para derrubar os pastores. Eu vejo uma somatória de forças para o crescimento do reino, eu vejo isso (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do Círculo de Oração).

Machado e Mariz (1994, p.144), analisam a predominante passividade das fiéis frente aos homens, por elas não compartilharem os conceitos de indivíduo e liberdade individual do feminismo, muito menos de “interesses femininos” deste movimento. Em regra geral, oposições defendidas pelas feministas não ocorrem no pentecostalismo porque para o cristão a única diligência legítima pela qual se deve lutar é o interesse da obra de Deus; portanto, ao invés de irmã lutar contra irmão (líder ou não) e vice-versa, a batalha do crente está focada na pretensa derrota do diabo e seus aliados espirituais¹²².

Também mencionei que cabe ao homem a primazia nas tomadas de decisões, seja em aspectos domésticos ou religiosos. Além disso, Sidnei afirmou que quando ausente de casa, é sua esposa que assume uma liderança mais efetiva, pois além dela estar hierarquicamente acima dos filhos, este privilégio é uma licença temporária conferida pelo próprio esposo para nada mais que representá-lo, o que de outro modo certamente a impediria de desfrutar.

Em casa, a gente continua mantendo o mesmo padrão, [na sequência] marido, mulher e filhos, a hierarquia e disciplina dentro de casa não mudaram. Isso não quer dizer também que ela não tenha direitos, hoje nós procuramos trabalhar em acordo, mas ainda prevalece a última palavra que é a minha [...] Não quer dizer que ela não seja uma líder, é uma líder somente na minha ausência (Sidnei, 43 anos, casado, 2º. grau completo, 5 anos na Sara, diácono e líder de célula estratégica).

A partir dos limites a mim expostos e das constatações desta pesquisa, discorrei a seguir sobre certos mecanismos de controle e coerção, cujo propósito basilar recai na pretensa manutenção da ordem e discurso eclesiásticos instituídos, especialmente no que tange ao domínio dos homens.

¹²² Na seção 2.7 discutirei acerca da disputa entre as forças antagônicas espirituais do bem e do mal.

2.5 Mecanismos de controle e coerção eclesiásticos

Temos trocado a direção do Espírito pela política eclesiástica. Compramos votos e vendemos posições. Prestigiamos partidários e colocamos mordida naqueles que não nos convém, quase sempre em nome da revitalização da ortodoxia e da espiritualidade.

Confissão anônima, registrada na revista Ultimato.

Não somente a ICBE e a Sara, mas arriscaria dizer que nenhuma instituição eclesiástica está completamente imune às críticas, sejam de origem interna ou externa. Os ataques de fora, vindos do mundo dos “incrédulos”, são percebidos como desafios que os cristãos (“carismaticamente dominados”) têm de enfrentar cotidianamente; é assim que interpretam o próprio texto sagrado, que os adverte dizendo: “Ora, todos quantos querem viver piedosamente em Cristo Jesus serão perseguidos”¹²³. Mas o que dizer ou que postura assumir quando tensões, envolvendo os “porta-vozes de Deus” (agraciados carismáticos), surgem exatamente no seio da comunidade religiosa, entre os próprios crentes ou irmãos na fé? O que fazer quando o líder não mais demonstra provas do seu carisma, nem sua liderança traga bem-estar e seus adeptos não depositam nele a confiança? (WEBER, 1991). Um caminho a tomar seria a renúncia do líder, cedendo lugar àquele que se percebe divinamente direcionado a sucedê-lo. Por exemplo, alguns pastores saíram de suas igrejas porque disseram que Deus os orientara a desenvolver uma missão singular; porém, aqueles que insistiram em permanecer no lugar de origem afirmaram que o Senhor (Deus) pesou a mão e a obra que realizavam fraquejou, conseqüentemente, muitos fiéis terminaram por se desligar da comunidade.

É assim que esta e outras situações semelhantes são solucionadas pela hierarquia eclesiástica? Geralmente, essa opção ou é completamente descartada ou é a última a ser empregada, porque há outro caminho possível a seguir. À medida que a ICBE e a Sara cresceram em número de adeptos, ambas se organizaram institucionalmente; desta burocratização, elaboraram dogmas, regimentos e

¹²³ BS, 2 Timóteo 3.12.

estatutos, que, por seu turno, operam como mecanismos de controle e coerção eclesiásticos, objetivando minimizar ou anular toda sorte de conflitos, além de tencionar obter irrestrita obediência dos fiéis para que sirvam à comunidade sob os ditames da sagrada hierarquia. Nas palavras de Foucault (1977, p. 127), a “coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada”.

Portanto, consta no estatuto da ICBE que o crente filiado será considerado insurgente, em algum nível, se: abandonar a instituição sem prévia justificativa; “não pautar a vida conforme os preceitos bíblicos” e doutrinários; descumprir deveres e determinações estabelecidos pela liderança e estatuto da igreja; “promover dissidência manifesta ou se rebelar contra a autoridade constituída da igreja, tais como: pastores, ministérios e assembleias”; usar “dolosamente de violência contra outra pessoa; provocar discussão fazendo uso de palavras de baixo calão em público; levantar falso testemunho contra seu próximo ou praticar qualquer ato” que escandalize o evangelho de Jesus Cristo. As punições também estão previstas no mesmo estatuto, a saber, que os que tais infrações cometerem serão desligados do rol de membros ou encerrada a filiação eclesiástica; conseqüentemente, perderão seus direitos, “cargos ou funções, se pertencerem à Diretoria ou Ministério da Igreja”¹²⁴.

Souza (1996, p.109) assinala que na história da ICB a oposição específica ao pastor aponta para as seguintes consequências: “a marginalidade, o êxodo em busca de outro grupo denominacional e a criação de uma rede de apoio com clientela independente (a formação de uma nova igreja na mesma denominação)”.

Com referência a Sara, o tratamento aos insubordinados ou desobedientes é semelhante, pois a ausência deliberada do fiel; a não observância à doutrina e aos ditames das sagradas escrituras; a declarada oposição às autoridades eclesiásticas e todo ato moral e eticamente condenável, faz recair sobre tal pessoa a “merecida punição”, respectiva à sua relutante condição – desde uma simples exortação até sua exclusão da igreja.

É preciso observar que a maioria dos critérios disciplinares é realmente prezada e ratificada por grande parcela da membresia de ambas as igrejas. Na

¹²⁴ Estatuto da Igreja de Cristo em Boa Esperança, Capítulo IV, art. 12.

verdade, pude constatar que alguns líderes reclamam que o que há de controverso é a interpretação e a aplicação conferida a certos textos bíblicos e, a partir desta realidade, que a cúpula religiosa procura gerir a concepção e a vida de seus fiéis. Foi neste contexto que registrei a tensão existente entre os sexos, o que procuro ratificar a partir de agora.

Gostaria de recordar que fiz opção por entrevistar a liderança da ICBE e da Sara, pois, para a presente investigação, interessa-me o discurso específico deste segmento. A propósito, evidencio que a harmonia que ambas anunciam existir entre a própria liderança e entre esta e seus liderados está apenas campeada no plano da idealização. Por exemplo, ao declarar que Deus trata as pessoas independentemente do sexo, Clóvis reclama que no dia-a-dia as atribuições deveriam ser igualitariamente distribuídas, o que de fato não ocorre. Então, assevera que o corpo diretivo se vale precisamente do discurso doutrinário, para castrar possíveis “abusos”, na expectativa de tanto coibir focos de rebelião quanto docilizar seus fiéis¹²⁵.

Particularmente, diria que é este discurso divinizado e propalado pela liderança eclesiástica o principal senão o maior mecanismo sagrado de controle e coerção. É a partir do ensino e proclamação da pretensa vontade de Deus que a igreja adentra seus discípulos, a ponto de muitos deles serem capazes de morrer a negar a causa do Mestre. Há diversos depoimentos corroborando com esta afirmativa, inclusive aqueles oriundos dos suspeitos, dignos de serem hostilizados e cassados em nome da paz.

Cassandra chega a propor que se faça uma urgente releitura bíblica, para além de buscar a compreensão original e adequada dos textos sagrados que também sejam contextualizados aos dias hodiernos, de tal monta que as mulheres compartilhem dos mesmos privilégios que os homens. Ela defende que a igreja deve fazer esta interpretação por entender que a “sociedade é outra e que a igreja [...] precisa se adequar e viver dentro desse novo modelo social em que a mulher é muito inteligente”¹²⁶.

Enquanto isto, Cássia continua afinada ao ensino hegemônico masculino, que vigorosamente incute que a primeira missão instituída por Deus à mulher é que

¹²⁵ Clóvis, 35 anos, casado, graduado em marketing, 19 anos na ICBE e presbítero.

¹²⁶ Cassandra, 38 anos, viúva, filiada há 20 anos na ICBE, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga e coordena pedagogicamente a Escola Bíblica Dominical.

permaneça submissa ou abaixo do marido, e conclui: “aprendi assim e continuo ensinando assim”¹²⁷. Susana igualmente ratifica que:

Está escrito na bíblia que o homem é a cabeça; então, a gente não vai mudar isso aí. Independentemente de ordenação ou não, a autoridade é dele; eu tenho que me colocar no meu lugar. Não tem esse negócio de exercer o mesmo nível na igreja e em casa [...] Cabe a ele a autoridade (Susana, 38 anos, casada, 1º. grau completo, 5 anos na Sara, diaconisa e líder de célula estratégica).

Retomo, então, a polêmica anterior: Afinal, aquilo que as igrejas alegam ser vocação divina é algo imparcial que transcende a vontade dos homens ou o contrário? Porque o que de fato se constata é que, para ocupar certos postos de liderança, o fiel tanto deve partilhar dos ideais da cúpula quanto reproduzi-los, do contrário será categoricamente excluído da possibilidade de ascender na hierarquia eclesiástica. Noutras palavras, todo o processo de iniciação, sistemático, formal ou não, escrito ou oral a que o aspirante ao sacerdócio é submetido acaba por configurar-se como mecanismo de controle, que determina o modo e sua inserção ou não ao clero.

Achei importante o teor de outro depoimento de Cassandra, quando perguntada se por causa dos seus títulos acadêmicos não se percebia ou era vista como ameaça pelos líderes da igreja; em nenhum momento ela disse ter medo ou receio daquilo que seu Deus poderia fazer, caso estivesse fora dos padrões dele; nem ao menos escolheu argumentos bíblicos para defender sua condição, mas somente ressaltou que é cautelosa com os pastores, medindo cada palavra proferida para que não se sintam ameaçados ou diminuídos, nem que esta metodologia ainda a coloque em risco – daí decorre a recomendação, quanto ao uso do presente registro:

Quando converso com os pastores da minha igreja, eu busco palavras para que eles possam entender o que estou falando, para que **não se sintam atacados ou inseguros**. Porque, de certa forma, a gente percebe quando o pastor está receoso. Não sei se é porque eu sou curiosa e mecho com psicologia, mas quando a gente vai conversar sobre algumas posições da igreja, depende de como você faz a leitura daquela pessoa. E a leitura que eu tenho do meu pastor é essa. **Eu não sei como é que você vai registrar aí, mas quando eles se sentem inseguros, então eles reagem de**

¹²⁷ Cássia, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 12 anos na ICBE, presidente da União Regional de Mulheres da ICB e do Departamento de Mulheres.

alguma forma (Cassandra, 38 anos, viúva, 3º. grau completo, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da Escola Bíblica – grifo meu).

Perguntei a Cassandra o que seriam estas reações, então ela disse que, quando todos os irmãos se reúnem para cultuar, o pastor utiliza a tribuna da igreja para impor novas normas a serem seguidas, e a pessoa alvo da censura “perde toda a credibilidade em relação ao pastor”; inclusive, caso ocupe alguma função é impedida de exercê-la. Minha interlocutora ainda afirmou que este cerco local torna as “mulheres muito passivas”, extremamente dóceis, o que culmina no constrangimento de não cogitarem galgar “uma hierarquia maior”.

Clóvis, um dos que são vistos sob muitas reservas pela liderança local, é incisivo em relação ao mesmo assunto, pois protesta que a reivindicação das mulheres é mínima e que deveriam reverter esta situação¹²⁸. E ele finaliza lembrando uma estratégia de controle, já referida na seção 2.2:

As igrejas ainda são muito dependentes do seu líder, tem a coisa do cabresto, quem manda é o pastor. Então, se é ele quem manda, às vezes, impõe que o departamento feminino também seja liderado pela sua esposa [...] se você for olhar, estrategicamente, é um fator determinante para que ele mantenha o poder com ele. A esposa, apesar de ser líder, [...] vai ser submissa. Ainda existe aquela visão de poder, de dominar, e tendo alguém como a esposa num departamento que é de mulheres, ele tem o poder (Clóvis, 35 anos, casado, 3º. grau completo, marketing, 19 anos na ICB e presbítero).

A exemplo da esposa que sempre deve submissão e fidelidade ao companheiro, os verdadeiros coligados – aqueles que possuem aliança com o alto clero – são habilmente posicionados em cada departamento e ministério da igreja; afinal, são a extensão dos “olhos dos pastores”, aqueles que vigiam incansavelmente as “indefesas ovelhas”, que nos currais pastam o “santo alimento doutrinário” (bens da salvação) e as confere convivência “pacífica, harmoniosa, livre dos ataques dos lobos e hereges” (toda sorte de opositores), conforme a orientação “amorosa de Deus, o sumo-pastor”.

¹²⁸ No próximo capítulo, discutirei sobre as qualidades “essencialistas” atribuídas à mulher e ao homem; a “docilização feminina” e, ainda, questionarei de quem é a causa a favor da emancipação das mulheres do domínio masculino.

Souza (1996, p.101) ratifica a importância de se atentar para o “fenômeno das alianças entre ministros, efetuadas para enfrentamento de ameaças ao corpo hierárquico ou na pretensão de conquistar privilégios”. Apenas acrescento que, conforme o depoimento de Clóvis, esses acordos ou alianças não estão restritos ao alto escalão hierárquico, mas envolvem constantemente o conjunto de pessoas que ocupam as funções eclesiais secundárias e aquelas que possuem algum vínculo de parentesco ou conjugalidade com o corpo diretivo das instituições.

No próximo capítulo, discorrerei sobre certos papéis e espaços feminizados, entretanto antecipo que esta realidade sublinha outra tática de controle empregada pela cúpula da ICBE que objetiva alcançar basicamente dois propósitos: Em primeiro lugar, certas atividades são criadas e oficializadas para funcionarem como mecanismos de compensação, dada a ausência das mulheres nos altos postos eclesiais. Exprimindo este fato como uma vantagem e em tom de elogio, o pastor principal da ICBE declarou que tem “reunião exclusiva para mulher, mas para homem não tem, por incrível que pareça”¹²⁹. Além disto, advoga-se que são os cargos de apoio conferidos às mulheres que figuram como prêmio pelo reconhecimento divino da irrestrita fidelidade às sagradas escrituras e à liderança instituída. Estas santas mulheres, como são vistas, também passam a ser consideradas publicamente como pessoas portadoras de dupla honra; inclusive, recebem até assento privilegiado no púlpito ao lado dos oficiais da igreja, por ocasião das reuniões principais¹³⁰.

Outros mecanismos serão apresentados, especialmente nas duas seções posteriores, quando então surgirá nova personagem denominada de profetisa, que ora será tratada como mensageira dos oráculos divinos ora como subversiva e impostora; além de outros inimigos ou entes sobrenaturais denominados pela igreja de demônios ou seres espirituais, cuja influência maligna sobre os humanos precisa ser resistida e exorcizada; do contrário os desviará dos preceitos evangélicos e causará transtornos de toda ordem na fé e nas relações, sobretudo, familiares.

¹²⁹ Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE.

¹³⁰ A nave do templo possui dois espaços bem demarcados, o auditório é ocupado por convidados e membros comuns (leigos); já o púlpito, a plataforma mais elevada, é o lugar dos especialistas (pastores, presbíteros, evangelistas, diáconos, missionários) e demais líderes que ocupam funções secundárias (dirigentes de congregações e os cooperadores de ambos os sexos).

2.6 Profetisas sob vigilância

E acontecerá nos últimos dias, diz o Senhor, que derramarei do meu Espírito sobre toda a carne; vossos filhos e vossas filhas profetizarão [...] até sobre os meus servos e sobre as minhas servas derramarei do meu Espírito naqueles dias e profetizarão.

Apóstolo Pedro.

Antes de adentrar na análise dos próximos depoimentos, é necessário que sejam definidas outras noções do *ethos* cristão pentecostal, para que esta nova seção seja compreendida adequadamente.

Para a teologia cristã, o Espírito Santo é o Espírito de Deus e a terceira pessoa da Trindade, aquele que dentre outras prerrogativas reveste de poder e concede dons àqueles que possuem uma vida íntima com Cristo. Esta transmissão de poder é descrita na bíblia como ser cheio (possuído) do Espírito, conforme está escrito no livro de Atos 1.8: “Mas recebereis poder, ao descer sobre vós o Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas [...]”. Já os dons são referidos como capacidades espirituais conferidas ao crente conforme a vontade de Cristo “para o que for útil” (proveitoso) ou benéfico à igreja¹³¹. Segundo Pearlman (1996, p.201), na lista dos dons estão aqueles que “concedem poder para falar sobrenaturalmente”, dentre os quais o de profecia. Quem é identificado como portador deste carisma pode, entre outros papéis, se perceber ou ser respaldado pela comunidade da fé como profeta ou profetisa.

Vale observar que tanto no Antigo quanto no Novo Testamento a lista dos nomes identificados de profetisas é extremamente menor que a dos profetas, no entanto Benthó (2006, p.228) lembra que algumas profetisas se destacaram nos relatos bíblicos, são elas: no período pré-monárquico, Miriam (BS, Êxodo 15.20) e Débora (BS, Juízes 4.4); na monarquia, Hulda (BS, 2 Reis 22.14) e, finalmente, na igreja neotestamentária, Ana (BS, Lucas 2.36-38).

Conforme Champlin e Bentes (1991, p.423, 424), o termo hebraico para profeta é *nabi*, que significa anunciador ou declarador; o profeta também era

¹³¹ O texto bíblico completo diz: “A manifestação do Espírito é dada a cada um para o que for útil” (1 Coríntios 12.7).

chamado comumente de “homem de Deus” (título que ocorre setenta e seis vezes no Antigo Testamento), de “atalaia” (do Heb. *sophim*) e de “pastor” (do Heb. *raah*). No Novo Testamento o vocábulo normalmente usado é *prophétes* (ocorrendo cento e quarenta e nove vezes), cujo significado literal é “alguém que fala por outrem”.

A profecia, além de relacionar-se com a predição do futuro, incluía “atividades de exortação, ensino, pastoreio e liderança espiritual em geral. Os profetas eram tidos como representantes de Deus, libertadores e intérpretes da mensagem divina” (CHAMPLIN; BENTES, 1991, p.424).

Weber (1991, p.303) declara que, na ótica das ciências sociais, o profeta é entendido como o “portador de um carisma puramente *pessoal*, o qual, em virtude de sua missão, anuncia uma *doutrina* religiosa ou um mandado divino”.

Segundo a bíblia, a profecia pode ocorrer mediante revelação, na qual a mensagem proclamada é concedida antecipadamente por meio de sonhos, visões, palavra direta de Deus ou discernimento intuitivo. Também é feita uma nítida distinção entre profecia e pregação em que, enquanto a última é normalmente aceita como o “produto do estudo da revelação existente, a profecia é o resultado da inspiração espiritual espontânea” (PEARLMAN, 1996, p.203). Além disto, os crentes esperam que uma expressão não suplante a outra, mas que mutuamente se completem.

Champlin e Bentes (1991, p.439) ainda registram que “algumas profetisas do Antigo e Novo Testamentos foram esposas de profetas, ou, pelo menos, atuaram em íntima associação com líderes masculinos do judaísmo ou do cristianismo”. Os mesmos autores lembram que “há evidências de que algumas dessas mulheres assumiam a autoridade de pastoras”, entretanto esta prática foi condenada pelo apóstolo Paulo, que chegou a declarar que “as mulheres estejam caladas nas igrejas” (BS, 1 Coríntios 14.34a). Na verdade, a despeito da advertência apostólica, o que se pode apreender é que o costume das mulheres atuarem era muito forte nas igrejas.

Finalmente, Champlin e Bentes (1991, p.439) ressaltam que é possível que as mulheres das comunidades de origem judaico-cristã acatassem o preceito paulino, se eximindo de participarem ativamente dos cultos, da pregação e de profetizarem em público. Por outro lado, nas regiões “greco-romanas, onde não havia nenhum costume repressivo à participação ativa das mulheres, as crentes

assumiam grandes responsabilidades nas igrejas locais, não hesitando [...] profetizar publicamente durante os cultos” – prática que muito se assemelha àquilo que ensinam e vivenciam as igrejas pentecostais hodiernas, inclusive a ICBE e a Sara.

Agora, não obstante a mensagem profética seja aceita como palavra dos céus, as igrejas supracitadas orientam que ela seja sempre provada porque advogam que o espírito humano pode confundir sua palavra com a divina; além do que a inspiração manifestada no dom de profecia deve estar abaixo da soberana inspiração bíblica. Porém, esta concepção levou-me a fazer uma indagação, respondida posteriormente pelos meus interlocutores: A profecia, incluindo seu mensageiro (profeta ou profetisa), deve apenas ser examinada pelos motivos já referidos ou poderíamos inferir que há receio de que ela possa manifestar certas resistências ao governo eclesiástico instituído, ou acirrar disputas partidárias em busca de *status*, ou, ainda, estimular o nascimento de uma nova comunidade?

A bíblia relata que muitos profetas e profetisas receberam revelações ou oráculos divinos a respeito de certas distorções de ordem ética ou moral, confrontando nações, reis, líderes religiosos e diversas outras autoridades. Portanto, será que a presença do profeta ou profetisa nos cultos não causaria certo temor na liderança da ICBE e da Sara, por desconfiar da ocorrência de desvios semelhantes? A profecia não seria um inconveniente risco a atual hierarquia?

Por que muitos fiéis dão ouvidos à profecia? Não seria também porque os sacerdotes (pastores), exercendo seus cargos “profissionalmente” e distribuindo bens de salvação, recebem prebenda? Já o profeta anuncia a mensagem divina “gratuitamente”, sem fins ou critérios econômicos? Não haveria apego afetivo maior dos crentes àquele que serve desinteressadamente? Em tese, a mensagem profética não estaria desobstruída de interesses e intervenções meramente humanos? Weber (1991, p.304) assinala que o “profeta típico propaga a ‘ideia’ por ela mesma e não – pelo menos de forma perceptível e de forma regulada – por uma remuneração”. O mesmo autor ainda advoga que o “caráter gratuito da propaganda profética” é um dos principais segredos do seu sucesso.

É importante lembrar que ainda que não conste na lista de cargos secundários e ofícios ordenados (quadro administrativo), para as igrejas referidas, o profeta ou profetisa é constituído(a) diretamente pelo Espírito Santo, ou seja, não há intervenção dos homens ou acordo com Deus na concessão do dom de profetizar.

Significa, então, que a misteriosa relação do profeta ou profetisa se dá inicialmente com Deus para, posteriormente, ser revelada às igrejas.

Ora, conforme evidenciei, se “[...] a palavra pastoral, o conselho pastoral, a liderança pastoral e a autoridade pastoral é pregada [sic] pela igreja como uma representação da palavra de Deus, [se] o pastor é como se reapresentasse Deus na terra”¹³², contudo o profeta ou profetisa possui acesso direto a Deus e também o representa, logo, ou cooperará ou disputará a primazia com o pastor.

Assim como o profeta (ou a profetisa) reclama autoridade em “virtude de sua revelação pessoal e de seu carisma”, assim também os pastores o fazem; além de distribuírem bens de salvação, legitimados por seus cargos, os pastores estão igualmente vinculados a um “carisma pessoal” (WEBER, 1991, p.303).

Já que ambos os grupos (pastores e profetas) reivindicam semelhante vocação carismática, perguntei então a alguns líderes se uma palavra profética ameaçaria a autoridade pastoral, ao que responderam categoricamente que sim, afirmando que esta realidade tem posto em perigo até a unidade das igrejas. Cristiano, por exemplo, relatou que já “aconteceu de [...] pastores perderem grupos de adeptos por causa de uma palavra profética”. Neste caso específico, ele se referiu ao envolvimento de uma profetisa.

A propósito, Weber (1991, p.303) pensa que “não é a intenção do próprio profeta que decide se de sua revelação nasce ou não uma nova *comunidade*”. Contudo, tenho observado que quando uma profetisa é excluída ou solicita sua desfiliação de certo grupo religioso raramente prossegue solitária porque – a partir de certos discípulos (ou das massas) que se alinham esperançosos à sua doutrina e presumíveis revelações – surgem novos movimentos religiosos independentes, ainda que este não tenha sido o propósito original¹³³. Só para citar alguns casos ocorridos em Parnamirim, em pesquisa anterior (FONSECA, 2006) constatee que das onze igrejas pentecostais investigadas, seis foram fundadas entre 2001 e 2005, sendo três destas (isto é, a metade) estabelecidas sob a liderança de profetisas-pastoras, a saber: Ministério Internacional Visão de Deus (2003), Missão Carismática Berseba (2004) e Missão Evangélica Deus é Fiel (2005).

¹³² Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE.

¹³³ Weber (1991, 304) advoga que sempre se exige do profeta a “prova da posse dos dons específicos do espírito, de determinadas capacidades mágicas ou extáticas”; do contrário, dificilmente reunirá discípulos em torno de si.

Além de ratificar o depoimento anterior de Cristiano, a declaração de Crisântemo traz novas luzes a respeito de como a hierarquia concebe as cominações proféticas:

Muitas vezes, a palavra profética é vista como ameaça, na medida em que algumas palavras ou discursos dessa mulher (profetisa) passam de alguma maneira a ferir essas relações já estabelecidas de poder, esse tradicionalismo. Quando começa a ferir, quando começa a discordar, aí começa a ser vista como ameaça. Quando aquela profecia é dada para edificar alguém, até aí tudo bem. Agora, se essa palavra começa a ferir o tradicionalismo, aí sim, ela começa a ser uma ameaça. Aí já não é mais uma profetisa [...] não é mais uma pessoa que tem o dom da palavra, não é mais uma ministradora, é uma subversiva (Crisântemo, 34 anos, casado, 3º. grau completo, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero).

As pistas colocadas por Crisântemo sinalizam que meu questionamento anterior tem certo fundamento, pois admite que a palavra profética transforma-se em ameaça no instante em que concorre ou fere as relações tradicionais do poder instituído. Ademais, questionado o teor de sua mensagem, aquela que fala em nome de Deus passa a ser vista pela liderança eclesial e seus coligados como subversiva e impostora; por conseguinte, sendo sua vocação e intimidade com Cristo uma farsa, é acusada de ter dado “brechas” e de se tornar nada menos que um “instrumento do maligno”¹³⁴ ou, juntamente com a revelação, o “poder do carisma profético” tão logo se esvaece como mera declaração humana ou “carnal”, portanto sem nenhuma validade e relevância para a igreja. Nesta perspectiva, o autêntico recado dos céus, a verdadeira profecia, útil e benéfica ao povo de Deus, é aquela que sempre serve aos interesses do segmento dominante. A este respeito, cabe a observação weberiana de que

o sacerdócio é incumbido da tarefa de determinar sistematicamente a nova doutrina vitoriosa ou a velha doutrina defendida contra os ataques proféticos, de delimitar o que é ou não considerado sagrado e de impregnar isto à crença dos leigos para garantir sua própria soberania. [...] Também o puro interesse na consolidação da própria posição contra possíveis ataques e a necessidade de assegurar a própria prática contra o ceticismo dos leigos podem levar a resultados semelhantes. Mas, onde quer que se inicie esse processo, ele acarreta duas consequências: escrituras canônicas e dogmas. [...] As escrituras canônicas contêm as próprias revelações e

¹³⁴ A expressão “dar brechas” remete à linguagem bíblica sobre as brechas nos muros de Jerusalém, que precisavam ser reparadas (cf. BS, Neemias 4.7); diz respeito também à falta de vigilância ou a qualquer posicionamento contraditório aos preceitos bíblicos, configurando-se como pecado ou transgressão (cf. BS, Ezequiel 13.5; 22.30).

tradições sagradas; os dogmas são ensinamentos sacerdotais sobre o sentido de ambas (WEBER, 1991, p.314).

Se o discurso hegemônico da liderança defende que a última palavra pertence irrevogavelmente aos sacerdotes (pastores), por que Deus concede o carisma profético, especialmente, às mulheres (pelo menos no contexto e recorte desta pesquisa), já que esta capacitação possui características tão próximas à vocação pastoral e tem gerado tanta polêmica nas comunidades religiosas? O próximo depoimento sugere outras pistas:

Isso acontece principalmente em um ambiente pentecostal. Às vezes, a palavra profética interfere o conselho pastoral e isso acontece geralmente com as mulheres (profetisas). É porque, geralmente, as mulheres estão mais dentro desta questão profética – você tem muitas mulheres que são profetas [sic]; acho até que é pela questão delas não exercerem tanto a função de pregadora – são poucas pregadoras; então, elas se dedicam muito nesta questão profética. Você vê muitas mulheres profetas, mas têm poucas pastoras, presbíteras e diaconisas, mas têm muitas profetas; conseqüentemente, em dados momentos, essa palavra profética se sobrepõem à palavra e ao conselho pastoral (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE).

De fato, minhas questões não foram especificamente direcionadas ao caso das profetisas, porém surpreendeu que todos os depoimentos somente afluíram para esta categoria.

Alguns fatores citados por Cristiano precisam ser analisados. Em primeiro lugar, ele atribui que pelas múltiplas feições do pentecostalismo, esta vertente cristã tem corroborado, em certo sentido, para o acentuado número de conflitos entre homens (pastores) e mulheres (profetisas) – já que as igrejas ensinam que a ação do Espírito, tanto no passado quanto no presente, nunca se restringiu a conceder dons a um único gênero. Então, como que se aproveitando desse propício discurso e sendo impedidas de exercerem os ofícios por ele relacionados (pelo menos na ICBE), as mulheres almejam mais a vocação profética e são elas quem mais reclamam manifestá-lo¹³⁵. Ou seja, Cristiano aponta que a não ocorrência de mulheres no clero ou quadro de especialistas, provoca o surgimento de grande

¹³⁵ Coincidências à parte, como na Sara o oficialato é distribuído igualmente entre homens e mulheres, e embora seja uma igreja de orientação pentecostal, esta polêmica entre profetisas e ofício ordenado (especialmente pastoral) praticamente inexistente.

número de profetisas – em síntese, ausência de pastora ou presbítera (pregadora) maior frequência de profetisas.

Além do mais, a recorrência do fenômeno profético – sobretudo por meio e entre as mulheres – incide na contramão da rotinização do carisma. A despeito da racionalização da fé, das “ações associativas” cotidianas (típicas e exclusivas do próprio quadro administrativo)¹³⁶, da participação eclesiástica dos sacerdotes, da legitimação e tradicionalização das posições de mando, entre outros fatores, as profetisas são identificadas e reconhecidas como portadoras de um carisma pessoal; por isso, em nome da vocação – “no sentido enfático da palavra: como ‘missão’ ou ‘tarefa’ íntima” – elas continuam anunciando mensagem divina sem fins ou critérios econômicos (WEBER, 1991, p.160).

Sugiro ainda que há maior dedicação ou busca das mulheres pela vocação profética tanto como uma espécie de compensação para as lacunas eclesiásticas não ocupadas por elas como pela premente necessidade de fazerem voz e vez na comunidade da fé, ainda que tais manifestações ou “revelações” metafísicas sejam mais frequentes em reuniões organizadas por elas¹³⁷. Weber (1991, p.313) observa que, em regra, o profeta (ou profetisa) é um leigo que “apóia sua posição de poder sobre o grupo de adeptos leigos”; inclusive, é entre esse segmento leigo e predominantemente constituído por mulheres que ocorrem mais manifestações cúlticas emocionais, bem como a profecia emocional, baseada na aceitação dos êxtases e do fenômeno da glossolalia.

Já que as mulheres, sobretudo as casadas, estão sob a autoridade dos homens, nada mais conveniente que não falarem por si mesmas, mas dizerem que Deus disse ou falarem em nome de Deus. Contudo, se o que é exposto pela instrumentalidade da mulher é entendido como palavra subversiva, contrária a ordem religiosa instituída, a não ser que a mulher diga o que o “Deus dos homens” não disse, o “Deus que fala” por ela também é tornado falso e rival dos homens.

Por conseguinte, perguntei como a instituição e a liderança buscam superar tensões surgidas nesta área. Cássia deixou claro que para os fiéis assíduos e alinhados aos dogmas, a orientação pastoral prevalecerá sobre a pretensa palavra profética; noutros termos, quanto mais próximos do discurso oficial (dogmático) mais

¹³⁶ Ver Weber (1991, p.31).

¹³⁷ Estas reuniões voltadas para as mulheres ou organizadas por elas serão analisadas no capítulo 3, quando questionarei acerca da “autonomização interina das mulheres e/ou feminização de certos espaços”.

provável será o controle sobre a clientela – a situação oposta também é verdadeira. Por isso, cabe impreterivelmente aos pastores principais da ICBE e da Sara doutrinar e pregar nas principais reuniões de suas respectivas igrejas¹³⁸; agora, na ausência ou impossibilidade de ministrarem, só os substituem aqueles devidamente credenciados e escalados pelos próprios pastores, ou seja, seus coligados.

Além disto, presumo que o caráter de normalidade que Cássia atribui àquelas que profetizam não é senão uma tentativa de minimizar a autoridade e influência delas no seio da igreja, frente aos senhores e detentores “supra-normais” das prerrogativas divinas, principais instrumentos institucionalizados e “porta-vozes entre Deus e os fiéis comuns”.

Eu vejo assim que depende muito da pessoa [que] freqüenta a igreja, os cultos de ensino, de instrução, de doutrina. Há um peso maior [da palavra pastoral] para estas pessoas. Já as pessoas que não participam das atividades, a profecia tem um peso maior, ao ponto de fazerem coisas que até fogem da própria bíblia [...] Como temos passado por certas situação difícil [sic] de pessoas que se levam com profecias, então tem sido ensinado muito na igreja a observação da palavra de Deus, que é a única regra de fé e conduta. A gente tem puxado muito para isso, que a bíblia está acima de qualquer profeta ou profetisa; hoje, a profeta [sic] é tida como uma mulher normal, um instrumento que Deus escolhe para falar (Cássia, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 12 anos na ICB, Presidente da União Regional de Mulheres da ICB e do Departamento de Mulheres da ICBE).

E mais uma vez, é o pastor principal da ICBE e esposo de Cássia quem procura elucidar e ratificar o porquê de serem os pastores de ambas as igrejas os detentores por excelência da administração e manutenção do ensino oficial:

É mais dentro do contexto da palavra, (o ensino) é dentro da bíblia, porque a palavra pastoral, o conselho pastoral, a liderança pastoral e a autoridade pastoral é [sic] pregada pela igreja como uma representação da palavra de Deus, o pastor é como se rerepresentasse Deus na terra (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE).

Mafrá (2002) sugere haver algumas distinções consideráveis no interior desta maneira de comunicação entre o crente e o divino; enquanto as mulheres e os homens leigos afirmam encontrar no “milagre” a plena resposta de Deus, aos líderes

¹³⁸ Weber (1991, p.318) lembra que à medida que elementos mágico-sacramentais são eliminados da religião, mais o sermão ganha significado. E conclui que o sermão ganhou maior importância no “protestantismo no qual o conceito de sacerdote foi totalmente substituído pelo conceito de pregador”.

carismáticos é outorgado um meio direto de comunicação. A este segundo grupo é reservado o carisma para uma plena revelação, uma profunda penetração nos propósitos maiores de Deus ou um compartilhamento, inclusive, de suas razões e vontades na orientação dos eventos que envolvem tanto a comunidade religiosa quanto a sociedade em geral.

Como, entre outros adjetivos, a falsa profetisa é rotulada de insubmissa e dissimuladora, procurei aprofundar a investigação sobre o processo de controle e coerção aplicado a elas; então, reuni novos depoimentos, como o de Clébia que asseverou que inicialmente cabe ao pastor “ouvir esta ‘abençoada irmã’, desde que ela não esteja usando de autoridade para resolver certa situação, desde que não esteja saindo do ideário ou proposta da igreja”¹³⁹. E caso a “insubordinada” nem ceda nem se submeta à doutrina imposta, nada mais poderá ser feito a não ser bani-la de importunar os “santos” (fiéis), isto é, excluí-la definitivamente da instituição. Cristiano até admite que de “vez em quando acontece (que uma indisciplinada profetisa se insurge na igreja), mas já foi mais frequente. Hoje, devido os pastores notarem isso e combaterem muito, é menos”¹⁴⁰.

Como admite-se que em muitos casos as profetisas subvertem os padrões eclesiais racionalizados, desafiando a autoridade reconhecida pelos homens e pelas próprias fiéis, ao falarem palavras contrárias ao clero as falsas profetisas são combatidas através das escrituras sagradas, pois a bíblia combate todos os desvios, inclusive proféticos. Entretanto, quando a palavra não responde especificamente ao problema, a liderança carismática pede a orientação e a solução ao Espírito Santo. Mas quando se diz que o Espírito que fala pela profetisa é contra o pastor ou sua igreja, então se advoga que outro espírito, não o Deus, fala por ela; neste caso, a bíblia terá respostas para condená-la, pois as escrituras canônicas sempre estão acima da profecia.

A “formação de comunidades religiosas constitui, se não o único, ao menos o mais forte estímulo” para o desenvolvimento do teor específico dos ensinamentos pastorais (sacerdotais); por seu turno, o estabelecimento de comunidades termina por instituir a importância específica dos dogmas, surgindo igualmente a “necessidade de se isolar de doutrinas estranhas concorrentes e de

¹³⁹ Clébia, 31 anos, casada, pós-graduada em psicopedagogia, 18 anos na ICBE e vice-coordenadora da Escola Bíblica Dominical.

¹⁴⁰ Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE.

manter o domínio pela propaganda, e, com isso, a importância da doutrina discriminadora” (WEBER, 1991, p.316).

Ainda inquirindo a respeito de como a ICBE supera tensões entre profetisas e a hierarquia eclesiástica, Crisântemo foi categórico e mais radical que Clébia, ressaltando que a “primeira reação é a do isolamento de qualquer tipo de ameaça, ou seja, a primeira coisa é isolar a ameaça (pseudo-profecia)”¹⁴¹. Então, ao indagar se a “ameaçadora” (profetisa) também é segregada, meu interlocutor concluiu:

É. E como é feito este tipo de isolamento? Impedindo o acesso dessa profetisa, para que não tenha mais oportunidades. Essa é a primeira coisa a fazer, e, segundo, é a intimidação mesmo, chegar e ameaçar mesmo e impor disciplina. Os métodos são esses mesmos, **são os métodos coercitivos** (Crisântemo, 34 anos, casado, 3º. grau completo, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero – grifo meu).

Finalmente, lembrei de uma expressão muito usual no *ethos* pentecostal que diz “eu não obedeco a homens, mas obedeco a Deus”, que assinala justamente uma espécie de brado de resistência daqueles(as) que “exigem” ser reconhecidos como canais carismáticos do divino. Ora, para os cristãos, somente Deus está acima de qualquer liderança, pastor (sacerdote), igreja, profeta, profetisa ou doutrina (dogma), portanto nada mais óbvio que atestar a manutenção da autoridade, seja de qual lado for, atribuindo-a senão ao transcendente. Sobre tal expressão, Crisântemo comentou que:

O interessante é que esta expressão é usada dos dois lados (oficiais e fiéis). Para que uma pessoa diga isso, ela precisa ter convicção realmente de que é Deus que a está movendo e que é Deus que a está dirigindo. Se realmente for Deus, essa pessoa vai encontrar o espaço que precisa, mais cedo ou mais tarde, sendo impedido ou não, sendo tolhida ou não. Se é Deus que está agindo, certamente essa pessoa vai ter esta oportunidade e ela não vai se calar; se não for, isso aí vai sumir, vai cessar, mas se for Deus realmente esta pessoa vai ter a oportunidade (Crisântemo, 34 anos, casado, 3º. grau completo, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero).

¹⁴¹ Crisântemo, 34 anos, casado, 3º. grau completo, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero.

Na seção subsequente, discutirei acerca de novas evidências que realçam que as disputas pelo poder eclesiástico ocorrem mais entre os próprios homens; ademais, que as duas igrejas atribuem que muitas contendas no espaço religioso são provocadas pela interferência de seres espirituais malignos.

2.7 Afinal, quem disputa o poder eclesiástico?

Eu acho que há disputas e até acirradas, até políticas mesmo. Elas são mais empreendidas pelos homens, sem dúvida, até pelo acesso que têm às funções de maior visibilidade [...] Existem homens em que a igreja, não que isso seja uma coisa negativa, mas que a igreja é o principal meio de realização pessoal [...] isso é tão forte que as pessoas brigam com unhas e dentes, e colocam a ética de lado, mas precisam daquele cargo, precisam daquela função.

Crisântemo é presbítero na ICBE.

Quase que em uníssono, os depoimentos relataram que as mulheres ou não disputam o poder eclesiástico ou se o fazem utilizam estratégias menos convencionais e mais discretas que os homens. Sidnei, por exemplo, assevera que na Sara elas não se insurgem com esta reivindicação porque “a coisa tem fluído naturalmente, isto é, tanto o espaço do homem como o da mulher têm sido igualado”, e conclui: “é claro que o homem sempre um pouco acima, pela questão da hierarquia”¹⁴². Porém, conforme tenho sinalizado, o que ele denomina de natural é precisamente a reificação doutrinária da autoridade eclesiástica dos homens, retratada numa hierarquia sobremodo assimétrica e masculinizada.

Posteriormente, o mesmo interlocutor afirmou que, às vezes, frente aos homens, as mulheres “recuam muito” por se sentirem incapazes de liderar até “uma célula na igreja”. É possível que estas reações sejam de certa maneira previsíveis, já que a igreja enfatiza constante e dogmaticamente que o homem tem certas atribuições privilegiadas, além de possuir absoluta autoridade sobre a mulher. Por isso, quando perguntei o porquê de se perceberem desta maneira, Sidnei argumentou que elas se vêem inferiores aos homens.

Também obtive respostas semelhantes junto aos líderes da ICBE, com o acréscimo de que são raras as disputas a partir da iniciativa das mulheres, pelo menos entre elas e os homens; no entanto, como a distribuição dos cargos mais

¹⁴² Sidnei, 43 anos, casado, 2º. grau completo, 5 anos na Sara, diácono e líder de célula estratégica.

importantes, especialmente os do oficialato são exclusivos deles¹⁴³, receia-se que surja algum levante ou entre elas ou coordenado por elas, como que apontando para a possibilidade de certas reconfigurações eclesiais, desde que tomem consciência de sua condição ou mudem de mentalidade. Esta é a impressão referida pelo pastor principal da igreja:

A mentalidade da mulher em conquistar seu espaço na igreja **ainda** não chegou a esse ponto de tentar uma disputa política [frente aos homens]. Eu acho que a mulher **ainda** não tem esta mentalidade. **Ainda**. Não sei se vai se configurar desta forma, mas ela não usa de artifícios políticos para conquistar o seu espaço, ela usa mais dentro do próprio contexto dela, dentro do grupo das próprias mulheres. Existe certa política entre elas, mas **ainda** não disputam com o homem (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE – grifo meu).

Seguindo linha teórica distinta daquela apresentada por Bourdieu, que termina por defender a dominação masculina como universalizante e atemporal¹⁴⁴, Perrot (1988) propõe a possibilidade das mulheres exercerem “poderes” de maneira ativa, como sujeitos da história. Ao advogar que as fronteiras entre o público e o privado não são rígidas, mas se alteram conforme o tempo, a mesma autora declara que as mulheres também dominam no cotidiano e esquivam-se da dominação, ainda que isto ocorra nos bastidores.

O argumento de Perrot ganha mais expressividade a partir de certos discursos que terminam por apontar para uma possível relativização da condição atual e privilegiada dos homens. Por exemplo, quando insisti no porquê da não disputa, entendi que “chegar a uma nova mentalidade” poderia incluir resistências ao próprio discurso hegemônico da assimetria entre os sexos, caríssimos ao contexto local da atual sujeição feminina. Porém, Cristiano acrescenta que as mulheres “ainda” não lutam:

¹⁴³ Conforme elucidei, com exceção do ofício de missionário que é preenchido por ambos os sexos.

¹⁴⁴ Corrêa (1999) também critica a mesma problemática, assinalando que as análises de Bourdieu referentes à universalidade da dominação masculina, a partir dos estudos que desenvolvera nas décadas de 1950 e 1960 acerca da sociedade Cabila, parecem votadas a exibir todos os estereótipos da “lógica ocidental” que teóricas ou antropólogas feministas têm se empenhado em exorcizar, isto é, a lógica que se apóia em certos pares de oposição: cultura/natureza, sujeito/objeto, público/privado, masculino/feminino, entre outros. Para a mesma autora, não se deve conceber a transposição desses pares como elementos independentes do contexto social de origem para aplicá-los noutras sociedades.

Talvez até pela questão bíblica mesmo, espiritual. A mulher evangélica **ainda** entende que o homem é uma **autoridade constituída por Deus sobre ela**. E por este entendimento, por esta **consciência bíblica**, ela percebe que este não é o melhor caminho, ou seja, disputar com o homem dentro do contexto da política eclesiástica. (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE – grifo meu).

Afinada a esta alegação, porém inconformada, Cassandra declara que ela mesma e as demais mulheres aceitam a “hierarquia do jeito que vem, pois **ainda** não existe questionamento”. E acrescenta: “Eu vejo as mulheres muito passivas na nossa realidade, elas não almejam chegar a uma hierarquia maior”¹⁴⁵. E ainda que certos depoimentos busquem dizer o contrário, o quadro que Cátia ora desenha é de mulheres que até almejam galgar determinados espaços na religião, mas com discrição, em silêncio e através das habilidades secundárias que já desenvolvem, sobretudo nos bastidores (eclesiásticos). Isto me faz pensar no quão cautelosas são e porque não dizer temerosas em lidar com a presente temática, referente ao senhorio dos homens, “dádiva do Senhor dos céus”; afinal, conforme apregoam, que “as mulheres estejam caladas nas igrejas” (BS, 1 Coríntios 14.34a)¹⁴⁶.

A mulher está procurando seu espaço na igreja, lá na Igreja de Cristo eu estou vendo muito, é direto. Mas ela tem uma maneira **mais discreta** de buscar este direito [...] A gente nota que o homem quando quer uma coisa vai lá e diz; a mulher não, ela demonstra através dos talentos, ela tem de mostrar **sem precisar de palavras**, através das ações (Cátia, 40 anos, divorciada, pedagoga, 15 anos na ICBE, regente do coral de mulheres e idealizadora do “culto da rosas”).

Comparando a estratégia citada por Cátia com o discurso adotado no módulo 3, do Manual de Líderes da Sara, percebi certas semelhanças no que se refere à intenção das igrejas de manterem seus fiéis sob docilidade, principalmente

¹⁴⁵ Cassandra, 38 anos, viúva, 3º. grau completo, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica.

¹⁴⁶ Cássia (presidente das mulheres e esposa do pastor principal da ICBE) entregou-me um caderno doutrinário que ela e a instituição oficialmente utilizam no ensino dogmático acerca do “silenciar relativo das mulheres”. O texto adotado é oriundo da Primeira Igreja Presbiteriana do Recife, publicado em 2002 pelo reverendo Augustus Nicodemus Lopes, que, segundo algumas lideranças eclesiásticas, segue uma linha extremamente conservadora e comprometida com o modelo hegemônico da dominação masculina no protestantismo; de sorte que a ICBE defende que a “questão central relacionada com a passagem [bíblica de 1 Coríntios 14.34] é *que tipo de restrição que Paulo está impondo às mulheres*. Essa restrição não parece absoluta, ao ponto de reduzir as mulheres ao silêncio total nos cultos, já que ele, em 1 Coríntios 11.5, deixa a entender que elas poderiam orar e profetizar durante as reuniões, desde que se apresentassem de forma própria, refletindo que estavam debaixo da autoridade masculina. A interpretação que traz menos problemas é a que defende que Paulo tem em mente um tipo de ‘fala’ pelas mulheres que não implique em uma posição de autoridade eclesiástica sobre os homens crentes. Elas podiam falar nos cultos, mas não de forma a parecer insubmissas” (LOPES, 2002, p.14).

em harmonia com a liderança instituída. Porém, antes de apresentar alguns argumentos desse manual, é oportuna a elucidação de Foucault acerca dos efeitos disciplinares (podendo ser incluídos aqueles de origem religiosa), que objetivam senão a manutenção da hierarquia:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1977, p.127).

Na lição 2 do Manual de Líderes (Escola de Vencedores, v.3, p.37-45), a Sara discorre sobre “o líder deformado”, objetivando inculcar em sua clientela alguns alertas associados ao risco da rebeldia ou indocilidade – listo alguns deles:

a) “Consequências do mau uso da língua”, inclusive contra a igreja: “contamina e enferma” o corpo; devasta a auto-estima, os sonhos e a esperança; “traz maldição”.

b) A falta de submissão ou o orgulho é algo oriundo do poder espiritual maligno e gera rebelião, engano, amargura e destas coisas aflora a recusa das autoridades (de Deus, dos pais, do governo e da igreja). Entre outras coisas, a amargura torna a pessoa fechada ao ensino, que por seu turno assume atitudes hostis. Por outro lado, a “reorganização” dos valores, tendo como base a “palavra de Deus [...] serve como proteção contra ataques de satanás que sempre penetram através de hábitos antigos e arraigados que não foram mudados”. A propósito, já que um líder é “essencialmente bom”, somente as forças antagônicas do mal podem deformar aqueles que caem na distração.

Ao mesmo tempo em que advoga a necessidade desta reorganização, paradoxalmente, a Sara naturaliza as características do líder; por isso, declara que encontrar “o propósito pelo qual você foi criado lhe concede o bilhete premiado para a felicidade”. Dentre as particularidades essencialistas da liderança, a igreja menciona: a “**paternidade**”, ou seja, quem “quiser vencer deve estar próximo de sua liderança” (Pergunto: Por que não, também, “**maternidade**”?); ser servo submisso à missão do líder ou “abrir mão da sua missão pessoal em prol da missão de Deus por meio da liderança”; finalmente, a “capacidade de mobilizar” é básica numa liderança

porque “os príncipes (se referindo aos líderes eclesiásticos) não deixam o povo (fiel comum) mandar neles, mas convocam, chamam o povo ao seu encontro” (Escola de Vencedores, v.3, p.29, 30).

Além de evidenciarem que disputas políticas geralmente ocorrem entre os homens, os próximos depoimentos se coadunam, fornecendo novas pistas sobre a razão deste pleito. E é o próprio pastor titular da ICBE que admite que tensões são frequentes e justifica que isto é inevitável em qualquer instituição, incluindo as igrejas; entre as supostas causas apresentadas está a sedução por uma real e rápida possibilidade de ascensão social, a partir do contexto do poder eclesiástico; então, em nome de Deus, “irmão luta contra irmão” pela melhor e mais poderosa posição “sacrossanta”.

Sim, **constantemente há disputas**. Eu acho que a igreja, como toda sociedade, como toda instituição onde existe governo há também **disputa pelo poder**. É um poder diferente, mas é um **poder eclesiástico**. É um poder de governar, de ter capacidade de comando sobre as pessoas e isso fascina a muitos. E têm pessoas, inclusive, que não conseguem se realizar na vida secular e encontram na igreja uma nova oportunidade; às vezes, até de se livrar das frustrações não vencidas lá fora. Então, procuram vencer à força nas igrejas, e é aí que surge a disputa e, muitas vezes, acirrada e até meio conflituosa (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE – grifo meu).

Ao defender que as disputas religiosas por *status* também objetivam a realização social, Crisântemo também lembra que ocorrem com mais frequência entre os homens justamente por ocuparem o oficialato. Então, quanto mais importantes as funções eclesiásticas mais disputadas são com “unhas e dentes”; o que, por seu turno, são preenchidas pelos vencedores – aqueles que dizem representar Deus na terra. Não obstante, se a igreja ensina que Deus os vocaciona porque então deveriam lutar? O que me parece é que deixando a ética à parte, por exemplo, ratificam o quanto é tensa a tentativa de conciliar a invocação de que a igreja coexiste como instituição humana e divina. Mas, houve quem advogasse que tal realidade só é possível dada esta dual dimensão; enfim, sob a reivindicação de que a igreja é também instituição humana, ela tanto conhece momentos de glória como está sujeita a cair em tentações, pois a “carne é fraca”¹⁴⁷. Todavia, como

¹⁴⁷ Cf. BS, Mateus 26.41b. Nas cartas bíblicas de 1 Coríntios 7 e Gálatas 5, atribuídas ao apóstolo Paulo, há discussões teológicas que tratam da noção sobre a “carne”. O apóstolo utilizou o termo grego *sarx* para “carne” que, originalmente, significa “natureza humana não regenerada” – algo ligado a uma dimensão imaterial,

harmonizar a “santa eleição divina” com a permanente “pecaminosidade da carne humana”? Como unir o discurso eclesiástico acerca da paz de Deus com a guerra dos “homens da fé”?

Eu acho que há disputas e até acirradas, até políticas mesmo. Elas são mais empreendidas pelos homens, sem dúvida, até pelo acesso que têm às funções de maior visibilidade. E isso gera uma maior disputa. Inclusive, eu até falei uma vez que tenho a seguinte teoria: Existem homens em que a igreja, não que isso seja uma coisa negativa, mais que a igreja é o principal meio de realização pessoal. Por quê? Porque uma pessoa bem sucedida no meio profissional, muitas vezes, não é bem sucedida no meio familiar, não é bem sucedida pessoalmente; então, a igreja fica sendo a única válvula de escape para ele ser aceito, para se ter a auto-estima resgatada. Às vezes, isso é tão forte que as pessoas brigam com unhas e dentes, e colocam a ética de lado, mas precisam daquele cargo, precisam daquela função. Porque é o seu único meio de realização pessoal, por incrível que pareça [...] Isso não acontece nos cargos auxiliares, mas na linha de frente é notadamente visível (Crisântemo, 34 anos, casado, 3º. grau completo, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero).

Dissertando sobre os fatores da dissidência dos fundadores da ICB em 1932, Souza (1996, p.72) analisa a visão que os líderes possuem dos atuais conflitos desta instituição:

A doutrina é antes de tudo a razão que espiritualiza, algo que se recebe diretamente de Deus e transcende as questões organizacionais. A organização é a igreja institucional, sua dimensão visível e denominacional. A igreja espiritual é a verdadeira comunidade dos escolhidos, à qual não pertencem necessariamente todos os que fazem parte da igreja institucional. Na dimensão institucional, a igreja está presa aos conflitos de sua natureza humana [ou carnal]; na espiritual, ela os transcende.

Por conseguinte, no auge de uma crise religiosa, certamente alguns diriam que se estivesse entre os irmãos hodiernos, o apóstolo Paulo exortaria a igreja assim como o fez com os crentes de Corinto: “Ainda sois carnis. Pois havendo entre vós inveja e contendas, não sois carnis, e não andais segundo os homens?”¹⁴⁸. O que ocorre é que quando os conflitos se agravam e os argumentos meramente humanos parecem esgotar, só resta aos fiéis apelarem ao divino por intermédio das sagradas escrituras; é tanto que Cassandra afirmou que “muitas

contudo que se revela em atos imorais ou devassos e, não raro, através do corpo físico. Embora seja uma temática controversa para as ciências sociais, cabe aqui a elucidação de que esta proposição está intimamente inserida no pensamento cristão.

¹⁴⁸ Referência a BS, 1 Coríntios 3.3.

igrejas se dividem ou se separam em virtude desses conflitos” hierárquicos, “porque alguém que está lá no poder sustenta e não deixa Deus falar”¹⁴⁹.

Clóvis acrescentou que é em função dessas circunstâncias facciosas, mormente geradas entre os homens, que as fiéis recuam ainda mais em seus posicionamentos no espaço eclesiástico:

Quanto aos homens existe disputa. A gente imagina que entre um povo cristão, numa comunidade cristã a gente vai se deparar com pessoas que tenham palavras polidas, com pessoas que tenham uma visão mais ética e pacífica. Mas, infelizmente, existe politicagem, não há política, é de fato politicagem mesmo, diria até vergonhosa. Há manobras, um jogo de interesse, eu diria até absurdo [...] existe uma tensão. Eu acho que as mulheres sabem tanto disso que em alguns momentos elas se impõem menos porque já percebem que há um clima muito carregado entre os homens (Clóvis, 35 anos, casado, graduado em marketing, 19 anos na ICBE e presbítero).

Finalmente, meus interlocutores ainda admitem outra interpretação a respeito do porquê das questões conflituosas, isto é, se a “carne é fraca” e os homens da religião lutam entre si – porém contra a própria vontade – restaria que situações indesejáveis têm origem na ação de seres espirituais malignos, contra os quais realmente devem combater e superar através da armadura ou virtudes cristãs, que, entre outras coisas, inclui a justiça, a fé e a obediência ao evangelho de Jesus¹⁵⁰. Sendo assim, em parte, as pessoas seriam eximidas de suas responsabilidades e a dividiriam com o diabo e seus agentes demoníacos; logo, ao exercerem qualquer ofício sagrado, os vocacionados necessariamente lutam contra essas forças sobrenaturais antagônicas.

Não deve haver concorrência, mas a gente sabe que há investidas do adversário (diabo), por trás, para querer intimidar a gente que está à frente do trabalho, mas isso aí são coisas que se levantam sempre. Então, não vejo isso bem como uma concorrência, eu vejo como uma consequência daquilo que você está fazendo em prol do reino de Deus (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do círculo de oração).

¹⁴⁹ Cassandra, 38 anos, viúva, 3º. grau completo, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica.

¹⁵⁰ Um texto bíblico muito usual na ICBE e Sara é o de Efésios 6.11, 12ss, que diz: “Revesti-vos de toda armadura de Deus, para que possais estar firmes contra as astutas ciladas do diabo. Pois não temos que lutar contra a carne e o sangue (ou contra os humanos), e, sim, contra os poderes deste mundo tenebroso (que dominam a humanidade e o mundo), contra as forças espirituais da maldade [...]”.

Indagando ainda no modo como Cristina entendia ocorrer essa investida maligna, ela arrematou afirmando que certos fiéis tidos por não vocacionados terminam por exercer funções de liderança na instituição e, insistindo neste inadequado deslocamento, são mais responsabilizados por certos litígios e atraem a ação diabólica sobre suas vidas.

As investidas malignas acontecem com pessoas que até desejam e insistem em estar naquela posição, mas não têm chamado. Eu tenho experiência de gente que quer estar liderando, se posicionar e de imediato retirar-se porque não é a sua chamada. Fazer alguma coisa dentro da igreja exercendo uma função é uma coisa, ter chamada é outra coisa. E quando se tem chamada vem deserto, vendaval, tentação do maligno e você fica firme na mesma posição, porque Deus é conosco (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do círculo de oração).

A Sara tem argumentos muito claros acerca do assunto em pauta, pois no módulo 2 do Manual de Líderes, ela ensina sobre a “guerra espiritual”. A igreja declara que há “dois reinos ou mundos, o material ou visível” e o “espiritual” ou invisível, “onde se trava toda a guerra”, e continua: “Fomos criados para exercer domínio, implantar o reino de Deus e desfazer o império das trevas (do diabo)” (Escola de Vencedores, v.2, p.81).

O mesmo manual insiste que cada cristão, especialmente o líder, deve ter conhecimento de sua posição em Cristo, que (conforme o texto bíblico de Efésios 2.5, 6) assevera que todos os crentes foram “vivificados com Cristo [...] e assentados [com ele] nas regiões celestes (ou reino espiritual)”; por isso, a igreja acrescenta que “todo principado e potestade ou outro qualquer espírito [está] debaixo” dos pés da igreja como símbolo da derrota do mal¹⁵¹ (Escola de Vencedores, v.2, p.81).

Contudo, a Sara advoga que ainda que a vitória já esteja decretada pelo próprio Deus, através de Jesus, é necessário que os crentes resistam ininterruptamente às “ciladas do diabo”. E as táticas de guerra ensinadas aos seus crentes são idênticas às da ICBE: eles devem usar “a armadura de Deus”, ou seja, devem se apropriar da fé, do contrário serão “derrotados pelas ciladas do diabo”; da justiça, porque aquele que “entra em conflito com autoridade cai”; e ainda, não

¹⁵¹ A Sara entende que os principados e potestades são todas as forças sobrenaturais contrárias ou encarnadas em seus agentes humanos.

“permitir brechas em qualquer área da vida”, para não se tornarem “vulneráveis às ciladas do diabo”. A Sara prega que Satanás pode oprimir espiritualmente, caso o líder ou liderado não utilize as estratégias acima citadas. Segundo a igreja, o que são essas opressões? São “pressões vindas de fora para dentro da pessoa [ou] dardos inflamados do Maligno”; esses dardos “são pequenas flechas que atingem a mente, as emoções e o corpo”, inclusive, colocando “dúvidas sobre a honestidade” dos líderes eclesiais (Escola de Vencedores, v.2, p.81, 82).

Embora sua análise sobre a “guerra espiritual” esteja centrada primordialmente na cosmologia da IURD, Mafra (2002) observa que o pentecostalismo entende que as lutas são processos que também podem desenvolver espiritualmente o fiel. Agora, segundo a autora, o paradoxo reside na anunciação da vitória definitiva de Deus, por meio do sacrifício de Cristo na cruz, no entanto não isentando o fiel de batalhar com o maligno no presente – o demônio é uma entidade que “atazana” constantemente a vida das pessoas, porque é da sua natureza usar da força, do engano e da ilusão para tirar-lhes a paz. Para o pentecostalismo, esta situação tem então um caráter pedagógico, pois procura despertar o crente para a urgência da realidade espiritual à sua volta e para a necessidade da sua efetiva participação terrena nos negócios do pai celestial.

Na abordagem do conceito de mal em Paul Ricoeur, um dos traços caracterizadores deste mal é sua exterioridade, isto é, que ele vem ao ser humano de fora. Logo, em “qualquer hipótese, a humanidade do homem é o espaço em que se manifesta o mal” (RICOEUR, 1982, p.18). Para este autor, é da natureza humana ser essencialmente frágil e falível (sujeito a cair) – significa que o conceito de falibilidade é a possibilidade do mal ou a “capacidade” para o mal.

Ricoeur ainda assevera que são os mitos do mal que procuram explicar, de maneira simbólica, as experiências humanas de dor, sofrimento e morte. Dentre os mitos, o da queda expressa o homem que foi criado essencialmente bom, mas que se deixou seduzir pelo mal. A imagem do paraíso ainda que retrate Adão e Eva criados bons, expõe que o homem cedeu aos apelos da mulher que, por seu turno, havia sido tentada pela serpente. Percebe-se então que este mito não concentra a origem do mal numa única pessoa, pois aparecem a mulher e a serpente como novos personagens neste cenário. Sendo este último travestido posteriormente na figura do diabo, que permanece seu intento de frustrar os planos divinos atacando

os seres humanos¹⁵². A “serpente significa que o homem não começa o mal, ele encontra-o. Para ele, começar, é continuar. Assim, para além da nossa própria cobiça, a serpente figura a tradição de um mal mais antigo que ele próprio. A serpente é o *Outro* do mal humano” (RICOEUR, 1988, p.290). Agora, o autor defende que a invocação desse mito tanto destaca o carácter desafiador da tentação do maligno quanto a liberdade do ser humano de poder escolher entre o bem e o mal.

¹⁵² Um texto bíblico clássico que ambas as igrejas apresentam para retratar a luta contra os seres espirituais da maldade é o de Efésios 6.10-17.

3 Feminino e masculino: entre a vida privada e a religião

Neste último capítulo, investigo como os dogmas (normas de moralidade) e a conversão/adesão da mulher e do homem ao pentecostalismo se refletem nas redefinições de gênero e sua relação entre o espaço público eclesiástico e o privado ou domiciliar. Ao longo das seções, portanto, tenciono refletir acerca destas e outras indagações: Que noção de pessoa cristã é idealizada pelos religiosos? Como as categorias “masculino” e “feminino” são representadas pelas(os) fiéis e suas respectivas instituições eclesiásticas? Havendo filiação religiosa de ambos os cônjuges, ocorre alguma mudança significativa na conduta intrafamiliar e/ou eclesiástica? Segundo meus interlocutores, o que muda com a conversão/adesão da mulher? A partir da religião, como as (os) fiéis explicam seus infortúnios? Que fatores possivelmente estimulam a mulher a buscar a religião? Como se explica o silenciamento ou docilização da fiel frente às situações constrangedoras ou violentas, muitas vezes, promovidas pelo próprio cônjuge? A igreja e seus valores são concebidos como extensões do domicílio ou o contrário? O pentecostalismo proporciona em algum nível autonomização das mulheres na religião ou o que existe é a feminização de certos espaços?

3.1 Qualidades “essencialistas” do feminino e masculino

As categorias do masculino e do feminino têm uma grande capacidade de ideologização e simbolização. Os gêneros masculino e feminino são um importante fator de classificação dos modos de ser na vida humana, na realidade não-humana e até no universo religioso.

Marciano Vidal.

São duas as concepções fornecidas por meus interlocutores que dão a tônica da análise que segue na atual seção: primeiro, à proporção que relatavam suas representações acerca das “identidades” feminina e masculina, mais as vinculavam à relação entre espaços domiciliar e eclesiástico; ademais, qualidades “essencialistas” ora habilitam ora não a ambos os gêneros assumirem certos papéis intrafamiliares e/ou religiosos. Não obstante, o que não consta na lista das virtudes “intrínsecas” deve ser buscado pelos fiéis por meio de renúncias diárias e exercícios espirituais, tais como oração, jejum e leituras bíblicas – delineando, assim, a noção de pessoa cristã aspirada pelo pentecostalismo em pauta.

Conquanto a discussão e o sentido preciso referentes à “noção de pessoa” sejam bastante diversos de autor para autor, sem dúvida, esta é uma categoria das mais recorrentes no corpo conceitual da antropologia social e cultural¹⁵³. Radcliffe-Brown, por exemplo, expondo sua concepção acerca de “pessoa” e “indivíduo”, assevera:

Todo ser humano vivendo em sociedade tem dois aspectos: ele é indivíduo, mas também pessoa. Como indivíduo, ele é um organismo biológico, um conjunto muito vasto de moléculas organizadas em uma estrutura complexa em que se manifestam, enquanto ele persiste, ações e reações fisiológicas e psicológicas, processos e mudanças. [...] O ser humano como pessoa é um complexo de relações sociais (RADCLIFFE-BROWN, 1973).

Ao ratificar esta assertiva, Duarte (2003) declara que a categoria “indivíduo” se apresenta em sua condição “infra-social”, isto é, como simples substrato concreto para a injunção do estatuto social. Ademais, alinhado ao

¹⁵³ Por exemplo, ver mapeamento do campo que cobre o debate da “noção de pessoa”, realizado por Goldman (1996).

pensamento de Marcel Mauss¹⁵⁴, Duarte conclui que a noção de pessoa designa uma unidade socialmente impregnada de significação.

Portanto, ao operar com a referida noção, investigo tanto o modo pelo qual os grupos pentecostais pensam ou representam a si mesmos, como a repercussão desta realidade nos papéis intrafamiliares e religiosos. A análise transcorre basicamente em torno da seguinte questão: O que significa ser homem e mulher cristãos e quais atributos que se instalam nesta condição? A importância desta indagação se justifica a partir da advertência de Goldman (1996) de que, sem atentar para este pormenor, incorre-se no risco de projetar a própria noção de pessoa sobre outros grupos, o que levaria a resultados meramente etnocêntricos.

Salem (1997) ainda argumenta que o debate acerca da noção de pessoa pode ser focalizado analiticamente como “texto cultural” ou “supostos culturais compartilhados”, ou seja, como expressão das representações sociais sobre o próprio tema. Então, com base na avaliação dos supostos culturais do *ethos* religioso, circunscrito a essa pesquisa, penso que seja possível avançar na compreensão do que venha significar ser homem e mulher cristãos pentecostais.

O inventário de atributos “inerentes” aos sexos apresentado pela ICBE e a Sara é bastante considerável; porém, antes de apresentá-lo, é ainda pertinente a afirmativa de Scott (1990, p.7,8) de que gênero é em vários sentidos

uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [Gênero] não se refere nada mais do que aos domínios – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam as relações entre os sexos.

Avisado de que esta proposição concebe que a sistematização de códigos sociais norteadores do *ethos* religioso tem sido elaborada historicamente, e amparado nos depoimentos dos grupos supracitados, passo a expor as representações destes no tocante a “identidade” feminina e masculina.

Por mais que defenda que homens e mulheres devem ter direitos iguais, ao colocar que as aptidões são naturalmente distintas entre os sexos, Crisântemo

¹⁵⁴ MAUSS, Marcel. *Une catégorie de l'esprit humain: la notion de personne; celle de 'moi'*. In: *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1973.

põe-se diante de um problema recorrente na totalidade dos depoimentos que obtive. Isto é, como nivelar prerrogativas se ambas as instituições advogam que os gêneros são essencialmente dessemelhantes? Assim, no intuito de descontinuar tal polêmica, meu interlocutor simplifica sua conclusão ao procurar amparo nas sagradas escrituras. Ao invés de críticas ou discrepâncias, diante do texto bíblico só há espaço para o “amém” (o assim seja).

Ter os mesmos direitos é uma coisa, mas tornar a **mulher igual ao homem é uma coisa negativa**. Por quê? Porque nós sabemos que as **mulheres têm as suas aptidões**, tem as suas **habilidades naturais e o homem as suas**. Então, quando você briga e tenta tornar a mulher igual ao homem, aí você começa a ter uma **série de distorções**. Muitas vezes, a sociedade pode ver o trabalho social e auxiliar feminino cristão como uma coisa negativa, como uma ação de segundo plano e não é. Do ponto de vista bíblico, não é uma atividade de segundo plano, é uma atividade essencial e Jesus reconheceu muitas vezes isso (Crisântemo, 34 anos, casado, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero – grifo meu).

Posto que assegure protestar a favor da igualdade, ao valer-se do texto sagrado, o mesmo líder termina hierarquizando os papéis de gênero; disto resulta que o homem é posto num plano superior ou privilegiado que a mulher – seja no contexto religioso ou domiciliar.

A mulher deve reconhecer de que há algumas habilidades naturais masculinas que precisam ser colocadas em primeiro plano, porque são necessárias e mais eficazes. O homem é a cabeça da mulher. Deus o conferiu habilidades de liderança que são necessárias na igreja e na construção lar (Crisântemo, 34 anos, casado, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero).

No que respeita a ininterrupção dessa assimetria, Molina (apud VIDAL, 2005, p.18) explica que o feminino foi e tem sido “produto de uma construção a partir do gênero”, que relega “a uma classe inferior, à categoria de ‘o outro’ no estabelecimento da diferença”. Isto é evidente noutras interlocuções subsequentes, que alegam que a mulher foi divinamente predestinada para auxiliar a cabeça (o homem), da qual partem todas as diretrizes para o bom funcionamento de ambas as partes.

Eu creio que Deus levantou o homem como cabeça, não só da sua casa, mas também quando Deus determina que seja levantado um trabalho (uma igreja). Deus colocou a mulher como uma auxiliadora do homem, que está sempre ao lado para ajudar e somar (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do círculo de oração).

Observo também que em momento algum os demais adjetivos atribuídos à mulher são assentados de maneira a depreciá-la, todavia insistem em não conferir plena paridade frente ao homem; de sorte que “vantagens” a ela facultados apenas parecem colocá-la em destaque quando se acentua sua competência e permanência em funções suplementares, como meros apêndices a serviço do homem, “a cabeça da mulher”. Os próximos exemplos tanto elucidam esta questão como também demonstram relação recíproca entre os espaços público e privado (instituição eclesiástica/domicílio): “Eu atribuo o destaque da mulher no cuidado das crianças, seja em casa ou na igreja, à natureza mesmo. Ela tem muito mais jeito, e volto àquela história da sensibilidade de tratar com criança, mais do que os homens”¹⁵⁵.

A mulher **já tem aquele lado** de lidar com filhos, de estar sempre por perto, de saber como é o comportamento deles; já o homem não tem aquela aproximação do dia-a-dia, por isso **fica mais fácil** a mulher lidar com crianças na igreja (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do círculo de oração – grifo meu).

Por outro lado, ao indagar meus interlocutores quanto à possibilidade da inversão dos papéis entre os gêneros, escutei respostas impregnadas de reprovação. A declaração de Sílvia representa bem o pensamento coletivo:

Eu não imagino esta situação, mas eu acho que seria conflitante porque o homem por si só já nasceu para ser a cabeça. A mulher liderando o homem seria um problema. Teve uma situação dessas aqui na igreja, a mulher era líder de um jovem e eles começaram a namorar, então ele a influenciou e ela acabou descendo (saindo da função), ficando igual a ele (Sílvia, 20 anos, casada, 2º. grau incompleto, 2 anos na Sara, líder de equipe e diaconisa).

Seguindo a afirmativa proposta por Jardim (1995, p.193), que enfatiza que o “corpo, enquanto *suporte de significados*, possibilita uma leitura de como um grupo social expressa um esquadrinhamento, como este deve ser apresentado, qual sua

¹⁵⁵ Cleiton, 29 anos, casado, 2º. grau completo, 11 anos na ICBE e presbítero.

topografia e funcionamento orgânico”, utilizei o conjunto de depoimentos de ambas as instituições, procurando sintetizar (no quadro 5) as principais qualidades essencialistas (físicas, psicológicas, morais e religiosas) conferidas aos gêneros, ressaltando, portanto, suas diferenciações:

| SER HOMEM | SER MULHER |
|---|---|
| Mais racional | Mais sábia |
| Mais forte | Mais frágil |
| Durão | Sensível |
| Frio | Emotiva |
| Nasceu para ser chefe, líder | Nasceu para ser serva |
| Comanda tudo, direciona | Segue a instrução |
| Tem autoridade | É submissa |
| Condutor | Auxiliadora |
| Provedor | Dona-de-casa |
| Nasceu para ser a cabeça | Nasceu para ser mãe |
| Protetor | Requer proteção |
| Busca respeito | Busca amor |
| Mais fechado | Necessidade de falar, extrovertida |
| Esconde as coisas | Abre mais |
| Perdoa menos | Perdoa mais |
| Mais autonomia | Mais dependência |
| Vê menos | Vê mais |
| Mais infiel – tendência à poligamia | Mais fiel – tendência à monogamia |
| Dado aos prazeres da carne | Resguarda-se mais |
| Propenso ao erro | Dada ao exemplo |
| Menos dedicado à religião | Mais dedicada à religião |
| Mais preguiçoso em buscar a Deus | Já tem o temor de Deus |
| Bom em essência, porém vulnerável às forças sobrenaturais do mal (demônios) | Mais religiosa e protege o marido de ataques malignos |
| Menos organizado | Mais organizada |
| Raciocínio objetivo | Raciocínio subjetivo |
| Prático | Detalhista |
| Decide rápido | Demora a decidir |
| Mais natural | Mais espiritual |
| Mais cético | Apta para ouvir e crer |
| Pondera mais | Absorve rápido o novo |
| Inquieto | Quebrantada |
| Concentra-se num papel | É polivalente |

Quadro 5 – Comparativo entre as diferenças de gênero.

Conforme havia anunciado na entrada desta seção, os discursos oficiais da ICBE e da Sara propõem aos fiéis de ambos os gêneros uma noção idealizada de pessoa cristã a partir do padrão estabelecido na bíblia sagrada, que os orienta

sobre deveres a ser incorporados em favor da santificação cotidiana e do crescimento da fé.

Há dois termos bíblicos que designam um sentido apropriado ao que as duas igrejas ensinam como vida santificada. A palavra mais importante do Antigo Testamento para santificação é *qodesh*, vocábulo que transmite a ideia de nova posição ou relação entre Deus e uma pessoa ou coisa a ele consagrada. No Novo Testamento o termo mais usual é o adjetivo *rágios* que, entre outros significados, denota a separação de algo ou alguém do uso profano para exclusiva dedicação ao serviço divino. Portanto, a santificação é compreendida por ambas as instituições como ação divina em favor da libertação de mulheres e homens da corrupção dos pecados mundanos, a fim de que passem a devotar suas vidas às obras do evangelho.

Conforme elucidei, tanto a ICBE quanto a Sara se apropriam de determinadas passagens bíblicas, objetivando incutir em sua clientela o estímulo à busca da santificação proposta. Apresento dois textos dentre os mais apregoados: “[...] como é santo aquele que vos chamou, sede vós também santos em todo o vosso procedimento, pois está escrito: Sede santos, porque eu (o divino) sou santo” (BS, 1Pedro 1.15,16); e o texto clássico que ordena a clara participação do fiel neste processo – “Efetuai a vossa santificação com temor e tremor; porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade” (BS, Filipenses 2.12,13). Logo, ao modelo de mulher e homem cristãos verifica-se que a acepção do termo já agrega em si a ideia de pessoas que repudiaram antigas práticas antagônicas aos evangelhos.

No Antigo Testamento o papel da mulher na sociedade sempre esteve focado dentro das relações domésticas. E é provável que o papel mais importante da mulher na bíblia seja o de mãe. Esse papel “era tão importante nos tempos bíblicos que a esterilidade feminina chegava a ser considerada uma maldição divina [...]”¹⁵⁶ (CHAMPLIN; BENTES, 1991, 397). De fato, a mulher no judaísmo ocupava uma posição inferior à do homem; entretanto, no cristianismo há uma melhora em sua condição social. Por exemplo, é o apóstolo Paulo que ensina que em Jesus todos são igualados; desta “forma [...] não há escravo ou livre, não há homem nem mulher, pois todos são um em Cristo Jesus” (BS, Gálatas 3.28). As igrejas ocidentais

¹⁵⁶ Ver estas referências: BS, Gêneses 30.1-2; 1 Samuel 1:1-11.

herdaram e perpetuaram muito da cultura judaico-cristã, por conseguinte as similitudes no *ethos* pentecostal são fartas. Tanto é que, por mais que indagasse as fiéis no que se refere ao ideal de mulher cristã, raramente suas afirmativas se distanciavam daquelas dos homens e vice-versa.

Ao abdicar de seus antigos hábitos mundanos, a fiel recém convertida/filiada é disciplinada pela igreja a perseguir o padrão de mulher cristã santa e exemplar – noção de pessoa que não somente incorpora novas práticas, como termina por potencializar outras que de certo modo já possuíam relação com um modelo assimétrico entre gêneros.

Segundo Machado (1996, p.89) – como o tipo ideal da nossa sociedade espera que o comportamento das mulheres esteja mais próximo dos padrões da moralidade cristã – os papéis de gênero sugerem que o envolvimento com o pentecostalismo opera resultados diversos nas relações familiares, conforme o “sujeito” da conversão e do tipo de adesão, se “solitária ou conjunta”; de sorte que é provável a filiação do homem à comunidade implique uma ruptura mais acentuada com o estilo de vida precedente e redunde na “maior paridade entre os cônjuges”; porém, quando somente a mulher se filia ratificam-se as tradicionais posturas de “abnegação e sacrifício”, distintivas do modelo patriarcal de relacionamento familiar.

Situações desta natureza foram abundantemente externadas nas falas dos meus interlocutores. Por exemplo, se a fiel já primava ou possuía o dever de executar tarefas ligadas ao ambiente domiciliar (cuidado com a prole, preparo das refeições diárias, organização e limpeza da casa, a atenção ao cônjuge, entre outras), será elogiada e estimulada a considerar o que realiza como se o fizesse ao próprio Deus; inclusive, é reciprocamente louvável a “mulher de Deus” arrumar a casa e prestar serviços semelhantes no espaço eclesiástico, conforme se observa na fala de Cristina:

Eu creio que a **mulher de Deus** tem de ser muito sábia; tem que depender da direção dele para fazer tudo, como mulher de Deus. Eu estou levando esta lei do pensamento assim, porque eu vejo que se ela tem essa **linha de pensamento** e é **obediente** a palavra de Deus, com certeza, ela vai ser **boa esposa e boa mãe**. Vai ser **dedicada** porque **não vejo uma mulher de Deus com seu lar desarrumado, na igreja de uma maneira e na casa de Deus de outra**. Nossa vida tem de estar arrumada, tanto na nossa casa quanto na casa do senhor (igreja). (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do círculo de oração – grifo meu).

Na terceira seção deste capítulo, penso em igreja e domicílio como extensões confluentes que se confundem cotidianamente como familiar ou doméstica, pois os códigos de moralidade religiosos permeiam e regem ambos os espaços, costurando-os historicamente em diversos níveis e/ou sentidos como um único e complexo tecido sócio-religioso. A título de elucidação, o próximo depoimento defere esta perspectiva ao imprimir elementos relativos à noção de mulher cristã:

A mulher cristã é um tesouro porque ela necessita saber administrar todos os aspectos da sua vida, seja no lar, trabalho ou igreja, sempre sabendo colocar os princípios cristãos nas tomadas de decisões, ou seja, tendo como norte para sua postura os valores bíblicos (Cassandra, 38 anos, viúva, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica).

Ademais, a mulher de Deus deverá, sobretudo, rever sua postura conjugal, adotando ou aprimorando aquela que mais se aproxime de certas características – como docilidade, companheirismo, intercessão, submissão e fidelidade¹⁵⁷; do contrário, será vista com desconfiança pela própria família e instituição religiosa, além de ter sua conversão/adesão questionada.

Apesar de todo avanço e do lugar que ela tem conquistado, ela **nunca** pode esquecer a questão da submissão. Porque a gente tem de seguir a bíblia, **não por machismo**, mas porque **é palavra de Deus cumprir a submissão**. Mas que elas continuem sendo as mulheres que estão participando e opinando. A mulher cristã tem de ser sensível mesmo. A **mulher está mais aberta a buscar a salvação** da família, a libertação do marido do vício ou da prostituição do filho; ela é mais quebrantada nesse ponto. O perfil é exatamente esse, manter o padrão de sensibilidade (Sidnei, 43 anos, casado, 2º. grau completo, 5 anos na Sara, diácono e líder de célula estratégica – grifo meu).

Conforme esclareci, as seções posteriores complementarão a análise do pensamento que ora exponho; não obstante, acrescento ainda uma breve síntese da idealização da fiel no contexto intrafamiliar/eclesiástico. Segundo meus interlocutores, após sua conversão/filiação a mulher cristã passa a ser:

¹⁵⁷ Na próxima seção analiso a “docilização feminina”, aspecto potencializado na conversão/adesão ao pentecostalismo.

- a) mais comprometida com a família, como a responsabilidade nos afazeres domésticos e a educação dos filhos;
- b) paciente, sincera e fiel companheira do cônjuge;
- c) discreta, recatada e aplicada no crescimento da sabedoria;
- d) conselheira, no entanto não decidindo no lugar de cônjuge ou pastor(a);
- e) submissa a Deus (através da busca pela vida santificada) e ao cônjuge;
- f) dedicada à oração;
- g) orientada pelas regras de moralidade e liderança eclesiais;
- h) aplicada aos serviços religiosos.

3.2 Conversão/filiação e docilização feminina

Essa expressão de dona do lar ou rainha do lar é questionável em nossa sociedade. É questionável por quê? Rainha do lar quando? Em que sentido? Quando fez um bom almoço? Quando os meninos estão todos limpinhos e vestidinhos? Quando? Mas na hora, por exemplo, de decidir no que seria melhor ou aplicar aquele dinheirinho suado que foi conseguido? Aí já não é mais a rainha do lar, já não é mais a patroa, agora quem decide é o patrão.

Crisântemo é presbítero na ICBE.

Segundo a ICBE e a Sara, é através da mediação conversão/filiação que qualidades advogadas como intrínsecas e que o ideal de mulher cristã são potencializados – realçando sobretudo a docilização feminina – posto que enfrente adversidades ou experimente situações de extrema calma. Agora, antes de se considerar o quesito “docilização”, é importante analisar as implicações gerais dessa conversão/filiação na vida dos fiéis, especialmente, das mulheres.

Ambas as igrejas não descartam que infortúnios de toda ordem geralmente são atribuídos ao diabo (ente sobrenatural do mal); porém, uma questão que parece ficar evidente é de que a conversão e o processamento das mudanças na vida do fiel ocorrem cotidianamente no nível da ética e da observância a certas regras de moralidade. Dito de outra forma, a pessoa permanece a mesma, não obstante sua postura, valores e a maneira de apreender o mundo são nalguma medida alterados. Portanto, o convertido praticamente permanece em seu contexto social original, exercendo seus papéis e atributos anteriores – ressaltando evidentemente sua atual condição de cristão protestante, que tem o dever de corresponder à palavra de Deus e aos ditames da liderança de sua respectiva instituição eclesiástica. E há não poucos indícios, entre meus interlocutores, que apontam na direção que aqui tenho sinalizado. Crisântemo, que atenciosamente forneceu-me uma das mais extensas e profícuas entrevistas, expõe uma visão mais realista e menos romântica no tocante à filiação religiosa:

Quando a pessoa entra nesse “novo mundo”, o cristianismo, ocorre o seguinte: ela adquire novos valores, agora em essência ainda é a mesma pessoa. Eu acho que aí é que está o grande ponto, essa é a grande dificuldade ou confusão que se faz. Você é transformada em outra pessoa em relação aos seus valores, mas continua tendo a mesma personalidade. Entrei na igreja hoje e pronto, já mudei totalmente as minhas amizades e descartei várias - isso aí dá uma estranheza muito grande no meio social; parece que foi retirado do mundo e vive em outra realidade. Suas atitudes mudam, mas você não perde sua identidade (Crisântemo, 34 anos, casado, secretário executivo, 18 anos na ICBE e presbítero).

Cristina acrescenta a noção “sair do mundo”, que é senão o repudiar a todo e qualquer estilo de vida duvidoso ou atitude avessa à fé cristã, e não um deslocamento geográfico, muito menos um isolamento social; se assim o fosse muitos fiéis deixariam suas atividades seculares, o que não tem ocorrido, salvo se tais condutas os desabonem ética e moralmente. “Você saiu do mundo e veio para a casa do senhor (instituição religiosa), mas aqui vai ter de passar por uma transformação e mudar o comportamento, as atitudes e o caráter¹⁵⁸.”

A conversão/filiação tem objetivamente adicionado certas melhorias à comunidade religiosa, por conseguinte a algumas extensões sociais e intrafamiliares, entre outros aspectos:

- a) Aumento da auto-estima e do nível de relacionamento amistoso entre fiéis e familiares, em decorrência do discurso da vida vitoriosa e fraterna¹⁵⁹;
- b) estímulo à participação em ações solidárias, que desembocam no hábito de práticas coletivas ou comunitárias – elemento muito valorizado no mercado de trabalho como diferencial para recrutamento de pessoal;
- c) reaplicação dos recursos financeiros dos fiéis em suas necessidades domiciliares, como resultado da recusa às orgias e ao alcoolismo¹⁶⁰;
- d) e senso de pertencimento e identidade – oposto à perda de referências da modernidade.

¹⁵⁸ Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do círculo de oração.

¹⁵⁹ “Quando eu conheci Jesus, minha vida mudou completamente. Eu era uma pessoa muito presa, sem vida e tinha síndrome do pânico. A primeira coisa que mudou foi que eu passei a ter paz interior, graças à palavra de Deus” (Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos na Sara, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos”).

¹⁶⁰ Sueli, por exemplo, relata que “bebia muito todos os dias, desde os doze anos de idade. Quando tinha sede não pensava em água, mas ia encher a cara com cerveja. E usei drogas e passei por muita coisa terrível, mas hoje sou realmente uma nova criatura porque Deus me libertou” (Sueli, 34 anos, solteira, 2º. grau completo, 8 anos na Sara e diaconisa).

Por mais que a conversão/filiação também seja colocada pelos fiéis como transformação espiritual que os religa ao transcendente, cotidianamente a exteriorizam nas dimensões ético-morais. Por exemplo, Cássia declara que no “sentido espiritual muda total. Há uma regeneração, uma transformação muito grande no sentido de ver o mundo e adorar a Deus, que se reflete no modo de servir as pessoas, na maneira proceder, perdoar e amar”¹⁶¹. O depoimento subsequente reitera a mesma noção ao falar da alteração de certos comportamentos, a partir da dependência e observância aos preceitos religiosos:

A minha vida como convertida mudou radicalmente. Meu comportamento e meus pensamentos eram outros, mas, a partir do momento que aceitei a Jesus, eles passaram a ser espirituais, dentro da maneira do pensar de Deus. Eu penso assim: “Deus, o que é que tu desejas que eu seja?” Antes eu dizia: “Eu quero ser, eu posso, eu sou dona da minha vontade, dona do meu nariz e faço o que eu quero”. Mas, a partir da minha conversão, ficou diferente porque agora Deus é o meu dono, resolve por mim e manda em mim (Cássia, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 12 anos na ICB, Presidente da União Regional de Mulheres da Igreja de Cristo e do Departamento de Mulheres da ICBE).

Quanto ao doutrinação das instituições em apreço, o que desde os capítulos anteriores tenho referido é de que há a sustentação da assimetria da mulher frente aos homens – o que denomino de docilização do gênero feminino – de modo que a mulher é concebida como alguém que além de buscar os quesitos já expostos na seção precedente (que tratam da idealização da fiel) deve adotar ainda a seguinte postura:

- a) Bom comportamento ou irrestrita submissão ao esposo (cabeça);
- b) optar frequentemente pelo silenciamento ante a maioria das tensões que envolvam o cônjuge, pois é ensinada a não contrariá-lo nem questionar sua autoridade;
- c) naturalizar como sua a obrigatoriedade dos serviços domésticos; por isso, sair para trabalhos externos é apenas uma circunstância de ordem econômica que não corresponde ao ideal das igrejas supracitadas;

¹⁶¹ Cássia, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 12 anos na ICB, Presidente da União Regional de Mulheres da Igreja de Cristo e do Departamento de Mulheres da ICBE.

d) e, geralmente, conformar-se ao preenchimento de funções religiosas auxiliares ou secundárias (principalmente na ICBE).

Dentre os vários depoimentos, dois deles resumem o tópico “docilização feminina”:

Antes de tudo, a mulher cristã deve se **submeter ao marido e à palavra de Deus**, claro que isso é o básico. E ter o caráter tratado, por exemplo, dar bom testemunho como mãe e dona-de-casa e ser uma **líder subordinada ao homem** (Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos na Sara, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos” – grifo meu).

O meu marido já tinha certa autoridade sobre mim, porque **quando falava eu me calava** [...] Deus começou a usar ele mesmo quando me casei. Eu não era nem convertida, mas depois da minha conversão foi que Deus trabalhou mais forte ainda. Quando eu casei, eu vi que meu mundo não era aquele que eu pensava, meu mundo era outro. E quando aceitei a Jesus, quando casei com Jesus, aí foi que o negócio ficou sério (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do círculo de oração – grifo meu).

Outro complexo fator que me propus a investigar foi o porquê do expressivo número e da assiduidade das fiéis na ICBE e na Sara, queria entender se esta realidade tinha relação primeira com temeridades sofridas no domicílio ou se a atribuíam a outras causas. As principais razões apontadas foram:

- a) A busca pela superação dos desajustes familiares, tais como crises no casamento, envolvimento com drogas e violência doméstica¹⁶²;
- b) aspirações pela cura de patologias físicas e psicológicas;
- c) necessidade de aceitação, reconhecimento e afetividade, para superar humilhações ou frustrações advindas do labor cotidiano;
- d) a criação de canais permanentes de diálogo e solidariedade entre as que vivenciam situações semelhantes; pois, unidas, pagam o preço da dedicação de suas vidas a Deus, na expectativa de que espiritualmente triunfem sobre os males do aqui e agora;
- e) o anseio pela conversão/filiação do cônjuge e do(s) filho(s);

¹⁶² Como há elevado percentual de mulheres entre os convertidos/filiados, especialmente na ICBE, constatei que isto se reflete numa maior distinção entre a opção religiosa dos cônjuges, o que se coloca como fator gerador de novas tensões intrafamiliares.

f) maior sensibilidade na relação com o divino, que possui o poder de realizar os desejos da clientela da fé;

g) a incorporação do discurso da vida triunfante, que promete que mediada pela fé que determina é possível superar todos os conflitos – incluído os de ordem familiar;

h) a procura pelo trabalho (secular) dos sonhos;

i) e a feminização de determinados espaços para ações cúlticas e de entretenimento (conforme demonstrarei na seção 3.4).

Já que meus interlocutores disseram que toda sorte de crises ou infortúnios deve ser vencida através de exercícios espirituais, como oração, jejum e obediência às escrituras sagradas, penso que tal postura tem levado as fiéis a denunciarem menos certas situações de violência intrafamiliar aos órgãos de defesa. A propósito, há a apenas três anos, quando pesquisava acerca da violência doméstica contra mulheres pentecostais em Parnamirim, pude constatar que nenhuma vítima entrevistada havia procurado a delegacia especializada; quando muito, o problema fora relatado ao pastor ou a outro líder religioso de sua respectiva denominação (FONSECA, 2006). No mesmo período, a Dra Rossana – então delegada da polícia civil e coordenadora do CODIMM – ratificou que as pentecostais “buscam menos a ajuda da delegacia”. Porém, apesar de terem denunciado menos, não significa que o número de agressões entre elas tenha sido menor. A propósito, dentre as várias abordagens feministas na análise do gênero, há uma posição teórica sobre o patriarcado que coloca sua atenção sobre a subordinação das mulheres e encontra a “explicação desta na ‘necessidade’ masculina de dominar as mulheres” (SCOTT, 1990, p.8). Portanto, uma das saídas encontradas pela fiel é o próprio silenciamento ante aquele que se configura como “a cabeça” do lar. E já que a maioria das igrejas (incluindo a ICBE e a Sara) ensina que a mulher cristã tem de suportar calada, esta postura culmina por corroborar com a violência e não o contrário.

Em geral, os depoimentos evidenciam que a participação das mulheres nas igrejas e o seu envolvimento em atividades extradomésticas dificultam o esforço em atenuar o impacto da adesão religiosa, desencadeando uma série de desavenças por parte dos parceiros – sendo isto outro preço a ser pago em nome da

vitória familiar. Por outro lado, é possível que no decorrer do tempo o discurso religioso amenize algumas situações de conflito, porque, ainda que a pregação não ofereça uma alternativa ao sistema hegemônico de gêneros da sociedade brasileira, os maridos não crentes¹⁶³ terminam encarando a adesão religiosa das esposas como benéfica, tendo em vista que tal realidade não ameaça a autoridade masculina. Noutras palavras, a própria liderança eclesiástica incentiva as fiéis a manterem irrestrita submissão aos cônjuges.

Os próximos depoimentos demonstram, respectivamente, a importância atribuída à figura pastoral e ao discurso do silenciamento público das fiéis vítimas de violência: “Eu creio que o pastor é a pessoa ideal para orientar a família na direção a tomar. Como o anjo da igreja, como o escolhido por Deus, está ali para aconselhar a igreja”¹⁶⁴. “Se o marido proíbe a irmã de freqüentar a igreja, ela é orientada a obedecer para ganhar seu cônjuge. Temos ganhado com isso, por isso dizemos: ‘Irmã, ore em casa, se tranque no banheiro e busque a Deus’”¹⁶⁵.

Mais um aspecto a ressaltar é de que a grande maioria dos interlocutores interpreta que desavenças e separações conjugais têm em seu núcleo a intromissão direta de entidades espirituais malignas, que somente são vencidas com jejum, oração e vida com Deus. Machado (1996, p.108, 109), por exemplo, declara que há no pentecostalismo argumento baseado em forças sobrenaturais antagônicas, isto é, entre Deus e o diabo. A mesma autora, também observa que o mesmo segmento religioso apregoa que a “endemonização” ou a “interferência dos espíritos malignos na vida conjugal decorre justamente da falta de oração e comprometimento com Deus”. É significativo observar que já a ICBE e a Sara interpretam que bondade é uma virtude inerente ao homem e que, no entanto, ele é igualmente vulnerável à endemonização, conclui-se que de agressor o homem passa a ser vítima das próprias maldades; noutros termos, comportamentos desviantes (como violência ou traição conjugal) tornam-se sintomas de um conflito espiritual pessoal¹⁶⁶.

São os espíritos malignos ou forças demoníacas que atuam na vida do indivíduo, destruindo-lhe a personalidade. Sem consciência do que lhe

¹⁶³ Que não fizeram a sua conversão/ adesão à religião.

¹⁶⁴ Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do círculo de oração.

¹⁶⁵ Cássia, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 12 anos na ICBE, Presidente da União Regional de Mulheres da ICB e do Departamento de Mulheres da ICBE.

¹⁶⁶ Campos (1996, p.110) também constatou situação semelhante em sua pesquisa de campo, isto é, de que a maioria dos depoimentos apontou o “gênero masculino como o mais suscetível aos ataques das forças ocultas”.

ocorre, este indivíduo age de maneira incontrolável, agredindo sua companheira e destruindo sua família [...] A ênfase no demônio vai permitir então uma reinterpretação das experiências vividas pela mulher no seu dia-a-dia (MACHADO, 1996, p.109-111).

As representações das forças espirituais no pentecostalismo são denominadas por Mariano (1999, p.110) de “mitos, crenças e práticas rituais notavelmente mágicas”. E completa que:

Pastores e fiéis enxergam a ação divina e demoníaca nos acontecimentos mais insignificantes do cotidiano. Para eles, não há acaso. Tudo é prenhe de sentido, e a Bíblia contém todas as respostas de que precisam. Daí a banalização de fenômenos sobrenaturais nas igrejas pentecostais.

É possível que esta representação justifique de igual modo a não denúncia de muitas fiéis que, ao invés procurarem órgãos de defesa, buscam em Deus a solução de seus dramas pessoais e espirituais¹⁶⁷. Neste sentido, mesmo que temporariamente, a mulher passa a ser paradoxalmente a protetora do cônjuge e da prole, pois suplica por meio de suas preces a intervenção divina, o que fortalece o gênero feminino¹⁶⁸. Nestas condições, proibida pelo marido, é plenamente justificável a saída furtiva dela para os círculos de oração, até que aconteça o milagre divino na família, sobretudo, em seu cônjuge. E são as falas dos fiéis que ilustram como a ICBE e Sara essencializam e impõem à mulher cristã o dever de intercessora: Sidnei diz que elas “estão mais aberta [sic] a buscar a salvação da família e a libertação do marido do vício ou da prostituição, então ela é mais quebrantada [sic] nesse ponto”¹⁶⁹. “As mulheres têm de se colocar como intercessoras do marido, porque é delas esse papel”¹⁷⁰.

Eu vejo que as mulheres têm uma sensibilidade maior na oração. Principalmente uma mulher que é mãe e esposa porque, muitas vezes, ela tem mais sensibilidade de orar por todos (Cibele, 22 anos, solteira, estudante de jornalismo, 12 anos na ICBE, presidente do Departamento

¹⁶⁷ Campos (1996, p.110) sugere que já que a maioria dos fiéis atribuem seus infortúnios às forças malignas ou os interpretam como oriundos da esfera espiritual, somente a religião pode ajudar a solucioná-los. E ainda, só o segmento que sugerir “desenvolver o dom da libertação e que puder assim exorcizar essas forças ocultas”.

¹⁶⁸ O que os fiéis denominam de oração de libertação para a expulsão de demônios, Morin (1999, p.199) qualifica de magia, ou seja, “um poder que se exerce segundo práticas rituais próprias e cobre um enorme campo de ação” como a “sujeição dos espíritos”.

¹⁶⁹ Sidnei, 43 anos, casado, 2º. grau completo, 5 anos na Sara, diácono e líder de célula estratégica.

¹⁷⁰ Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos na Sara, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos”

Infantil, secretária e cooperadora da Mesa Diaconal e professora da Escola Bíblica).

Ainda com referência a ínfima denúncia de mulheres evangélicas aos órgãos especializados, ao indagar pastores e fiéis se o que acontece no lar deve ser compartilhado na igreja e fora dela, em uníssono responderam que problemas pessoais devem ser no máximo confidenciados ao pastor ou ao líder eclesiástico por ele designado. Há alguns textos bíblicos nos quais amparam esta postura, por exemplo, em 2 Coríntios 6.3, o apóstolo Paulo se ocupa em orientar a igreja a uma vida exemplar dizendo: “Não damos motivo de escândalo a ninguém, em circunstância alguma, para que o nosso ministério não caia em descrédito”. O mesmo apóstolo ainda declara:

Não devem vocês julgar os que estão dentro [da igreja]? [...] Se algum de vocês tem queixa contra outro irmão, como ousa apresentar a causa para ser julgada pelos ímpios, em vez de levá-la aos santos? [...] Portanto, se vocês têm questões relativas às coisas desta vida, designem para juízes os que são da igreja [...] (BS, 1 Coríntios 5.12; 6.1,4).

Mesmo que o último texto neotestamentário pareça referir-se a vários tipos de causas judiciais em torno de bens materiais, mas não a causas criminais, o princípio é praticamente aplicado aos problemas de toda ordem, especialmente quando se trata de questões familiares. Portanto, como há clara preocupação de se evitar imagens negativas ante a sociedade, as fiéis são estimuladas a tratar seus problemas dentro contexto eclesiástico. Por outro lado, sempre são orientadas a socializar suas vitórias e conquistas como real testemunho das graças advindas dos céus.

3.3 Religião e domicílio: extensões familiares?

Você quer saber se realmente é um cristão? É só ver sua vida diária dentro de casa. A casa é a maior escola do cristão.

Susana é diaconisa na Sara.

É fato que a igreja evangélica contemporânea, em suas muitas segmentações, é herdeira da tradição judaico-cristã. Significa que para se analisar o *ethos* religioso das instituições em pauta é imprescindível a compreensão do seu contexto sócio-histórico mais amplo. Entretanto, dentro dos limites desta pesquisa, teço breves referências ao assunto na esperança de que sejam suficientemente elucidativas.

Durante todo o período bíblico, os papéis dos membros da família permaneceram praticamente os mesmos; além disso, os judeus buscavam ser integralmente regidos pelos valores e preceitos de sua religião, então o estilo de vida, o serviço e a devoção a Deus (Jeová) justificariam o motivo para o qual vieram à existência. Portanto, as leis, os costumes, os hábitos, os princípios morais, entre outros fatores, tudo estava interligado à fé professada pelos israelitas. A propósito do texto veterotestamentário, Moisés, o grande legislador, os teria dito: “és povo santo ao senhor teu Deus: o senhor teu Deus te escolheu (Israel), para que fosses o seu povo próprio, de todos os povos que há sobre a terra” (BS, Deuteronômio 7.6).

No mesmo período, um tipo de local de culto foi estabelecido e denominado de tabernáculo (espécie de tenda). Israel cria que o divino visitava este espaço de adoração e falava ao seu servo Moisés, que, por seu turno, transmitia a mensagem ao povo. Posteriormente, surgiram os sacerdotes, os rituais, os sistemas sacrificiais, as grandes festas anuais (Páscoa, Pentecoste e Tabernáculos) e o templo em Jerusalém (no reinado de Salomão), que foi saqueado e destruído por Nabucodonosor, no ano 586 a.C., porém reconstruído no pós-exílio mediante o decreto de Ciro, rei da Pérsia¹⁷¹. No tempo de Jesus, estava em construção um terceiro templo, concluído somente no ano 64 e alguns meses depois arrasado para sempre (DANIEL-ROPS, 2008).

¹⁷¹ Ver Tenney et al. (1990) e Packer (1991).

Com o advento do Cristianismo, os primeiros seguidores de Jesus (confundidos como uma seita judaica), ainda receberam permissão para frequentarem o último templo de Jerusalém e as sinagogas; contudo, há muitos indícios de que os cristãos primitivos fizeram de seus domicílios locais sistemáticos de culto¹⁷². No obstante, ampliaram a compreensão de que o verdadeiro culto não se limitava a estabelecerem espaços físicos para tal finalidade; agora o que importava era a motivação interior do fiel e não uma especificidade geográfica. Na verdade, redirecionando o foco, cada intenção, papel, atribuição e local passou a ser importante apenas para receber e, simultaneamente, reverberar as “boas-novas do evangelho”. Agora, não bastava ser liturgicamente eficiente ou permanecer a frequentar espaços eclesiais institucionalizados, porque o culto por excelência havia sido internalizado como padrão de vida ético-moral.

Isto resultou em declarações como as do apóstolo Paulo, de que se alguém aspira assumir o episcopado (funções de liderança na congregação) é preciso ser “marido de uma só mulher [...] apto para ensinar [...] **governar** bem sua própria família, tendo seus filhos sujeitos a ele [...] Pois, se alguém não sabe **governar** sua própria família, como poderá cuidar da igreja de Deus?” (BS, 1 Timóteo 3.2-5 – grifo meu). O verbo apresentado como “governar”, do grego *prostenai*, também é traduzido como administrar ou dominar (RIENECKER; ROGERS, 1988, p.461). Se o vocábulo “marido” (*ándra* - grego) fosse tomado do hebraico seria “amo, senhor” e já apresentaria em sua essência o mesmo significado da palavra anterior, isto é, governo ou dominação (TENNEY *et al.*, 1990, p.8). E conforme havia demonstrado, tanto a ICBE como a Sara adotam estes sentidos para imprimir a predominância do homem – inclusive do não convertido/filiado – sobre a mulher, seja em espaços públicos ou privados; agora, no caso de ser um fiel, as igrejas são categóricas, ele somente cuidará dos negócios do Pai se a família estiver sob seu absoluto controle:

Na igreja, o pastorado envolve o quê? Envolve aconselhamento, liderança espiritual e governo [...]. Então, eu creio que ela é pastora na igreja, mas em casa ela precisa ser submissa ao seu marido, ela precisa estar de baixo da liderança do seu marido, porque a liderança do marido foi constituída por Deus, como líder do lar. Então, ela poderia ser pastora na igreja, mas em casa ele tem de saber administrar isso e ser uma ovelha do próprio esposo

¹⁷² Alguns exemplos: BS, Filemom 2; Romanos 16.5 e Colossenses 4.15.

(Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE).

Até mesmo porque está escrito na bíblia que o homem é a cabeça, então a gente não vai mudar isso aí. Independente de ordenança ou não, a autoridade é dele; eu tenho que me colocar no meu lugar. Não tem esse negócio de exercer o mesmo nível na igreja e em casa. Aí é a parte que a gente tem de ver de respeito e submissão, porque cabe a eles a autoridade (Susana, 38 anos, casada, 1º. grau completo, 5 anos na Sara, diaconisa e líder de célula estratégica).

Chamo a atenção para o teor de duas outras referências bíblicas: a primeira advoga que cada fiel é denominado de membro da “família de Deus” (BS, Efésios 2.19); a segunda é atribuída ao próprio Jesus, que assevera: “Portanto, qualquer que fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, irmã e mãe” (BS, Marcos 3.35). Em síntese, o bom procedimento doméstico e outros predicados pessoais, incluindo a observância aos preceitos divinos, permanecem realçados como critérios para não só se exercer função eclesiástica, como também para atestar a aliança com o próprio Cristo. Esta condição é ratificada por Susana: “A mulher cristã não se demonstra desligada das coisas da igreja ou da família; tem de ser exemplo em casa e na igreja”¹⁷³. Cristiano declara semelhantemente que “no que se refere aos papéis, a igreja tende a imitar o lar”¹⁷⁴.

Certas qualidades “naturais” das mulheres são aqui revistas, dado que igualmente realçam a afinidade religião/domicílio como extensões familiares. Ora, já que a mulher é “essencialmente mais sensível” e “apta” para cuidar de filhos, espera-se que nas atividades sócio-educativas da igreja elas sejam as responsáveis pela área infantil:

A mulher ensina na escola bíblica dominical de manhã e lidera o ministério infantil, nunca vi homem cuidando de criança [...] A mulher já tem aquele lado de lidar com filhos, de estar sempre por perto, de saber como é o comportamento deles; já o homem não tem aquela aproximação do dia-a-dia, por isso fica mais fácil a mulher lidar com crianças na igreja (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do círculo de oração).

¹⁷³ Susana, 38 anos, casada, 1º. grau completo, 5 anos na Sara, diaconisa e líder de célula estratégica.

¹⁷⁴ Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE.

É importante destacar que a maioria dos professores da escola bíblica é mulher, sendo que ensinar crianças é função exclusiva delas. Há um grupo menor de homens que divide com elas o magistério entre os adultos, porém a superintendência dessa escola dominical está a cargo de um homem, continuando a sinalizar que os papéis estão bem demarcados e distintos entre os sexos, ou seja, as mulheres ocupam funções secundárias ou auxiliares e eles a gerência geral¹⁷⁵. É o que diz o pastor Cristiano: “Temos a escola dominical no primeiro dia da semana e a maioria dos professores são mulheres, mas o líder principal é um presbítero”¹⁷⁶.

Ainda referente aos atributos “intrínsecos”, o mesmo pastor fala da imprescindível e significativa presença das mulheres na instituição eclesiástica porque elas já possuem a propriedade maternal de acolhimento; de forma que são estrategicamente recrutadas nas igrejas para manifestarem sua vocação (missão) de cuidar dos recém-nascidos ou novos convertidos/filiados a fé.

A mulher ela tem uma facilidade de acolhimento, ela acolhe na igreja como uma mãe mesmo, ela faz isso melhor do que os homens. Faz esse acolhimento com as pessoas que vão chegando à igreja. As mulheres são sempre mais sensíveis e têm essa questão natural, que é exercer esse papel maternal em todas as áreas, inclusive na igreja (Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE).

Eu acho que o fato de ter hoje mais mulheres na igreja, o meu pensar seja o fato da sensibilidade. A igreja está muito voltada pro lugar que acolhe e, às vezes muitas vão para chorar pela família. Igreja é lugar de acolher, e eu diria que o homem não é muito de chorar, homem chora menos, é mais durão. Ele tenta resolver mais as coisas por ele mesmo (Conceição, 37 anos, casada, pedagoga, 18 anos na ICBE e professora de crianças).

A analogia que se desenhou entre meus interlocutores pode ser resumida nos seguintes termos:

a) A instituição religiosa é a grande casa do Deus Pai, lugar de arrimo que, através do irmão maior (Jesus), indica o caminho à futura e eterna morada celestial. Nesta perspectiva, surgem depoimentos como os que seguem: “A Sara é a

¹⁷⁵ Silva (2008) assevera que, em geral, cargos de liderança comumente atribuídos às mulheres estão associados a competências “inerentemente” femininas, tais como a atuação em escolas bíblicas e a organização de grupos de oração.

¹⁷⁶ Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE.

minha segunda casa, minha segunda família, nosso lar”¹⁷⁷. “Como igreja tem cara de família, cara de comunidade, uma coisa se mistura a outra”¹⁷⁸. A propósito, há um texto sagrado muito apropriado pelas igrejas que termina por realçar a relação religião/casa/família, que diz:

Não fiquem aflitos. Creiam em Deus e creiam também em mim (Jesus). Na casa do meu Pai há muitos quartos (moradas), e eu vou preparar um lugar para vocês. Se não fosse assim, eu já lhes teria dito. E, depois que eu for e preparar um lugar para vocês, voltarei e os levarei comigo para onde eu estiver vocês estejam também. E vocês conhecem o caminho para o lugar aonde eu vou (NTLH, João 14.1-4).

Em seu artigo “Casa dos homens, casa de Deus”, Mafrá (2007) discute a afinidade da igreja como extensão da casa e, conseqüentemente, a sacralização do lar; a autora, inclusive, aponta que até certos ornamentos e a própria arquitetura das instituições pentecostais terminam por fazer do espaço eclesial algo acolhedor, íntimo, familiar, a exemplo do próprio domicílio dos fiéis.

As igrejas parecem “grandes casas”, onde as crianças, os velhos, os inválidos, os jovens, todos podem encontrar seu lugar. No sentido reverso, se as igrejas tornam-se mais sedutoras pela mimesis com a casa, as residências do entorno também acabam por se sacralizar ao refletirem os templos. O que era uma casa construída com os restos de um trabalho de renda miserável transforma-se, por analogia e por contágio, no lugar onde aquilo que é de maior valor para a pessoa — seus laços familiares — é acolhido, nutrido e preservado (MAFRÁ, 2007, p.159).

De igual modo, Machado (1996, p.35) recorda que, historicamente, a família tem sido um dos espaços basilares na comunicação das religiões, provendo o contexto moral fundamental para socializar seus valores; de sorte que as religiões usualmente assumem a moral familiar como fundamento da “ordem social mais ampla, e adotam a família como símbolo de estabilidade moral e social”.

b) Seguindo a analogia proposta, as fiéis são como as mães, intrinsecamente sensíveis e acolhedoras, que na grande casa (instituição religiosa) zelam pelos pequeninos e auxiliam os filhos de Deus.

¹⁷⁷ Susi, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 6 anos na Sara, diaconisa e líder do ministério “Sara Adultos”.

¹⁷⁸ Cleiton, 29 anos, casado, 2º. grau completo, 11 anos na ICBE e presbítero.

c) Finalmente, os homens da religião (sobretudo, os que compõem a hierarquia eclesiástica) são os representantes do “Pai (e não Mãe¹⁷⁹) que está nos céus” – provedores devidamente orientados pelo divino para crescerem, multiplicarem e comandarem os muitos filhos (fiéis) que carecem ser nutridos do alimento espiritual (internalizando a mensagem religiosa), a fim de darem seus primeiros passos na fé (ao reproduzir o discurso oficial). Ora, “quem duvida que os líderes da igreja sejam vistos como esta figura paternal?”¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Neste sentido, ver discussão de Valerio (2005) acerca da declinação feminina de “Deus Mãe”.

¹⁸⁰ Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE.

3.4 Autonomização interina das mulheres e/ou feminização de certos espaços?

Se as mulheres não estivessem dirigindo o círculo de oração, faltaria alguma coisa; é como se fosse bolo sem recheio. Se não fosse a sensibilidade, a determinação e a vontade que elas têm, faltaria alguma coisa.

Cibele é presidente do Departamento Infantil da ICBE.

Tanto investiguei como os papéis entre os gêneros masculino e feminino são distribuídos no domicílio e nas instituições eclesiais como analisei as relações entre ambos os espaços, não obstante certas pistas levaram-me a fazer um último questionamento: Conquanto seja estritamente pontual, há em algum nível autonomização das mulheres e/ou feminização de certos espaços?

A título de elucidação, relatei que a Sara distribui igualmente todas as funções secundárias e principais entre homens e mulheres, desde que ambos estejam filiados a instituição e, sobretudo, resguardada a autoridade do esposo como a cabeça do cônjuge. A propósito, ao casal é sempre confiado o mesmo cargo ou ofício eclesial, o que termina repercutindo na composição das atividades oferecidas aos fiéis, isto é, não há reunião exclusiva para um ou outro sexo. A exceção é apenas atinente a situações que envolvem ensino e aconselhamento (este restrito entre conselheiro e fiel aconselhado), para tratarem especificamente de certos tabus ligados a sexualidade ou temáticas semelhantes e não no tocante às reuniões cúlticas ou de entretenimento. Isto se fez explícito em diversos depoimentos, como nos exemplos que ora apresento: “Só separamos homens e mulheres quando é para aconselhar sobre sexualidade; aí a gente divide o grupo”¹⁸¹.

Homens trabalham melhor com homens e mulheres com mulheres, porque tem coisa de mulher que você não vai contar pra um homem. Nossa igreja trabalha muito com discipulado, e discipulado é amizade entre líder e liderado. Mulher com mulher fica mais fácil, homem com homem fica mais fácil também (Sílvia, 20 anos, casada, 2º. grau incompleto, 2 anos na Sara, líder de equipe e diaconisa).

¹⁸¹ Sandro, 21 anos, casado, 2º. grau completo, 4 anos na Sara, líder de equipe e diácono.

Mesmo que a prática do aconselhamento seja corrente e desenvolvida de igual modo na ICBE, esta instituição apresentou realidades por demais singulares noutros campos. Havia explicitado, por exemplo, que a dessemelhante distribuição dos papéis eclesiais entre os sexos não somente corrobora para o fenômeno do surgimento de expressivo número de profetisas, mas, ainda, estimula as fiéis a buscarem a vocação profética como compensação para lacunas ministeriais eclesiais que não exercem, frente à aspiração de terem mais voz e vez na religião. Além disso, o que chama atenção é que tais manifestações são sobremodo assistidas em encontros ou círculos de oração organizados por elas mesmas, com o respaldo do próprio clero.

É com base no que meus interlocutores referenciaram sobre os círculos de oração e ao evento denominado de “culto das rosas” que apresento outras particularidades da ICBE, no que tange à proposição desta seção.

O que é o círculo de oração? É uma reunião oficial que ocorre sempre no contexto eclesial, nas manhãs e tardes das terças-feiras, cuja exclusiva direção é outorgada (pela presidente do DEMIC) a um grupo de mulheres adultas, casadas e abertamente subordinadas aos ditames institucionais¹⁸²: “O círculo de oração é um trabalho especificamente das mulheres, os homens participam também, mas a coordenação, a supervisão, a presidência é das mulheres”¹⁸³. É neste espaço coletivo que mulheres e homens têm oportunidade de prestar culto, orar e suplicar ao divino a sua bênção e a superação de problemas de toda ordem, seja a resolução de crises conjugais e familiares; a busca pela cura de uma enfermidade; a necessidade de um emprego ou promoção no trabalho; a realização do sonho da casa própria; a procura pelo servo de Deus para um casamento bem sucedido; aumento de salário ou aprovação num concurso público; o ganho da causa que se arrasta na justiça, entre outras benesses. Couto (2001, p.92), por exemplo, defende que não se deve desassociar o “sujeito do contexto sócio-familiar” no qual está inserido, argumentando que grande parte dos fatores que motivam homens e, principalmente, mulheres para “religiões de aflição [...]”, como a permanência destes

¹⁸² “Sempre as mulheres dirigem as orações, não deixando de dar oportunidades aos homens quando estão presentes, para darem uma saudação ou qualquer outra coisa que seja da parte de Deus. Não tem aquela discriminação de só mulher se reunir” (Cristina, 45 anos, casada, 2º. grau completo, 18 anos na ICBE e dirigente do Círculo de Oração).

¹⁸³ Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE.

nestes grupos religiosos, guardam estreita relação com problemas, questões, configurações e acontecimentos de ordem familiar” – constatação igualmente ratificada em minha pesquisa.

Além disso, conforme explicita a formatação dos círculos de oração, jamais é vedada a participação de homens nestas reuniões, porém o número de mulheres de contínuo tem sido muito superior¹⁸⁴. Acredito que certos fatores justificam o porquê da expressiva assiduidade das fiéis, a saber:

a) A saída do cônjuge para o trabalho e a flexibilidade dos afazeres das mulheres no domicílio, favorecendo a administração do tempo que elas dispõem para tal devoção. Além destes, Cassandra acrescenta outros componentes: “Eu atribuo a presença delas a dois fatores, um é o pouco tempo dos homens e, segundo, a concepção que eles têm dessa atividade como uma reunião só de mulheres”¹⁸⁵.

b) É no círculo de oração que as fiéis possuem a plena liberdade para fazer uso do púlpito e expressarem vigorosamente a fé; ressalvando que esta prática não ameaça a hegemonia local da liderança eclesiástica, formada e conservada pelos homens. A propósito, nas reuniões do Departamento de Mulheres (DEMIC) são prestados os relatórios de todas as atividades que desenvolvem, desde que vinculadas à instituição: visita aos necessitados e enfermos, círculo de oração e culto das rosas; por seu turno, a presidente do DEMIC (e esposa do pastor principal) apresenta o relatório final ao Conselho de Líderes da ICBE.

Tem a plenária de mulheres do Departamento de Mulheres da Igreja de Cristo (DEMIC). As plenárias são para mulheres, porque é para prestação dos serviços que elas fazem: das visitas, do círculo de oração, do culto das rosas (Cássia, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 12 anos na ICBE, Presidente da União Regional de Mulheres da Igreja de Cristo e do Departamento de Mulheres da ICBE).

c) Conforme expus anteriormente, já que a direção é privativa das mulheres, há a criação de canais permanentes de diálogo e solidariedade entre

¹⁸⁴ Silva (2008) chama a atenção para o fato de que o último censo realizado no Brasil sinalizou que 56% dos fiéis das igrejas evangélicas eram mulheres, inclusive, de que o percentual era ainda maior entre os pentecostais. Então, como declara Machado (2005, p.388), isto “acaba por dar um rosto feminino ao pentecostalismo”.

¹⁸⁵ Cassandra, 38 anos, viúva, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica.

aquelas que vivenciam situações semelhantes; logo, unidas, buscam o divino esperançosas de que espiritualmente triunfem sobre os males do aqui e agora.

d) Ao internalizarem certas noções essencialistas, como “mulher é naturalmente mais sensível ao sagrado”, enxergam-se no dever de intercederem permanentemente pela família e, conforme já havia explicitado, passam a assumir a condição de protetoras do esposo e filhos, o que fortalece o gênero feminino. As falas das minhas interlocutoras denunciam esta representação: “Eu acho que as mulheres se sentem muito responsáveis para orar mais, porque elas têm aquele cuidado, aquele zelo com as coisas de Deus”¹⁸⁶.

Eu acredito que a mulher tem a tendência de buscar mais a Deus, não que o homem não tenha, mas elas buscam mais ao Senhor e nisso ela ganha em todas as áreas. É por esta razão que o círculo de oração é dominado pelas mulheres. A condição de dominado pelas mulheres quer dizer que esta área da igreja é dominada por elas (Cássia, 33 anos, casada, 2º. grau completo, 12 anos na ICBE, Presidente da União Regional de Mulheres da Igreja de Cristo e do Departamento de Mulheres da ICBE).

Os pedidos principais feitos pelas mulheres na oração da tarde são pelos maridos, pelos filhos, por emprego e também pela salvação da família (Cassandra, 38 anos, viúva, pós-graduada em educação de jovens e adultos e psicopedagoga, 20 anos na ICBE e coordenadora pedagógica da escola bíblica).

e) Por fim, embora não especifique se a maior incidência é de homens ou mulheres, Souza (1996, p.115) advoga que o grande volume de fiéis nos círculos de oração ocorre em função da busca por “experiências de êxtase espiritual, as visões, as revelações que normalmente manifestam realidades pessoais ocultas em resposta às necessidades de emprego e à cura de enfermidades”.

A justificativa para a assiduidade das fiéis também esclarece em parte a situação dos homens, pois quando indaguei as razões para a diminuta participação deles nos círculos de oração, novamente, as respostas foram amparadas em representações essencialistas do gênero masculino¹⁸⁷. Houve até mesmo quem alegasse que homens são preconceituosos em receber ministração de mulheres; logo, ainda que o evento esteja aberto à participação dos deles, depoimentos

¹⁸⁶ Cátia, 40 anos, divorciada, pedagoga, 15 anos na ICBE, regente do coral de mulheres e idealizadora do “culto da rosas”.

¹⁸⁷ Ver seção 3.1, quadro 5 – Comparativo entre as diferenças de gênero.

aludem a uma feminização desse espaço de oração. Cibele, por exemplo, levanta a bandeira em nome da primazia política das mulheres, dizendo: “Em minha opinião, não vejo problema que homem participe do círculo de oração desde que não tire o **espaço delas**, porque aí seria uma desvantagem”¹⁸⁸. E Conceição arremata: “Termina que não tem espaço para o homem; ele chega por ali e sai sem graça, porque **se vê sozinho num mundo só de mulheres**”¹⁸⁹.

Todavia, ao que tudo indica, o círculo de oração é estrategicamente importante e um bom negócio para a ICBE, por um lado, pelos fatores relativos à maciça presença das fiéis e, por outro, porque opera como compensação da hierarquia para a restrita inserção das mulheres em serviços eclesiais (ou não presença delas na cúpula religiosa) – em regra, esta contrapartida as mantém dóceis. A partir desta realidade, há um ganho expressivo na publicidade da instituição porque, se divulgando a fama do trabalho de oração de acolher quem mais necessite ou queira buscar a superação dos infortúnios, a clientela aumenta quantitativamente, inclusive, estimulada pelos horários alternativos das orações. Diante disso, a fala do pastor principal não sugere surpresa ou negatividade, não obstante a satisfação pelo sucesso de tal empreendimento: “Tem reunião exclusiva para mulher, mas para homem não tem, por incrível que pareça”¹⁹⁰.

De fato, além das mulheres dirigirem o círculo de oração, a presença ou participação do clero nestas reuniões é mínima. Neste sentido, concordo com a constatação de Souza (1996, p.114) de que, na prática da ICB, “quanto mais formal e legal é a atuação da liderança, maior é a ausência das manifestações sobrenaturais (curas, exorcismos, visões, glossolalia, etc)” – significa que, já que os oficiais estão mais ausentes dessas reuniões, a incidência de tais manifestações tem sido significativa, resultando na atração permanente de grande número de fiéis.

Enquanto o círculo de oração permite a participação de ambos os sexos, situação oposta ocorre no culto das rosas.

O que é o culto das rosas? Reunião que foi inspirada a partir do livro devocional “Que mulher é essa?”, da autoria de Rosinha Garotinho, que discorre sobre o comportamento feminino, tendo como ideal a “mulher virtuosa” descrita no

¹⁸⁸ Cibele, 22 anos, solteira, cursa jornalismo, há 12 anos na ICBE, Presidente do Departamento Infantil, secretária da igreja, cooperadora da Mesa Diaconal e professora da Escola Bíblica Dominical – grifo meu.

¹⁸⁹ Conceição, 37 anos, casada, pedagoga, 18 anos na ICBE e professora de crianças – grifo meu.

¹⁹⁰ Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE.

Antigo Testamento, em Provérbios 31¹⁹¹. O culto das rosas é uma reunião semanal restrita às mulheres e realizada nos domicílios das fiéis, cujos endereços dos encontros são sorteados entre elas. O propósito maior gira em torno da ajuda mútua que, entre outras coisas, envolve leituras coletivas de textos religiosos e de interesse geral, orações intercessórias, testemunhos, cânticos, aconselhamento e entretenimento. A direção do culto não é centrada numa única pessoa, mas compartilhada com o grupo através de dinâmicas; todavia, exceto este aspecto, a liturgia segue formatação semelhante às que são realizadas na ICBE, na sequência: palavra introdutória e oração inicial + período de músicas, intercaladas com leituras diversas, testemunhos e orações intercessórias + palavra principal + oração final.

“O culto das rosas é interessante, é um culto só de mulheres que é feito nas casas das mulheres. Geralmente, é feito um chá e elas vão tricotar lá as conversas dentro do contexto evangélico de mulheres. Homem não entra de jeito nenhum, é restrito mesmo” Cristiano, 38 anos, casado, 2º. grau completo, 21 anos na ICB e pastor principal da ICBE).

É oportuno observar que o acréscimo “rosas” ao nome da programação é uma clara alusão ao sexo feminino, como algo que é simultaneamente belo e delicado em essência, portanto necessitando de atenção e cuidados específicos. O título “culto das rosas” e a idealização deste evento partiram de Cátia, uma fiel de 40 anos de idade, com formação superior em pedagogia e divorciada, que relatou que sua condição de separada do marido a fez passar por diversos preconceitos e desamparo na instituição filiada há 15 anos (ICBE)¹⁹². Logo, ainda que o livro de Rosinha tenha deixado sua parcela de influência, o grande porquê da criação desses cultos domiciliares, exclusivos para mulheres, parece recair sobre histórias dramáticas de personagens reais, como é o caso de Cátia. É possível ainda que a organização do culto das rosas ora elucide a concorrência entre leigos e líderes, em função desse evento circunscrever demandas e reivindicações exclusivas das fiéis, ora retrate a transação entre ambos os grupos, pois, conforme aludi, essa reunião somente ocorre como concessão da própria instituição e

¹⁹¹ A propósito, o prefácio do livro de Rosinha Garotinho declara: “Conversando de mulher para mulher, a autora mostra a importância cada vez maior para a vida moderna de seguir as virtudes ensinadas por Deus”.

¹⁹² “Fui eu quem deu a ideia do culto das rosas. É assim, a gente nota que devia existir uma programação de mulher para mulher. Era feito dentro da igreja mesmo, em uma sala, e a gente levava ideias, receitas... Quando alguma mulher estava passando por um problema, orávamos uma pela outra” (Cátia, 40 anos, divorciada, pedagoga, 15 anos na ICBE, regente do coral de mulheres e idealizadora do “culto da rosas”).

liderança eclesiástica – já que de em termos gerais a maioria dos eventos eclesiásticos são coordenados pelos homens do clero.

Retomando a discussão acerca da condição pessoal de Cátia, também constatei (em ambas as igrejas pesquisadas) que ser divorciada é uma situação por demais desconfortável. Até porque a literatura nativa advoga que o casamento, como sacramento divino, é indissolúvel e que somente “a morte e a infidelidade conjugal podem romper-lhe os laços” (ANDRADE, 1998, p.76). Por isso, a fiel que permanece com o cônjuge possui *status* privilegiado na ICBE e na Sara, por exemplo, havendo certo impasse em relação à ocupação de determinada função eclesiástica, certamente a casada ficará em situação vantajosa, pois a moralidade vigente considera que a manutenção do matrimônio é um dos fatores primordiais para o crescimento da santificação.

Diante deste quadro, penso que constrangimentos como os de Cátia se esclarecem, pois é grande a resistência às descasadas, principalmente, se anterior ao divórcio já estavam filiadas a instituição. Isto também sugere a razão da bem-sucedida e definitiva transferência da programação – que havia iniciado nas dependências da ICBE – para se estabelecer nos domicílios das fiéis. A casa, ambiente íntimo, aconchegante, familiar, é predominantemente povoada pelas “rainhas do lar”, afinal, mulher “entende de cozinha, de afazeres domésticos”, mulher “entende das coisas de mulher”¹⁹³. E ainda que se tenha de prestar contas do culto das rosas à hierarquia institucional, os homens da religião conferem oficialmente o direito de reunirem-se “livremente” e somente entre elas, em suas próprias casas – o “lar doce lar”.

Ante a ocorrência de depoimentos que aqui tenho exposto, acredito que seja possível inferir que tanto o círculo de oração como, mormente, o culto das rosas afluem para a feminização de seus espaços, contudo não para a autonomização das fiéis no sentido amplo do termo, pois reitero que ambos os eventos prestam contas periódicas ao DEMIC que, por sua vez, apresenta relatório integral ao Conselho de Líderes da ICBE (suprema consulta institucional), que a qualquer instante pode

¹⁹³ “No lar a mulher fica mais aberta e trata de todos os pontos de mulher. Aquelas que têm vergonha de ir ao púlpito da igreja, em casa vai, fala, leva testemunho [sic]. Para o homem a reunião pode ser uma coisa simples, mas para a mulher não é. Eu creio que foi do coração de Deus este projeto. Por quê? Porque existe ainda um tabu na igreja que não se fala sobre o relacionamento do homem com a mulher, de sexo, de tudo” (Cátia, 40 anos, divorciada, pedagoga, 15 anos na ICBE, regente do coral de mulheres e idealizadora do “culto da rosas”).

intervir e encerrar qualquer reunião caso apenas desconfie de desvios doutrinários e/ou estatutários.

CONCLUSÃO

Quando surgiu a possibilidade de estudar comparativamente a ICBE e a Sara, realmente não imaginava quanto tal missão seria por demais complexa e desafiadora. Como alguém que está inserido no contexto religioso desde a tenra idade, pensava conhecer o suficiente da cosmologia pentecostal para chegar a determinadas conclusões, porém, não poucas vezes, fui surpreendido pelos depoimentos dos meus interlocutores, e a investigação revelou certos aspectos da dinâmica interna de cada grupo que até então estavam inteiramente imperceptíveis. Diante desta inicial constatação, sinto-me no dever de ressaltar que longe de prestar um desfecho cuja completude revele cada nuance acerca da temática específica de gênero e relações de poder, aqui apresento singelas considerações – abertas evidentemente ao debate, às críticas e ao aprofundamento – na expectativa de que seus frutos corroborem na ampliação do saber antropológico, que, no caso em foco, envolve o fenômeno pentecostal brasileiro.

A propósito da proposição desta pesquisa, em todo o tempo busquei estar atento ao porquê da assimetria atribuída aos sexos masculino e feminino, especialmente, à distribuição dos ofícios eclesiásticos e a autoridade hegemonicamente conferida aos homens, assim como a implicação desta realidade na reconfiguração da moralidade e da *práxis* religiosa no cotidiano dos sujeitos e grupos envolvidos em meu recorte etnográfico. Sob esta perspectiva, exponho minhas singelas impressões.

De modo preliminar, situei as duas instituições eclesiásticas (ICBE e Sara) nas historiografias local e nacional, partindo da fase de implantação do protestantismo pentecostal brasileiro, por considerar as demandas e limites do estudo em pauta; então, unindo essa historização à tipologia que privilegiou as bases doutrinárias das duas denominações, desenvolvi a análise referenciada.

Na primeira parte da dissertação, subdividida em três seções, indaguei fundamentalmente como as igrejas têm se portado ou reagido ante contextos sociais cada vez mais secularizados. Entre outros aspectos não menos relevantes – em geral e semelhantemente ao perfil de administradores de empresas – a liderança eclesiástica de contínuo se habilita para operar com as particularidades do mercado religioso, no intuito de atrair e aumentar a respectiva clientela. Disto resulta a união

de modernos conceitos de propaganda, comunicação e marketing às tradicionais promissões religiosas de milagres, curas e exorcismo; mormente, sublinhando como primazia a satisfação imediata de seus fiéis consumidores, pois, de outro modo, a concorrência eclesiástica assumirá a supremacia. Entretanto, ainda que diversas ações sinalizem certas transformações estruturais nos arraiais pentecostais, no que respeita às questões de gênero, ou um segmento da clientela advoga que as instituições devem iniciar tal revisão ou alguns aspectos já estão em trânsito, só que em ritmo lento e discreto.

Um indício que também pareceu tanto harmonizar a noção religião/secular quanto nortear a conduta das fiéis é a observância da situação do seu cônjuge em relação à fé, isto é, se ele é ou não convertido ao protestantismo, como quesito desejável para que as mulheres assumam ou não determinadas funções eclesiásticas. Ademais, ambas as igrejas ensinam que o esposo descrente é a liderança (a cabeça) da mulher, a despeito do contexto ou circunstância; logo, ainda que preencha alguma função eclesiástica, ela também deve subordinação ao homem, o que não significa que não surjam tensões entre os cônjuges. Por exemplo, vários interlocutores afirmaram que a participação da mulher nas igrejas e seu envolvimento em atividades extradomésticas, geralmente, dificultam o esforço em atenuar o impacto da adesão religiosa, desencadeando uma série de desavenças por parte de seus parceiros. Contudo, posto que ambas as instituições não ofereçam uma alternativa ao sistema hegemônico e assimétrico de gêneros, observei que o discurso religioso da submissão da mulher ao marido termina por amenizar certos conflitos conjugais.

Outra indagação, suscitada no primeiro capítulo, versou a respeito da ordenação feminina. Embora a Sara consagre mulheres ao pastorado e a ICBE não o faça, o fato é que à fiel reserva-se um percurso mais extenso aos principais cargos de liderança; inclusive, um dos entraves apontados a esta escalada hierárquica seria a relutância dos homens diante do querer divino. Disto surgiu uma questão conflitante, pois se a vontade transcendente é de que as mulheres estejam no mesmo nível que os homens, porém eles as impedem (pelo menos na ICBE), ou a autoridade do Deus dos homens tem sido relativizada ou os homens estão violando os preceitos do seu Deus. Assim, a clientela deu a entender que a solução desse

impasse seria colocar em xeque apenas a outorga institucional dos títulos ao oficialato, ratificando seu *status* inferior e efêmero ante a chamada divina.

Por outro lado, como meus interlocutores representaram a mulher como essencialmente mais sensível que o homem, conseqüentemente, defenderam que ela mantém contato mais íntimo com o divino. Logo, se a fiel declara que o fundamental é a chamada de Deus para servi-lo, raramente ela reivindica títulos eclesiásticos, pelo menos de modo explícito. Neste caso, se ela chegar ao oficialato, isto será decorrente não de uma luta entre os sexos, mas da vindicação de alguns segmentos institucionais em nome da mulher.

Um aspecto convergente e paradoxal na fala dos interlocutores referente a ordenação de mulheres é o que foi identificado como tendência da sociedade. Ora, como afirmaram que o divino é soberano e que as igrejas seguem concomitantemente seus contextos sociais, ou acreditam que a sociedade reverbera os anseios divinos, isto é, que ela representa a voz de Deus para a mudança estrutural das igrejas e que, no caso específico, a vocação espiritual ao ministério deve perseguir e sintonizar-se à conjuntura social, ou as igrejas (ou certos líderes relutantes) estão ouvindo a sociedade em detrimento do transcendente, formatando a vontade de Deus aos anseios do povo; nesta ótica, as igrejas encaram a tensa dualidade entre a soberania divina e a tendência da sociedade secularizada.

Na segunda parte desta investigação, subdividida em sete seções, tensioneiei elucidar aspectos relativos à hierarquia e poder eclesiásticos, analisando como se processa, quais os critérios e implicações e a natureza da divisão do trabalho religioso entre os gêneros. Para tal abrangência, ao mesmo tempo em que mapeei o quadro administrativo carismático e os cargos de apoio técnico, também estudei como ambas as denominações representam o ministério pastoral. Na sequência, investiguei as “conquistas” das mulheres no contexto religioso. Também analisei tanto os mecanismos de controle e coerção eclesiásticos, como o impacto desta realidade entre os membros das igrejas supracitadas. Ainda, examinei aspectos relacionados às profetisas e as conseqüências de sua mensagem. E, por fim, aprofundei o estudo sobre a disputa pelo poder eclesiástico e o desencadeamento desta problemática.

Em princípio, ao indagar sobre as funções predominantes entre homens e mulheres na ICBE, verifiquei que, enquanto as fiéis preenchem apenas cargos

técnicos e secundários, uma privilegiada parcela do sexo oposto ocupa não menos que o oficialato; por conseguinte, há menos representatividade das mulheres no exercício do poder eclesiástico. Visto que ambos os sexos partilham dos mesmos ofícios na Sara, questionei então se ela não se constituiria num modelo alternativo em relação à primeira instituição, entretanto constatei que permanece intocada a autoridade dos homens, pois ambas as igrejas sustentam o mesmo princípio doutrinário de que o homem foi divinamente instituído como a cabeça da mulher, a despeito do *status* que ele ocupe no domicílio ou na religião. Agora, conquanto a grande maioria se harmonize ao discurso oficial de suas igrejas, há focos de tensão entre o modelo da subserviência da mulher ao homem e aquele que aflora como idealização de uma relação mais igualitária entre os sexos. Inclusive, é principalmente dos homens que tem surgido uma voz a favor da paridade entre gêneros, por isso, repito que esta realidade é mais uma invocação em nome das mulheres a uma reivindicação exclusiva delas.

A respeito da hierarquia da ICBE e da Sara, pude verificar que ambas apresentam uma ordenação de posições, papéis e relações estruturadas em gradações superpostas; de forma que tanto a hierarquia ocupada pelo ministro está condicionada ao seu prestígio e performance junto a congregação como que a sustentação de sua posição depende dos mesmos fatores junto aos demais líderes. Seguindo também o ensino da Sara que advoga que a autoridade é resultado de vitórias galgadas através das virtudes e esforços pessoais, é possível que os fiéis concluam que, porquanto a autoridade da mulher esteja abaixo daquela exercida pelo homem, as maiores conquistas são dele e não dela; por outro lado, pode significar que da construção de uma feminilidade submissa, a mulher seja seu principal agente.

É certo que a distinção que ambas as igrejas fazem referente à ocupação das vagas de liderança e/ou o nível de autoridade têm estreita relação com a assimetria entre gêneros. Para a ICBE, o sexo chega a ser pré-requisito determinante para se obter o ingresso das mulheres aos principais ofícios eclesiásticos; exceto a função missionária que é unissex, as demais são atributos masculinizados. E por mais que a Sara até advogue que as funções não são determinadas pelo sexo, é evidente que este aspecto diferencia igualmente o nível de autoridade entre homens e mulheres na própria instituição.

Também demonstrei que, a partir da política da ICBE de encaminhamento de candidatos a certos postos eclesiásticos, há mulheres que aceitam que as indicações pastorais estão em consonância com a chamada divina, no entanto outras denotam que a distribuição é abusiva e desigual, posicionamento este que termina por colocar em risco a própria reputação e a estabilidade das mulheres junto ao clero. A propósito, posto que assumam postos hierárquicos inferiores em relação aos homens, a situação de muitas fiéis tem sido paulatinamente revertida no contexto secular, fato que parece de igual modo inquietar os homens da religião, como se temessem futura insurreição da parte delas na esfera eclesiástica; possivelmente isto justifique em certa medida a maneira cautelosa com que a liderança masculina conduz o tema da participação das mulheres nas igrejas. Não obstante as instituições até distribuam todas as funções secundárias, técnicas e o oficialato entre os gêneros, raríssimos interlocutores cogitaram que ocorra fato semelhante no partilhar da autoridade, especialmente no que respeita aos casados, pois a função de comando pertence invariavelmente ao homem, a “cabeça da mulher”. Inclusive, imbuído deste direito, ele pode reinar absoluto em espaços públicos e privados.

Tanto a ICBE quanto a Sara possuem um aparato dogmático, regimental e estatutário, que opera como mecanismo de controle e coerção, por meio do qual objetivam a minimização de toda a sorte de conflitos e a irrestrita obediência de seus respectivos fiéis. Inclusive, observei que grande parte dos aspectos disciplinares é realmente prezada e ratificada por expressiva parcela da membresia, porém é aqui que surge maior tensão entre os sexos, pois nem sempre se admite que tais normas sejam preceitos divinos.

Dentre os sujeitos que atuam na esfera religiosa, é possível que a profetisa seja a que mais desafia a hegemonia dos homens, especialmente, a dos pastores; para as igrejas referidas, ser profeta ou profetisa é comissionamento espiritual e transcendente, pois não há intervenção institucional na concessão do dom de profetizar. E como profeta e pastor têm acesso direto ao divino, neste sentido, ambos estão na condição de exercer influência sobre a congregação; logo, o temor é de que ou haverá cooperação entre eles ou disputarão a primazia na igreja. Portanto, a palavra profética transforma-se em ameaça no instante em que concorre ou fere as relações tradicionais do poder instituído.

Praticamente não percebi a tensão profetisa/hierarquia na Sara; contudo, como as fiéis da ICBE não têm acesso aos ofícios religiosos ordenados, buscam mais a vocação profética e são elas quem mais reclamam manifestá-lo. Em síntese, a não ocorrência de mulheres no clero ou quadro de especialistas tem estimulado o fenômeno do surgimento de grande número de profetisas no ambiente religioso, o que ocorre na contramão da rotinização do carisma em ambas as instituições. Além disso, sugeri que a busca das mulheres pela vocação profética se reflete tanto como uma compensação para as lacunas eclesiásticas que não ocupam, como pela premente necessidade de fazerem voz e vez na comunidade da fé. Agora, caso a profetisa não se submeta aos preceitos doutrinários ou à liderança religiosa será disciplinada ou até excluída da instituição.

No contexto geral das mulheres, a maioria dos interlocutores relatou que as fiéis ou não disputam o poder eclesiástico ou se o fazem utilizam estratégias menos convencionais e mais discretas que os homens. Porém, conforme aludi, há receio de que o quadro hegemônico e assimétrico entre os sexos se altere e surja um levante ou entre elas ou coordenado por elas, desde que tomem consciência de sua condição e mudem de mentalidade. Então, para se tolher tal resistência, as igrejas inculcam preceitos dogmáticos que objetivam sobretudo a docilidade de sua clientela.

Por outro lado, meus interlocutores relataram que disputas políticas geralmente são inevitáveis entre os homens; aliás, há algumas suposições para este embate: em primeiro lugar, a sedução de uma rápida ascensão social, a partir do contexto do poder eclesiástico granjeado pelos ofícios ordenados; inclusive, quanto maior o prestígio de certa função mais disputada será; em segundo lugar, advogam que situações carregadas de tensão têm origem na ação de seres espirituais malignos; neste contexto, os líderes ou candidatos a tal *status* são, em parte, eximidos de suas verdadeiras intenções e a repartem com as forças sobrenaturais da maldade. Para superar esses conflitos, principalmente os espirituais, os crentes são orientados a atentar para o discurso oficial da igreja, em especial, a submeter-se à própria hierarquia eclesiástica.

Por fim, dividido em quatro seções, no último capítulo investiguei basicamente como os dogmas ou normas de moralidade e a conversão/adesão da mulher e do homem ao pentecostalismo se refletem nas redefinições de gênero e

sua relação entre os espaços eclesiástico e domiciliar. Nesta perspectiva, afirmo que os papéis de gênero continuam hierarquizados na religião, resultando na atribuição de um plano superior e privilegiado ao homem em ambos os contextos; já as “vantagens” das mulheres apenas parecem colocá-la em destaque quando se acentua sua competência e permanência em funções suplementares. Outro aspecto ressaltado foi a confluência existente entre igreja e domicílio como extensões que se entrelaçam cotidianamente, pois os códigos de moralidade religiosos permeiam e regem ambos os espaços.

Verifiquei também que é por intermédio da mediação conversão/filiação que qualidades advogadas como intrínsecas e que o ideal de mulher cristã são potencializados, por conseguinte realçando certos elementos do discurso oficial das duas instituições supracitadas, por exemplo: a irrestrita submissão ao esposo; frequente silenciamento ante a maioria dos conflitos envolvendo o companheiro; naturalização da obrigatoriedade dos serviços domésticos e o conformismo quanto ao preenchimento de funções religiosas auxiliares (principalmente na ICBE).

Realcei também que a conversão/filiação tem adicionado objetivamente certas melhorias à comunidade religiosa, por conseguinte a algumas extensões sociais e intrafamiliares, como: aumento da auto-estima e do nível de relacionamento amistoso entre fiéis e familiares, decorrente do discurso da vida vitoriosa e fraterna; estímulo à participação em ações solidárias, desembocando no hábito de práticas comunitárias; reaplicação de recursos financeiros nas necessidades domiciliares; além do senso de pertencimento e identidade.

Além disso, as principais razões apontadas para o expressivo número e a assiduidade das fiéis, sobretudo, na ICBE, foram: busca pela superação dos desajustes familiares; aspirações pela cura de patologias físicas e psicológicas; necessidade de aceitação, reconhecimento e afetividade; a criação de canais permanentes de diálogo e solidariedade; o anseio pela conversão/filiação do cônjuge e dos filhos; maior sensibilidade da mulher na relação com o divino; a incorporação do discurso da vida triunfante; a procura pelo trabalho secular dos sonhos; e a feminização de determinados espaços para ações cúlticas e de entretenimento.

Outro aspecto que ressaltei é de que a grande maioria dos interlocutores interpreta que desavenças e separações conjugais têm em seu núcleo a intromissão direta de entidades espirituais malignas, que somente são vencidas com jejum,

oração e vida santificada. E como as duas igrejas interpretam que bondade é uma virtude inerente ao homem e que, no entanto, ele é igualmente vulnerável à endemonização, concluem que comportamentos desviantes tornam-se sintomas de um conflito espiritual pessoal, então, de agressor passa a ser a própria vítima.

Por fim, investiguei na ICBE e na Sara se havia em algum nível autonomização das mulheres e/ou feminização de certos espaços. A primeira instituição apresentou realidades por demais singulares como, por exemplo, que manifestações proféticas entre as fiéis são assistidas com frequência nos círculos de oração que elas mesmas organizam com o respaldo do próprio clero. Neste espaço coletivo, mulheres e homens prestam cultos, oram e suplicam bênçãos ao divino e a superação de problemas de toda ordem. Todavia, sinalizei que o círculo de oração é uma importante estratégia e um bom negócio para a ICBE, posto que exista maciça assiduidade das fiéis nestas reuniões; além de operar como compensação para a restrita inserção das mulheres em serviços eclesiais (ou a não participação delas na hierarquia religiosa) – o que, em regra, tal contrapartida termina por assegurar a docilidade das fiéis.

Enquanto o círculo de oração permite a participação de ambos os sexos, situação oposta ocorre no culto das rosas, espaço exclusivo das fiéis. Este evento ora assinala a concorrência entre leigos e líderes ora retrata a transação entre ambos os grupos. Sugerir também que o sucesso do culto das rosas está vinculado à representação do domicílio como o ambiente idealizado, íntimo e predominantemente povoado pelas mulheres.

Concluí ainda que tanto o círculo de oração como, mormente, o culto das rosas afluem para a feminização de seus espaços, mas não para a ampla autonomização das fiéis, já que em última instância ambos os eventos continuam prestando satisfação de suas atividades ao clero.

Estou plenamente cômico de que há muito que se produzir atinente à temática proposta nesta dissertação, em resposta à interação entre gênero e poder no campo da religião; apenas dei um pequeno passo dentre inúmeras possibilidades de reflexão. O caminho é sempre extenso, complexo e provocador, não obstante a porta permanece aberta para quem estiver determinado a continuar desbravando o extraordinário e multiforme fenômeno pentecostal brasileiro. Bem, o desafio está lançado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Reinaldo Olecio. **Religião e esporte**: os atletas religiosos e a religião dos atletas. 2004. 381 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2004.

ALVES, Rubem. **Religião e repressão**. São Paulo: Loyola, 2005.

AMARAL, Leila. Maurice Leenhardt: antropologia e missão. In: TEIXEIRA, Fausto (Org.). **Sociologia da religião**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BARREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão do sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado**: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis: Vozes, 1999.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, José Reinaldo Santos (org.). **A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002.

CORRÊA, Mariza. **O sexo da dominação**. 1999. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/files/pdf/Bourdieu.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Ethos privado e modernidade: o desafio entre indivíduo, família e congregação**. Rio de Janeiro, 2004. 39 p. Comunicação apresentada ao Seminário “Relações familiares, sexualidade e religião”.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, jan. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jun. 2009.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O culto do eu no templo da razão. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n.41, p.2-27, ago. 1983.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005 [1937].

FONSECA, Jean-Claude Rodrigues da. **Até que a morte os separe? O casamento no pentecostalismo, frente à violência contra a mulher**. 2006. 54 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto *et al.* **Nem anjos nem demônios**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. 1993. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002 [1988].

GOLDMAN, Márcio. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v.39, n.1, p.83-109, 1996. Semestral.

GUERRA, Lemuel. As influências da lógica mercadológica sobre as recentes transformações na Igreja Católica. **Revista de Estudos da Religião – REVER/PPGCR/PUC**, São Paulo, n.2, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. De que gênero estamos falando? **Revista Sexualidade, Gênero e Sociedade – CEPESC/IMS/UERJ**, Rio de Janeiro, n.2, p.1-4, dez. 1994. Disponível em: < <http://sistema.clam.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

JARDIM, Denise Fagundes. Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos. In: LEAL, Ondina F. (Org.). **Corpo e significado: ensaios de Antropologia Social**. Porto Alegre: EUFRGS, 1995.

LABURTHER-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia, Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Aula inaugural. In: ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

LOPES JÚNIOR, Orivaldo Pimentel. **O espelho de procrusto: estudos religionistas, igrejas evangélicas e conhecimento científico**. 2002. 310 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero em grupos pentecostais. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 13, n. 2, p. 387-396, 2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto. Pentecostalismo e redefinição do feminino. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro: ISER, v.17, n.1-2, p.141-159, ago. 1994. Quadrimestral.

MAFRA, Clara. Casa dos homens, casa de Deus. **Análise Social**. Rio de Janeiro: UERJ, v.42, n.182, 2007.

MAFRA, Clara. **Na posse da palavra:** religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n.1, p.111-125, jun. 2003.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais:** sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O Celeste Porvir:** a Inserção do Protestantismo no Brasil. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1990.

MORAES, Márcio de. **O essencial do direito eclesiástico.** São Luís: Rocha, 2006.

MORIN, Edgar. **O método 3.** Porto Alegre: Sulinas, 1999.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos. In: VICTORA, Ceres et al. (org.). **Antropologia e ética:** o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo; São Paulo: Unesp, 1998.

PEIXOTO, Carlos. **A história de Parnamirim.** Natal: Z Comunicação, 2003. 222 p. (Coleção Parnamirim, 2).

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 1992.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e função na sociedade primitiva.** Vozes: Petrópolis, 1973.

RICOEUR, Paul. **Finitud y culpabilidad**: el hombre labil y la simbólica del mal. Madrid: Taurus Ediciones, 1982.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**. Porto: Editora Rés, 1988.

SALEM, Tania. As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, abr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 jun. 2009.

SANJEK, Roger. A vocabulary for fieldnotes. In: SANJEK, Roger (ed.). **Fieldnotes: the makings of anthropology**. Itaca, London: Cornell University Press, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Janine Targino da. **Lideranças pentecostais femininas**: notas sobre a re-elaboração da identidade feminina no meio pentecostal e sua influência nas demais esferas sociais. 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST29/Janine_Targino_da_Silva_29.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2009.

SOUZA, Alexandre Carneiro de. **A trajetória da luta pelo poder no pentecostalismo**: o caso da Igreja de Cristo no Brasil. 1996. 229 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

TAYLOR, William Carey. **Dicionário do Novo Testamento grego**. Rio de Janeiro: JUERP, 1991.

TRINDADE, Maria Raimunda da Silva. **Fatores determinantes da crescente localização industrial no município de Parnamirim - RN**. 1988. 110f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1988.

VALERIO, Adriana. A teologia, o feminino. **Revista estudos feministas**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 13, n.2, p.367-376, mai./ago. 2005.

VIDAL, Marciano. **Feminismo e ética**: como feminizar a moral. São Paulo: Loyola, 2005.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

REFERÊNCIAS DE CAMPO (NATIVAS)

ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário Teológico**. 6. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1998.

BENTHO, Esdras Costa. **A família no Antigo Testamento**. 1 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução: João Ferreira de Almeida. Deerfield, EUA: Vida, 1995.

CHAMPLIN, Russell Norman; BENTES, João Marques. **Enciclopédia de bíblia, teologia e filosofia**. São Paulo: Candeia, 1991.

DANIEL-ROPS, Henri. **A vida diária nos tempos de Jesus**. 3 ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

Escola de Vencedores. Brasília: Sara Brasil Edições e Produções, [200-?]. 3 v.

Estatuto da Igreja de Cristo no Brasil. Natal, n. 3863, 22 mar. 2000. 2º Ofício de Notas.

Estatuto da Igreja de Cristo em Boa Esperança. Parnamirim, n. 28942, 28 jul. 1999. 1º Ofício de Notas.

FRESTON, Paul. Nenhuma igreja está parada no tempo. **Ultimato**, Viçosa: Editora Ultimato, n.319, p.38-42, jul./ago. 2009.

HAGIN, Kenneth. **Novos limiares da fé**. Rio de Janeiro: Graça Editorial, s.d.

LOPES, Augustus Nicodemus. **Pastoras, presbíteras, diaconisas: uma perspectiva bíblica**. Recife: Primeira Igreja Presbiteriana do Recife, jul. 2002. 21p. (SÉRIE CADERNOS BÍBLICOS, 1).

IGREJA PENTECOSTAL DEUS É AMOR. **Manual Doutrinário**. IPDA: São Paulo, [199-].

PACKER, J. L. **O mundo nos tempos bíblicos**. São Paulo: Vida, 1991.

PEARLMAN, Myer. **Conhecendo as doutrinas da bíblia**. 24 ed. São Paulo: Vida, 1996.

RIENECKER, Fritz; ROGERS, Cleon. **Chave linguística do Novo Testamento grego**. São Paulo: Vida Nova, 1988.

RODOVALHO, Robson. **Declaração de fé**. Disponível em: <<http://www.saranossaterra.com.br/visualizar.asp?cat=4&cod=534>>. Acesso em: 20 out. 2008.

SHEDD, Russel P(org.). **O novo dicionário da bíblia**. São Paulo: Vida Nova, v.2, 1991.

TENNEY, Merrill C et al. **Vida cotidiana nos tempos bíblicos**. São Paulo: Vida, 1990.

ANEXOS

ANEXO 1: DADOS GERAIS E QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

| | |
|--|------------------------|
| NÚMERO: | DATA: |
| 01. Nome: | 02. Idade: |
| 03. Estado civil: | 04. Tem filhos? |
| 05. Trabalha fora do domicílio? () sim () não | 06. Renda familiar: |
| 07. Escolaridade/ formação: | |
| 08. Possui casa própria? () sim () não | 09. Número de cômodos: |
| 10. Nome da Igreja: | 11. Tempo de filiação: |
| 12. Exerce alguma função ou ministério na igreja? () sim () não | |
| 13. Se resposta anterior afirmativa, qual a função e o tempo de exercício: | |
| Observações: | |

ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS ECLESIAÍSTICAS

| | |
|----|---|
| 01 | Homem e mulher exercem as mesmas funções na igreja? Se exercem, suas atribuições são idênticas? Caso negativa, por que não exercem? |
| 02 | Há critérios distintos para que homem e mulher exerçam suas funções? Se existe, em sua opinião, são justos? |
| 03 | Tem lembrança de ter existido algum conflito ou disputa de poder ou posição na igreja? Será que há pessoas que fazem campanha política para galgarem esse objetivo? |
| 04 | A mulher já lutou ou reivindica algum direito na instituição? O serviço da mulher é reconhecido? |
| 05 | Quem escolhe e consagra os (as) líderes? |
| 06 | Quais os ministérios e/ou ofícios exercidos por homens e mulheres? |
| 07 | Como você vê uma mulher pastora? |
| 08 | Se tivesse que colocar em ordem de importância ou autoridade, como você listaria os ministérios da sua igreja – incluindo ambos os sexos? |
| 09 | Quais são as atividades litúrgicas da igreja, quem as dirige e qual a participação dos(as) fiéis? |
| 10 | Por que a oração da tarde é dirigida por mulheres? Pode ser homem? |
| 11 | Quem pode propor uma nova atividade ou liturgia na instituição? |
| 12 | Há alguma reunião exclusivamente para homens ou mulheres? |
| 13 | Qual a programação menos freqüentada pelos homens? Por quê? |
| 14 | Que qualidades são desejáveis para a mulher que faz sua conversão/filiação? |
| 15 | Será que a adesão do(a) fiel muda sua relação com as pessoas, sobretudo com a família? Que valores são importantes? |
| 16 | A fiel que passa a exercer liderança na igreja também se transforma na líder do próprio lar? Por exemplo, uma pastora deve liderar a própria casa? |
| 17 | Há alguma orientação da igreja, caso problemas de ordem pessoal permaneçam? |
| 18 | Alguma ocupação (trabalho, estudo, promoção no emprego, etc.) já ajudou ou interferiu em sua assiduidade e participação nas programações da igreja? |

ANEXO 3: TRECHOS DO ESTATUTO REFERENTES ÀS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA E DO PRESIDENTE, E A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MINISTERIAL DA ICBE

CAPÍTULO VIII Da Administração

Art. 32º. Compete a Diretoria, como órgão colegiado:

- I – Elaborar e executar o programa anual de atividades;
- II – contratar e demitir funcionários, fixando-lhes remuneração;
- III – indicar os nomes dos membros responsáveis pelos Departamentos, Ministérios, Superintendência, Comissões e Equipes;
- IV – nomear, pela indicação do Presidente, os membros de Comissões ou Coordenadorias Especiais para assuntos jurídicos, imprensa e outras, que servirão de assessoria para a Diretoria.
- V – Assegurar ao seu Diretor-Presidente e aos Ministros ou Obreiros com dedicação exclusiva em favor da Igreja, em virtude de seu labor eclesiástico, condições de subsistência digna, inclusive residência, amparo social, transporte, e outros compatíveis com seus encargos, adotando uma política clara e definida que considere a natureza e as responsabilidades atribuídas a cada um e as possibilidades orçamentárias da Igreja, tudo na forma de prebenda;
- VI – desenvolver atividades e estratégias que possibilitem a concretização dos alvos prioritários da Igreja;
- VII – primar pelo cumprimento das Normas da Igreja;
- VIII – elaborar os Atos Normativos que se fizerem necessários.

Art.33º. Ao Presidente compete:

- I – representar a Igreja, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, inclusive, se necessário, constituir procurador para defesa da mesma;
- II – convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- III – apresentar alvos prioritários à Igreja;
- IV – participar *ex-officio* de todas as suas organizações, podendo fazer-se presente a qualquer reunião, independente de qualquer convocação;
- V – zelar pelo bom funcionamento da Igreja;
- VI – administrar o patrimônio geral da Igreja em consonância com este estatuto;
- VII – cumprir e fazer cumprir o estatuto;
- VII – supervisionar as Igrejas filiadas, Departamentos, Superintendência, Comissões e Equipes da Igreja;
- VII – autorizar despesas ordinárias e pagamentos;
- IX – assinar com o secretário as atas das Assembleias, Ministério, e da Diretoria;
- X – abrir, movimentar e encerra contas bancárias em nome da Igreja, juntamente com o Tesoureiro;
- XI – Assinar as escrituras públicas e outros documentos referentes às transações ou averbações imobiliárias da Igreja, na forma da lei;
- XII – praticar, *ad referendum* da Diretoria, atos de competência desta, cuja urgência recomende solução imediata.

CAPÍTULO X

Do Conselho Ministerial

Art. 41º. O Conselho Ministerial é formado de: Pastores, Presbíteros, Evangelistas, Diáconos, dirigentes das Igrejas e congregações filiadas, cooperados e qualquer membro da Igreja que venha ser recebido pelo mesmo na qualidade de comissionado, reunindo-se ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado. A convocação do referido Conselho será feita pelo Diretor-Presidente (Pastor da Igreja), ou seu substituto imediato.

Parágrafo único – Os membros do Conselho Ministerial terão mandato por tempo indeterminado, salvo os membros comissionados, que terão mandato com tempo de duração previamente determinado pela Assembleia do referido Conselho.